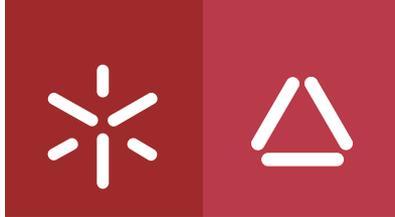


**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Bruno Leal Correia da Fonseca

**O Gabinete dos Negócios Políticos do  
Ministério do Ultramar, o Congo-Léopoldville  
e Angola (1960-1965)**



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Bruno Leal Correia da Fonseca

**O Gabinete dos Negócios Políticos do  
Ministério do Ultramar, o Congo-Léopoldville  
e Angola (1960-1965)**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em História

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Professor Doutor Francisco Manuel Ferreira  
de Azevedo Mendes**

julho de 2013

## Declaração

**Nome:** Bruno Leal Correia da Fonseca

**Endereço eletrónico:** bruno.lc.fonseca@gmail.pt

**Telefone:** 963429927

**N.º Cartão de Cidadão:** 11680709

**Título da Dissertação:**

**O Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, o Congo-Léopoldville e Angola (1960-1965)**

**Orientador:**

Professor Doutor Francisco Manuel Ferreira de Azevedo Mendes

**Ano de conclusão:**

2013

**Mestrado em História**

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA DISSERTAÇÃO.

Universidade do Minho, \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ 2013

Assinatura: \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Esta tese resulta de um processo de difícil execução e de extrema novidade para mim, do qual espero ter tirado as devidas ilações, no âmbito da qual pude contar com a orientação do Doutor Francisco Azevedo Mendes.

Ao Doutor António Lázaro estou reconhecido pela preciosa indicação sobre a oportunidade de estudar os fundos do Gabinete dos Negócios Políticos (GNP) do Ministério do Ultramar, e pelos seus conselhos e diligências ao longo de todo o processo de investigação.

Na realização desta investigação, pude contar com inúmeros apoios nos arquivos que consultei. Queria agradecer à Dr.<sup>a</sup> Fátima Alves e aos arquivistas e funcionários do Arquivo Histórico Diplomático (AHD) do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pela disponibilidade demonstrada e pela orientação concedida na documentação consultada. À Fundação Calouste Gulbenkian, na pessoa da Dr.<sup>a</sup> Teresa Patrício Gouveia, e à equipa responsável pela catalogação do fundo do GNP conservado no AHD, nomeadamente à Doutora Rita Carvalho, o meu reconhecimento pela cedência em tempo útil de instrumentos de pesquisa e bases de dados. Gostaria também de agradecer aos funcionários do Arquivo Histórico Ultramarino pela sua inestimável ajuda na procura da documentação do GNP.

Aos Doutores Julião Soares Sousa, Pedro Aires de Oliveira, Maria José Tiscar Santiago e Fátima Moura Ferreira agradeço os inestimáveis contributos e sugestões que me deram durante o Colóquio Internacional «O colonialismo português na época contemporânea: dinâmicas e contextos», realizado em Ponta Delgada, de 8 a 10 de novembro de 2012.

Também queria agradecer ao geógrafo Eurico Loureiro, bolseiro do Centro de Investigação transdisciplinar Cultura Espaço e Memória (CITCEM), pelo trabalho cartográfico e pelos conselhos que me deu. Para finalizar, queria agradecer também à Dr.<sup>a</sup> Carla Xavier e à Dr.<sup>a</sup> Rafaela Sousa pelas sugestões e incentivos que me deram ao longo deste trabalho.

Esta tese é dedicada aos meus Pais que me deram força para elaborá-la, e aos meus Amigos que também deram força e ânimo para continuá-la.



## **O Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, o Congo-Léopoldville e Angola (1960-1965)**

### **RESUMO**

A 23 novembro de 1959 foi criado dentro da estrutura do Ministério do Ultramar uma organização denominada Gabinete de Negócios Políticos, cuja função era auxiliar e obter informações para o ministro do Ultramar utilizar na sua actividade governativa. Tendo como base este gabinete, serão estudadas as relações entre o Congo-Léopoldville, Angola e Portugal, entre 1960, ano da independência do Congo belga, e 1965, ano em que Mobutu se torna chefe de Estado. O Congo tinha uma importância fundamental para Portugal. A sua independência irá ser decisiva para o início da guerra colonial em Angola, pois nele estavam instalados alguns dos movimentos de libertação que lutavam contra o regime português. Portugal vai seguir os sobressaltos do novo Estado, em especial a secessão do Catanga, de forma a proteger o seu império, num mundo marcado pela Guerra Fria e pela descolonização.



# **The Office of Political Affairs of the Overseas Ministry, the Congo-Léopoldville and Angola (1960-1965)**

## **ABSTRACT**

On 23 November, 1959 was created within the framework of the Ministry of Overseas an organization called the Office of Political Affairs whose function was to help and to obtain information to the minister of Overseas. Based on this case it will be studied the relations between Congo-Léopoldville, Angola and Portugal, between 1960, year of independence of the Congo (Leo), and 1965, year in which Mobutu becomes head of state. The Congo (Leo) had a fundamental importance to Portugal. Its independence will be crucial to the beginning of the colonial war in Angola, because some of the liberation movements that fought against Portuguese rule were installed in the Congo (Leo). Portugal will follow the surprises of the new state, specially the secession of Catanga, to protect his empire, in a world marked by Cold War and decolonization.



*Audaces Fortuna Iuvat*  
Virgílio (Eneida, Livro X)



# ÍNDICE

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Índice de figuras	xiii
Índice de tabelas	xv
Siglas e abreviaturas	xvii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. A EMERGÊNCIA DO GABINETE DOS NEGÓCIOS POLÍTICOS	3
1.1. A criação do GNP: espaço político e intenções	3
1.2. A estrutura orgânica e o funcionalismo ultramarino	7
1.3. A classificação da informação: circuitos, códigos e arquivo	11
1.4. Para um cálculo político	20
CAPÍTULO 2. O RASTILHO DA DESCOLONIZAÇÃO DO CONGO BELGA	23
2.1. A descolonização «inflamada»: episódios e interrogações	23
2.2. O GNP ao serviço da propaganda: linhas de superfície?	29
2.3. Portugal no Congo: população e interesses	31
2.4. O mundo na crise do Congo: guerra fria e intervenção da ONU	33
2.5. A secessão catanguesa na perspetiva portuguesa	48
CAPÍTULO 3. A FRONTEIRA SUBVERSIVA ENTRE ANGOLA E O CONGO-LÉOPOLDVILLE	71
3.1. A linha de fronteira: dispositivos e corredores.	71
3.2. As deslocações dos refugiados – uma flecha no tempo	77
3.3. Os movimentos políticos angolanos	79
3.4. «Não é possível prever o futuro próximo»	97
CONCLUSÃO	99
FONTES ARQUIVÍSTICAS E BIBLIOGRAFIA	101
ANEXO 1. CARTOGRAFIA	107
ANEXO 2. QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DO GNP	117
ANEXO 3. DOCUMENTOS DO GNP	125



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Projeto de reorganização dos SCCI (Kaulza de Arriaga, 1967)	18
Figura 2. Dispositivo militar português em Angola nos inícios de 1961	73
Figura 3. Esquema da fronteira entre Angola e a República Democrática do Congo (década de 1960?)	77



## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Quadro de classificação da informação processada pelo GNP	19
Tabela 2. Distribuição da comunidade portuguesa branca pelas províncias do Congo-Léopoldville em 1958	32
Tabela 3. Distribuição da comunidade portuguesa branca nas cidades do Congo-Léopoldville em 1958	32
Tabela 4. Distribuição da comunidade portuguesa branca por profissões no Congo-Léopoldville em 1958	32
Tabela 5. Contingentes das Nações Unidas no Congo-Léopoldville em abril de 1961	34



## Siglas e Abreviaturas

2.ª RA – 2.ª Região Aérea  
ABAKO – Alliance des Bakongo  
AFA – Association des Femmes de Angola  
AGU – Arquivo Geral Ultramarino  
AHD – Arquivo Histórico Diplomático  
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino  
AJEUNAL – Alliance des Jeunes Angolais pour la Liberté  
ALIAZO – Aliança dos Naturais do Zombo  
AREC – Association des Ressortissants de l'Enclave du Cabinda  
ATCAR – Associação dos Quiocos do Congo belga, Angola e Rodésias  
CBOA – Comité des Bons Offices Angolais  
CIA – Central Intelligence Agency  
CITA – Centro de Informação e Turismo de Angola  
CNA – Cartel Nacional Angolano  
CPA – Conselho do Povo Angolano  
CRMA/QG – Comando da Região Militar de Angola/ Quartel Geral  
CTT – Correios de Portugal  
DGOPC – Direcção Geral das Obras Públicas e Comunicações  
DGS – Direcção Geral de Segurança  
DIAMANG – Companhia de Diamantes de Angola  
DIRECO – Defesa dos Interesses da Região Costeira  
ELNA – Exército de Libertação Nacional de Angola  
ENT- Entrada de Documentos do Serviço do Arquivo e Biblioteca no Gabinete dos Negócios Políticos  
EXP – Expedição de Documentos do Serviço do Arquivo e Biblioteca Gabinete dos Negócios Políticos  
FDLA – Frente Democrática de Libertação de Angola  
FLEC – Frente de Libertação de Cabinda  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola  
FRAIN – Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias Portuguesas  
GNP – Gabinete de Negócios Políticos  
GRAE – Governo Revolucionário de Angola no Exílio  
IGM – Inspeção Geral e Minas  
J/NIU – Junta/ Núcleo Investigações do Ultramar  
KOMINFORM – Communist Information Bureau  
LGTA – Liga Geral dos Trabalhadores de Angola  
MABLA – Movimento Afro-Brasileiro pró-Libertação de Angola  
MAC – Movimento Anti-Colonial  
MDIA – Movimento de Defesa dos Interesses de Angola  
MDIN – Movimento de Defesa dos Interesses Nacionais  
MINA – Movimento de Independência de Angola  
MLEC – Mouvement de Libération de l'Enclave du Cabinda  
MNA – Movimento Nacional de Angola  
MNC – Mouvement National Congolais  
MNE (NE) – Ministério dos Negócios Estrangeiros (Negócios Estrangeiros)  
MNE (NP) – Ministério dos Negócios Estrangeiros (Negócios Políticos)  
MODERA – Movimento da Defesa do Realismo Africano  
MPIA – Movimento para a Independência de Angola  
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola  
MPLC – Movimento Popular de Libertação de Cabinda  
NATO/OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
NGWIZAKO – Associação dos Congolezes de Expressão Portuguesa

NTOBAKO – Associação dos Bakongos de Angola  
OGMA – Oficinas Gerais de Material Aeronáutico  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
OMS – Organização Mundial de Saúde  
ONU- Organização das Nações Unidas  
ONUC- Força das Nações Unidas no Congo  
PDA – Partido Democrático de Angola  
PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado  
PLUA – Partido da Luta Unida dos Africanos  
PNA – Partido Nacional Africano  
PNPU – Partido Nacional Popular Ultramarino  
RDJA – Rassemblements Democratiques de la Jeunesse Anglaise  
SAB- – Serviço de Arquivo e Biblioteca do Gabinete dos Negócios Políticos  
SABENA – Société Anonyme Belge d'Exploitation de la Navigation A  rienne.  
SAIA – Solidariedade Africana para a Independ  ncia Imediata de Angola  
SCCIA – Serviços de Centraliza  o e Coordena  o de Informa  es de Angola  
SNI – Secretariado Nacional de Informa  o  
TAIP – Transportes A  reos da   ndia Portuguesa  
TAP – Transportes A  reos de Portugal  
UCLA – União Congoleza para a Liberta  o de Angola  
UGTA – Union Générale des Travailleurs Angolais  
UMHK – Union Mini  re du Haut Katanga  
UNA – União Nacional Angolana  
UNESCO – A Organiza  o das Na  es Unidas para a Educa  o, a Ciência e a Cultura  
UNTA – União Nacional dos Trabalhadores Angolanos  
UNTA – União Nacional dos Trabalhadores de Angola  
UPA – União das Popula  es de Angola  
UTONA – União dos Trabalhadores e Operários Negros de Angola  
ZIL – Zona de Interven  o Leste

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo estudar a forma como a crise política e militar do Congo-Léopoldville<sup>1</sup>, entre 1960-1965, envolveu Angola e Portugal. Concretamente, o período em causa vai desde a independência congoleza em relação à Bélgica, em 30 de junho de 1960, até à ascensão de Mobutu à chefia do estado, em 24 de novembro de 1965.

A descolonização congoleza foi vista desde o início numa correlação de forças mais amplas, entre os blocos americano e soviético, no contexto da Guerra Fria. A intervenção da ONU, inédita na escala e nos meios mobilizados, desencadeará, por sua vez, um amplo debate internacional. O Congo ex-belga tinha uma enorme zona de fronteira com a Angola, servindo como porto de abrigo para os movimentos de libertação que lutavam contra os portugueses em Angola. Com o início do conflito armado, em 1961, em Angola, os contatos e as interferências precipitam-se. Os interesses em disputa, bem como as dependências, eram vastos e complexos entre Portugal e o Congo.

O xadrez destas movimentações, internas e externas, entre estados e blocos de influências, exigiu desde o início a definição de um campo de observação. Com efeito, como condição estruturante desta investigação, esteve sempre a ideia de que seria necessário avançar pelos meandros da política colonial, acompanhando mais sistematicamente um setor específico. A escolha recaiu no recém-criado Gabinete dos Negócios Políticos (GNP) do Ministério do Ultramar, cuja função, entre outras, era precisamente receber, filtrar e produzir pareceres sobre a informação proveniente do Ultramar. Para a realização deste trabalho foi utilizada a documentação produzida no âmbito do GNP, conservada atualmente no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

No que concerne à sua estrutura, este trabalho tem três capítulos.

---

<sup>1</sup> Ao longo do texto, utilizaremos as designações Congo, Congo belga, Congo ex-belga e Congo-Léopoldville para referir a mesma entidade. Após a independência, em 30 de junho de 1960, até 1 de agosto de 1964, o Congo belga passa a designar-se República do Congo. Desta última data até 27 de outubro de 1971, designa-se por República Democrática do Congo. A referência ao outro Congo, de colonização francesa, é feita através da designação Congo-Brazzaville. A separação destes Congos ocorreu na Conferência de Berlim (1884-1885, que criou o Congo belga e o Congo francês. Neste contexto, em 1887, no Norte de Angola é criado o distrito do Congo – designado de Congo português.

No primeiro capítulo, serão tratados os objectivos e a lógica organizacional do GNP. Neste contexto, importará, antes de mais, inserir este gabinete na estrutura do Ministério do Ultramar, na sua política e diplomacia, verificando as suas perspectivas doutrinárias, se é que as tinham, e a circulação e receção dos apontamentos produzidos pelos inspetores e outros funcionários. Uma atenção especial será dada ao perfil e à composição da documentação produzida e arquivada na gestão corrente da informação por parte do GNP.

No segundo capítulo, será analisada a descolonização do Congo belga, tentando uma síntese da evolução interna e externa. Relativamente à evolução interna, esta centrar-se-á no modo como o Congo obteve a sua independência e no «caos» que se seguiu, procurando apreender as suas razões. No plano externo, irão ser analisadas as soluções propostas para a resolução da crise, assim como as reacções das principais potências aos acontecimentos congolezes. Uma atenção particular será dada à secessão do Catanga e aos apoios que este obteve por parte de Portugal ao nível político, pois para o Governo português esta rebelião foi uma oportunidade para evitar que os ecos da instabilidade congoleza se propagassem ao território angolano.

No terceiro capítulo, acompanha-se parte da longa fronteira entre Angola e o Congo-Léopoldville. Em causa estarão os dispositivos e os corredores transfronteiriços, as deslocações dos refugiados e a implantação congoleza dos movimentos políticos de libertação angolanos. Num última alínea refletir-se-á sobre a imponderabilidade do futuro próximo no que diz respeito à geopolítica africana, aos seus eixos de influência. Com efeito, em 1965, com a ascensão de Mobutu à chefia do Estado, Portugal parece transferir a sua orientação estratégica mais para o Sul de África.

## CAPÍTULO 1.

### A EMERGÊNCIA DO GABINETE DOS NEGÓCIOS POLÍTICOS

#### 1.1. A criação do GNP: espaço político e intenções

O Gabinete de Negócios Políticos (GNP) surge através do Decreto-Lei n.º 42671 de 23 de novembro de 1959<sup>2</sup> publicado no Diário do Governo, que por sua vez cria também o Conselho Superior de Política Ultramarina. De acordo com o despacho do primeiro diretor do GNP ao ministro do Ultramar, datado de 15 de fevereiro de 1960, o dito gabinete ficava inicialmente sediado na Avenida António Augusto de Aguiar, n.º 34<sup>3</sup>, em Lisboa, ocupando três andares, com uma renda global de 20 contos mensais<sup>4</sup>.

O mentor deste gabinete foi Adriano Moreira que elaborou o projeto a pedido do Vasco Lopes Alves, à época titular da pasta do Ultramar. Nas suas *memórias*, Adriano Moreira refere que esse projeto permitiu ao Ministério do Ultramar possuir um «órgão de avaliação e acompanhamento das políticas internas e das dependências externas, que funcionava como observatório, embora com todas as deficiências resultantes da falta de experiência anterior e inevitavelmente das faltas tradicionais de cooperação entre departamentos governamentais»<sup>5</sup>. O Gabinete dos Negócios Políticos produzirá um importante acervo documental de relatórios que, na opinião de Adriano Moreira, se ficou a dever às excelentes capacidades do primeiro diretor do GNP, João da Costa Freitas, o que fez do GNP o primeiro gabinete de planeamento político de um ministério em Portugal<sup>6</sup>.

---

<sup>2</sup> O Gabinete dos Negócios Políticos foi extinto em 12 de Março de 1975 pelo Decreto-Lei n.º 125.

<sup>3</sup> Existem indícios de que o GNP mudou de infra-estruturas em 1964, pois num despacho da Secretaria-Geral – Cartório Ultramarino, datado de 13 de Abril de 1964, refere-se que o GNP está instalado no Restelo. Ver despacho da Secretaria-Geral – Cartório Ultramarino, 13 de abril de 1964 (AHD, GNP, AR.5, Gav.2, M117).

<sup>4</sup> Despacho do primeiro diretor do Gabinete de Negócios Políticos, João da Costa Freitas, ao ministro do Ultramar, 15 de fevereiro de 1960 (AHU, GNP, Sr183, P.2, Doc.25). João Freitas permanecerá até 1961, sendo substituído por Ângelo dos Santos Ferreira, que permanecerá até 1974. O tratamento destas figuras só fará sentido num quadro mais amplo de estudo do funcionalismo do GNP e de outros serviços do Estado, tarefa que ultrapassa a economia estrita deste trabalho. Recolhemos, no entanto, vários elementos para essa história. No que diz respeito às citações documentais, utilizámos o seguinte critério: abreviar citações documentais, em notas contíguas; repetir a citação documental completa, em notas não contíguas.

<sup>5</sup> Adriano Moreira, *A espuma do tempo. Memórias do tempo de vésperas* (Coimbra: Almedina, 2008), 173.

<sup>6</sup> Moreira, *A espuma do tempo*, 173-174.

No depoimento sobre a sua experiência política com Salazar, Álvaro da Silva Tavares, ao tempo subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, acrescenta mais alguns dados sobre o contexto e intenção subjacentes ao projeto do GNP: «Para se poder recolher e classificar todas as informações de interesse político e para se coordenar a acção dos Ministérios do Ultramar, Defesa, Negócios Estrangeiros e Interior, e obter a sua cooperação, elaborei, em concordância com Salazar e o ministro do Ultramar, o projeto de Decreto-Lei 42 671 de 23 de novembro de 1959, através do qual se criou o Gabinete dos Negócios Políticos, de que estavam dependentes gabinetes provinciais e, ao mesmo tempo, se instituiu o Conselho Superior da Política Ultramarina», donde «por isso, quando se alega ignorância do que se passava no Ultramar falseia-se aberta e frontalmente a verdade. Além dos canais civis e militares tradicionais, passou a haver mais este, especialmente dotado de meios e abrangendo todos os departamentos do Estado maiormente interessados»<sup>7</sup>.

Já Pedro Feytor Pinto, nas suas *memórias*, sugere que o GNP era uma espécie de Ministério dos Negócios Estrangeiros, pois dependia diretamente do ministro<sup>8</sup>. O Gabinete elaborava resenhas de informação secreta, cuja circulação era desconhecida, e executava relatórios quando eram necessárias análises mais aprofundadas de uma determinada situação<sup>9</sup>. Segundo Feytor Pinto, o gabinete gerou suspeitas nos sucessores de Adriano Moreira.

O GNP fazia parte do Gabinete da Administração Política e Civil do Ministério do Ultramar e era constituído por duas repartições, um arquivo geral e uma biblioteca. As repartições do GNP intitulavam-se a «4.<sup>a</sup> e a 5.<sup>a</sup> Repartições da Direcção-Geral de Administração Política e Civil, sendo que a antiga 4.<sup>a</sup> Repartição da Direcção-Geral de Administração Política e Civil passa a constituir a 5.<sup>a</sup> Repartição da mesma direcção geral»<sup>10</sup>. Cada uma destas repartições compreendia duas secções, ao passo que a biblioteca e o arquivo eram chefiados por um chefe de secção e compreendiam apenas uma só secção.

---

<sup>7</sup> Álvaro da Silva Tavares, «[Depoimento]», em *Salazar visto pelos seus próximos*, org. Jaime Nogueira Pinto (Lisboa: Bertrand, 2007), 203.

<sup>8</sup> Pedro Feytor Pinto, *Na Sombra do Poder: Uma nova visão de um Portugal revolucionário pelo portavoza de Marcello Caetano* (Alfragide: D. Quixote, 2011). Sobre esta dependência direta, deve-se observar que ela só acontece formalmente com a reforma do Ministério do Ultramar em 1967.

<sup>9</sup> Importa, neste contexto, sugerir que o GNP tentou, desde o início, centralizar e coordenar as atividades dos Serviços Centrais de Coordenação de Informação (SCCI) nos territórios ultramarinos. Cf. Dalila Cabrita Mateus, *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)* (Lisboa: TerraMar, 2004), 226.

<sup>10</sup> Decreto-Lei n.º 42671 de 23 de novembro de 1959, *Diário da República*, Primeira série, n.º270, 1805-1807.

A primeira repartição (4.<sup>a</sup> repartição), a Repartição de Negócios Políticos, tratava numa primeira secção da administração geral, organização corporativa e assuntos de trabalho, enquanto a segunda secção ficaria responsável pelos problemas dos indígenas, povoamento e segurança. A segunda repartição (5.<sup>a</sup> repartição), a Repartição de Relações Internacionais, também tinha uma orgânica semelhante à primeira, tratando a primeira secção das relações internacionais e assistência técnica, enquanto a segunda secção trataria do reflexo da política internacional na política nacional.

A Biblioteca e o Arquivo, por sua vez, deviam possuir «toda a documentação referente ao direito internacional aplicável no Ultramar português; documentação referente ao direito internacional que possa afectar os interesses ultramarinos portugueses, toda a documentação referente à política internacional relacionada com os territórios ultramarinos; documentação referente aos movimentos de carácter social e político que interesse ao ultramar português; e documentação referente aos movimentos de carácter político e social que interessem às regiões tropicais e subtropicais; assim como a política social nos territórios ultramarinos»<sup>11</sup>.

O gabinete podia corresponder-se com todos os serviços de qualquer natureza ou categoria quer para dar informações ou para recebê-las.

O GNP, tal como consta no seu decreto fundacional, resultava «da complexidade crescente das funções do estado, que é devida, essencialmente, quer ao desenvolvimento progressivo de múltiplos sectores da vida pública, quer também do aumento do campo das suas responsabilidades»<sup>12</sup>.

A Repartição dos Negócios Políticos do GNP tinha os seguintes objetivos: «1) a investigação, estudo e fiscalização da política destinada a generalizar os usos e costumes pressupostos pelo direito público e privado comum dos cidadãos portugueses; 2) a política relativa às populações de direito costumeiro; 3) a política orientadora das relações entre os grupos étnicos; 4) o estudo das questões respeitantes ao estatuto e comportamento político das populações de direito costumeiro e a fiscalização da forma por que são executadas as leis e instruções que lhes respeita; 5) investigar estudar e orientar a organização política corporativa e a política social, especialmente no domínio das relações do trabalho; 6) investigação de todos os eventos de carácter político e social ou que possam ter reflexos dessa natureza e a coordenação da política ultramarina dentro da política nacional; 7) investigação, estudo e fiscalização da política relacionada

---

<sup>11</sup> DL n.º 42671, 23/11/1959.

<sup>12</sup> DL n.º 42671, 23/11/1959.

com a informação e formação da opinião pública; 8) a investigação e estudo dos movimentos de carácter internacional que possam ter reflexos no ultramar e fiscalização da política nacional seguida»<sup>13</sup>.

A Repartição dos Negócios Internacionais do GNP tinha, por seu turno, os seguintes objetivos: «9) a investigação, estudo e fiscalização dos assuntos relativos à política das relações entre as províncias ultramarinas e os territórios vizinhos; 10) tratar dos problemas relativos à posição do ultramar português perante as organizações internacionais; 11) acompanhar a evolução do direito internacional e estudar o seu reflexo nos interesses nacionais ultramarinos; 12) preparar e assegurar a representação do Ministério do Ultramar na parte que a este incumba nas reuniões internacionais de carácter político e social; 13) cooperar com a Junta de Investigações do Ultramar na preparação e representação do Ministério do Ultramar na parte que a este incumba nas reuniões internacionais de carácter científico e técnico; 14) assegurar nas províncias ultramarinas a orientação dos gabinetes provinciais dos negócios políticos; 15) ocupar-se de outros problemas que lhe forem cometidos pelo Ministro do Ultramar; 16) assegurar o expediente do Conselho Superior de Política Ultramarina»<sup>14</sup>.

O GNP devia, de acordo com o artigo 12.º da lei fundadora do gabinete, «informar os governos provinciais da evolução política dos seus territórios, para o qual lhes enviará uma vez por mês um comunicado. Sendo de salientar que, os ditos governos provinciais deverão enviar ao Ministro do Ultramar pelo menos mensalmente, por intermédio do Gabinete dos Negócios Políticos, relatórios circunstanciados sobre a evolução da situação política, especificando as providências tomadas por iniciativa própria ou em execução da política geral que lhes tiver sido determinada»<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> DL n.º 42671,23/11/1959.

<sup>14</sup> DL n.º 42671,23/11/1959.

<sup>15</sup> DL n.º 42671, 23/11/1959. Caso existissem visitas de personalidades ao ultramar português, deveria ser atribuído um grau de importância através de letras que ia desde a letra A da maior importância até à letra C de relativa pouca importância, as quais eram conjugadas por números que iam de 1 a 3 que indicavam a posição dos visitantes perante a política portuguesa – cf. Ofício do diretor do Gabinete dos Negócios Políticos Ângelo Correia, ao agente geral do ultramar, julho de 1968 (AHD, GNP, Ar6, M.66, Gav2). Num documento não datado, o GNP ficou com algumas atribuições da 3.ª Repartição da Direcção da Administração Política, entre as quais se citam sobrevoos e aterragens de aviões estrangeiros nos territórios ultramarinos, entrada de navios, pedidos de naturalização, representação consular de países estrangeiros nas províncias ultramarinas e passaportes –cf. Atribuições da 3.ª Repartição da Direcção da Administração Política, que ficaram para o GNP, sem data (AHD, GNP, Est 5, Prat 2, M1114). Num despacho de 27 de fevereiro de 1974 que vinha substituir um outro despacho de 18 de dezembro de 1970, regulamentando as missões ao estrangeiro, o GNP ficava responsável pelas propostas levadas a despacho ministerial. Devia informar se a proposta era boa, cabendo ao chefe da missão apresentar um relatório após 30 dias do fim da sua missão, o mesmo acontecendo caso a missão fosse composta só por um funcionário. Ficava o GNP responsável pelas propostas de penalização do não cumprimento da entrega

Interessa, neste contexto, registar as observações de João Pereira Neto relativas à criação do GNP, nomeadamente a sua articulação com os serviços de Inspeção Superior de Administração Ultramarina: «com a criação do Gabinete dos Negócios Políticos em 1959, (...) parece que tacitamente, passaram para o novel organismo as atribuições que a reforma do Ministério cometia à Inspeção Superior de Administração Ultramarina em relação à defesa das pessoas que não se regiam pela lei comum a todos os portugueses»<sup>16</sup>.

## 1.2. A estrutura orgânica e o funcionalismo ultramarino

Ao nível de quadros, no GNP existiam 3 inspetores superiores, assim como 3 inspetores normais, sendo um dos inspetores nomeado pelo ministro do Ultramar como diretor do respectivo gabinete, estando por conseguinte obrigado a submeter a despacho com o ministro que tutela o respectivo gabinete todos os assuntos que este não reservasse ao diretor-geral da Administração Política e Civil do mesmo Ministério.

Os inspetores superiores da Administração Ultramarina<sup>17</sup> e os inspetores administrativos eram nomeados pelo Ministério do Ultramar, sendo que os inspetores superiores<sup>18</sup> eram escolhidos entre os antigos governadores-gerais ou das colónias e os secretários provinciais, e os inspetores administrativos eram escolhidos entre os intendentes. Para o recrutamento de inspetores administrativos eram utilizadas duas grandes fontes de recrutamento, a saber: o Curso Superior Colonial e a classe dos

---

dos relatórios - cf. Despacho do Ministério do Ultramar, 27 de fevereiro de 1974 (AHD, GNP, Ar4,Gav4, M188).

<sup>16</sup> João Pereira Neto, *Angola – meio século de integração* (Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1964), 302. Trata-se de uma tese de doutoramento, dedicada a Adriano Moreira. João Pereira Neto foi chefe de repartição no GNP – cf. [Mapa de Pessoal], não datado (AHD, GNP, AR.6, M.66, Gav2). Sobre as relações entre o GNP e a Inspeção Superior da Administração Ultramarina, veja-se o interessante trabalho de Ana Canas, «Memórias abertas de Moçambique e arquivos imperfeitos», em Atas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência Lisboa; Instituto de Investigação Científica Tropical, 2013), 1-14. Disponível: <http://2012congressomz.files.wordpress.com/2013/08/t01c01.pdf>. Sobre a administração colonial, numa perspetiva comparativa, ver o n.º temático «Colonial administration in Africa between central policy and local reality», *Yearbook of European Administrative History*, 18 (2006).

<sup>17</sup> Os inspetores da Administração Ultramarina estavam dependentes da Direcção Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Ultramar e tinha como função «inspeccionar os diversos serviços administrativos das províncias Ultramarinas e informar o Ministro dos resultados dessas inspeções». Ver J. M. Silva Cunha, *Administração e direito colonial* (Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito, 1956), 359; Neto, *Angola*, 299-302.

<sup>18</sup> Os inspetores superiores estão adstritos, às várias direcções gerais e sob a dependência directa do ministro do Ultramar e a sua criação teve como função desburocratizar o Ministério do Ultramar. Além disso, os inspetores eram delegados do ministro da tutela e iriam para o ultramar com a função de fiscalizar os serviços ultramarinos, «para depois fornecerem elementos para que o Ministro possa decidir os problemas que se lhe apresentem». Cf. Cunha, *Administração e direito*, 358.

aspirantes. Refira-se que os inspetores administrativos e os intendentos estavam inseridos num quadro comum que «abrangia todas as províncias ultramarinas e os funcionários das restantes províncias pertenciam ao quadro privativo de cada província»<sup>19</sup>.

Podemos afirmar que o GNP possuía um quadro de 38 pessoas efetivas, tendo como base o decreto-lei fundacional. A 4ª repartição era constituída por um chefe de repartição, dois chefes de secção, dois primeiros-oficiais, dois segundos oficiais, e quatro terceiros oficiais. A 5ª repartição tinha como elementos preponderantes um chefe de repartição, dois chefes de secção, dois primeiros-oficiais, dois segundos oficiais e quatro terceiros oficiais. Relativamente à secção de Arquivo e Biblioteca (SAB), esta era composta por um chefe de secção, um primeiro-oficial, dois segundos oficiais, três terceiros oficiais, dois dactilógrafos e um escriturário. Convém ressaltar que este quadro era reforçado com dactilógrafas e dactilógrafos eventuais e pessoal em comissão de serviço de acordo com os dados obtidos e que incluíam administradores, professores liceais, intendentos, dactilógrafas (os) / tradutoras (es), especialistas em línguas estrangeiras, paquetes, e representantes do SNI (Secretariado Nacional de Informação), que tinham como incumbência a imprensa do ultramar. Existiam também contínuos, telefonistas e escriturários designados como pessoal menor<sup>20</sup>, como, pelo menos, um elemento da PSP (Polícia de Segurança Pública), para vigiar a instituição durante a noite<sup>21</sup>. Assim sendo e de acordo também com um despacho do primeiro diretor deste serviço ao ministro do Ultramar datado de 15 de Fevereiro de 1960, esse número podia chegar até aos 50 elementos<sup>22</sup>.

Apesar de não estar previsto na lei fundadora do GNP, foi criado um serviço de imprensa que nem sequer era uma secção. O serviço que resultou desta criação foi enquadrado à parte na 4ª repartição e teve como função a elaboração de resenhas de imprensa ultramarina, a realização de estudos e apontamentos que por vezes nada tinha a ver com os assuntos tratados pelo gabinete, de pareceres, informações, de traduções e de expediente diverso, de notícias para eventual utilização da comunicação social, de

---

<sup>19</sup> António Nunes, *Angola 1961: da Baixa do Cassange a Nambuangongo* (Lisboa: Prefácio, 2005), 162.

<sup>20</sup> Quadro do Pessoal do Gabinete dos Negócios Políticos, sem data (AHU, GNP; SR180, P.1, Doc. 61).

<sup>21</sup> Ofício do Gabinete de Negócios Políticos à 3ª Repartição da Direcção Geral de Administração Política e Civil, 27 de junho de 1961 (AHU, GNP, SR183, P.2, Doc. 12).

<sup>22</sup> Despacho do primeiro diretor do Gabinete de Negócios Políticos, João da Costa Freitas, ao Ministro do Ultramar, 15 de fevereiro de 1960 (AHU, GNP, SR183, P.2, Doc.25). Importa referir que, neste âmbito, será necessária uma reconstituição mais fina dos mapas de pessoal em funções no GNP. Por exemplo, muitos dos seus alegados funcionários não permaneciam no GNP. Nota-se que na década de 70, os mapas de pessoal são mais abundantes.

recortes e fichas. A parte noticiosa era elaborada por um «antigo jornalista e colaborador de vários órgãos da imprensa nacional e estrangeira»<sup>23</sup>. Ao nível de pessoal, este serviço contava com os seguintes elementos: um primeiro-oficial, encarregado e superiormente orientado; um segundo-oficial; 1 dactilógrafa permanente; uma dactilógrafa tarefeira (apenas meio-dia); dois colaboradores individuais<sup>24</sup>. De referir que os oficiais deste serviço possuíam um curso superior como habilitação literária.

Com o decreto de reorganização do Ministério do Ultramar, através da Lei n.º 47743 de 2 de junho de 1967, o GNP é transferido da Direcção Geral da Administração Política e Civil para a dependência direta do ministro do Ultramar<sup>25</sup>. O gabinete sofre ligeiras oscilações, pois os funcionários vão repartir-se por vários quadros, entre os quais se inclui o quadro de gabinete, com um diretor de serviços, dois chefes de repartição e cinco chefes de secção. Segue-se um quadro de secretaria, com cinco primeiros-oficiais, seis segundos oficiais, 11 terceiros oficiais, e um escriturário de segunda classe. Existe, por último, um quadro de dactilografia com seis dactilógrafos. De acordo com a mesma lei, o GNP deveria propor para aprovação ministerial os delegados a conferências, congressos ou colóquios internacionais e a representação nos organismos internacionais em que o Ministério ou as províncias ultramarinas tivessem assento.

O diretor do GNP era equiparado ao diretor de serviço, e no caso da sua ausência ou impedimento seria substituído por outro inspetor superior, consoante a sua ordem de antiguidade, que, com a Lei n.º 47743 de 2 de junho de 1967, seria designado ou pelo ministro da tutela, ou na sua falta pelo diretor de serviços<sup>26</sup>.

Os lugares para os indivíduos que eram contratados provisoriamente para o GNP, exceto para o caso dos dactilógrafos, eram efetuados quer por meio de nomeação e promoção de funcionários privativos, quer em comissão de serviço, pela forma indicada nas próximas alíneas, a saber: «1.º Os inspectores superiores serão livremente escolhidos pelo Ministro de entre as pessoas que possuindo um curso superior, pelas suas especiais qualificações ou serviços prestados tenham comprovada idoneidade para

---

<sup>23</sup> Informação n.º 809 de Carlos Alexandrino da Silva, 9 de novembro de 1963 (AHU, GNP, SR163,P.2C, Doc.12, , Classificação do documento: T-3-7, Imprensa).

<sup>24</sup> Informação n.º 809.

<sup>25</sup> Decreto-Lei n.º 47743 de 2 de junho de 1967, *Diário da República*, Primeira série, nº129, 1177-1208. Ver a história administrativa sumária do GNP em «Inventários dos Arquivos do Ministério do Ultramar», <http://arquivos.ministerioultramar.holos.pt/source/presentation/conteudo.php?id=MU/GM/GNP&tipo=3>. Este site-catálogo corresponde ao acervo do GNP conservado no Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, num programa financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>26</sup> DL n.º 42671, 23/11/1959.

o cargo; 2.º Os chefes de repartição e os inspectores serão livremente escolhidos pelo Ministro do Ultramar de entre os funcionários, com as habilitações legais, de categoria não inferior a chefe de secção dos quadros do Ministério do Ultramar e organismos dependentes ou das províncias ultramarinas com categoria não-inferior a primeiro-oficial ou equivalente; 3.º Os chefes de secção serão livremente escolhidos pelo Ministro entre os diplomados com um curso superior adaptado ao cargo ou entre funcionários do Ministério do Ultramar e organismos dependentes ou das províncias ultramarinas, com categoria não inferior a primeiro-oficial ou equivalente; 4.º O provimento dos primeiros, segundos e terceiros oficiais será da livre escolha do Ministério do Ultramar de entre os indivíduos que, possuindo as habilitações legais, tenham mostrado que reúnem as necessárias condições de idoneidade; 5.º As comissões de serviço serão desempenhadas por funcionários dos quadros, por períodos de dois anos, renováveis, sem limite de tempo, sendo, porém a função sempre amovível. Os funcionários em comissão de serviço manterão todos os direitos no quadro a que pertençam, podendo, aí, inclusivamente, concorrer para efeitos de promoção; 6.º Findos três biénios, se o funcionário o merecer pelas qualidades que revelou e pelas boas informações obtidas poderá, a seu requerimento, ser nomeado definitivamente; § 1.º As promoções dos funcionários que tiverem obtido nomeação definitiva serão feitas por escolha do Ministro»<sup>27</sup> ao passo que «§ 2.º os funcionários do Gabinete dos Negócios Políticos e respectivos serviços que tiverem obtido nomeação definitiva podem sem permutados livremente com outros da sua categoria, dos serviços do Ministério ou dos organismos complementares ou das províncias ultramarinas, desde que tenham as habilitações necessárias. A colocação por permuta no gabinete e respectivos serviços será em comissão de serviço»<sup>28</sup>.

Como qualquer outro serviço público existente no estado, e de acordo com o parecer n.º 10/65 da Direcção-Geral de Justiça com o qual concordava com o despacho do Ministro do Ultramar, era reafirmado que as nomeações interinas para qualquer cargo eram precárias e temporárias e que apenas conferiam durante o período do seu exercício, o direito a percepção dos respectivos vencimentos. As excepções a estas regras deviam constar expressamente da lei, e apenas essas podiam ser observadas<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> DL n.º 42671, 23/11/1959.

<sup>28</sup> DL n.º 42671, 23/11/1959.

<sup>29</sup> Ordem de serviço, sem data, (AHU, GNP, SR180, P.1, Doc.55).

Dentro dos poderes gerais da administração e obedecendo a meras razões de humanidade, podiam ser feitas algumas concessões a agentes interinos, mas apenas no que respeita a faltas por doença, devidamente justificadas e faltas por nojo<sup>30</sup>.

Assim sendo, todas as demais regalias inerentes às funções pública não podiam conceder-se a agentes interinos, pois muitos deles, com as licenças, contrariavam a própria razão de nomeação que é ocorrer a necessidades prementes e urgentes do serviço público<sup>31</sup>.

Os funcionários que não pertenciam quadro de elementos do GNP teriam comissões de serviço por dois anos, renováveis sem limite de tempo, por períodos de igual duração, com função amovível, podendo concorrer para efeitos de promoção. Caso pertencessem ao quadro estatal manteriam todos os direitos, e se já fossem funcionários do GNP, podiam também permutar com outros quadros de igual categoria, o mesmo se passando com os chefes de secção nomeados em comissão de serviço para o GNP, onde mantinham os seus direitos de origem<sup>32</sup>. Relativamente aos quadros que têm origem no GNP e que transitassem para outros serviços, passavam a ter os mesmos direitos dos funcionários em cujo quadro tinham sido colocados<sup>33</sup>.

As habilitações literárias dos elementos do GNP, de acordo com um quadro parcial e não datado, iam desde o curso de Administração Ultramarina até ao segundo ciclo dos liceus, embora deva ser referido que possuímos apenas dados sistemáticos, neste momento, relativamente aos primeiros, segundos e terceiros oficiais<sup>34</sup>.

### **1.3. A classificação da informação: circuitos, códigos e arquivo**

No tocante à correspondência que chegava ao GNP até às 16 horas, esta era classificada como sendo do mesmo dia, dando entrada na manhã do dia seguinte. Se a correspondência enviada tivesse carácter urgente, seria classificada como tal e daria

---

<sup>30</sup> Ordem de serviço, sem data.

<sup>31</sup> Ordem de serviço, sem data. Em 28 de abril de 1967, um ofício da Direcção Geral de Administração Política e Civil relata que num despacho do tribunal de contas em que é afirmado que só se abre vaga para os lugares dos funcionários fora do quadro passados seis meses – cf. Ofício à Direcção Geral de Administração Política e Civil da 1.ª Repartição do Ministério do Ultramar, 28 de abril de 1967 (AHD, GNP, AR.6, M.66, Gav2, Classificação do Documento: A-1-2-2, Gabinete dos Negócios Políticos/Pessoal).

<sup>32</sup> Conselho Superior de Política Ultramarina, sem data (AHU, GNP, SR 180, P.2, Doc. 5).

<sup>33</sup> Ministério do Ultramar – Direcção Geral da Administração Política e Civil, 7 de setembro de 1960, (AHU, GNP, SR 180, P.1, Doc. 69). No que respeita aos vencimentos, os funcionários eventuais estariam equiparados aos funcionários efetivos - cf. Ofício do diretor do Gabinete dos Negócios Políticos Ângelo Ferreira, 1 de agosto de 1966 (AHU, GNP, SR 183, P.5, Doc.1).

<sup>34</sup> Quadro relativo a habilitações literárias, sem data (AHD/MNE, AR6, M66,Gav2, Doc5?).

entrada no próprio dia. Depois das 16 horas, a correspondência era recebida como se fosse do dia seguinte<sup>35</sup>.

Quando a correspondência dava entrada no GNP (ENT), esta era presente ao diretor que fazia a distribuição directamente aos funcionários das 4 secções, e que imediatamente era presente para visto aos dois inspetores superiores. Após o visto era entregue aos funcionários encarregues de a estudar mediante assinatura de receção no próprio dia de entrada<sup>36</sup>.

Toda a correspondência distribuída voltava a despacho depois de devidamente tratada no mais curto espaço de tempo possível, e acompanhada do respectivo processo e impresso próprio. Obtido o despacho e caso dele resultasse qualquer expediente, era o mesmo efectivado pelo funcionário ou secção que informava e concluía, sendo depois entregue para expedição (EXP). O processo, documento e cópia, do expediente por ela motivado seria entregue no Serviço de Arquivo e Biblioteca dos Negócios Políticos (SAB), depois de registados os novos elementos do processo em folha própria incorporada no processo<sup>37</sup>.

A correspondência a expedir pelos diferentes funcionários e secções deveria ser entregue até às 12 horas, caso fosse de carácter normal, e até as 16 horas se urgente, devendo as cópias da correspondência ser devidamente numeradas na manhã seguinte, sendo a expedição feita no dia de entrega.

As secções deveriam manter sempre um registo próprio dos assuntos pendentes, organizado com base nas cópias dos ofícios expedidos e de modo a poder ter sempre presente o seguimento dos diversos assuntos. Sendo que às horas de despacho e assinatura do expediente era extraída mais uma cópia além das habituais - essa cópia, que será a terceira, portanto, será em papel vermelho ou verde, conforme o assunto

---

<sup>35</sup> Normas de serviço sobre correspondência, 30 de junho de 1960 (AHU, GNP, SR 180, P.1, Doc.73).

<sup>36</sup> Na distribuição da documentação pelas 4 secções, observa-se uma separação funcional entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comissão para a Cooperação Técnica na África a Sul do Sara (CCTA). Cf. Normas de serviço. A Comissão para a Cooperação Técnica na África a Sul do Sara (CCTA) fundada em janeiro de 1950, para institucionalizar as reuniões de carácter técnico que vinham tendo lugar entre as várias potências coloniais europeias (França, Bélgica, Portugal e Inglaterra). Segundo Luís Barroso, citando Adriano Moreira, a origem do CCTA deve-se ao facto de a ONU se estar a imiscuir nos problemas africanos e a Europa, à época, tratar os assuntos coloniais como da sua inteira responsabilidade, tendo como objetivo desanuviar as pressões anticolonialistas da ONU e EUA. Pode-se afirmar-se que a CCTA, por ser um organismo meramente técnico, nunca foi capaz de efetuar os seus objetivos e atividades nem de ombrear em prestígio com os organismos da ONU como por exemplo a UNESCO. – cf. Luís Barroso, *Salazar Caetano e o “reduto branco”: a manobra política-diplomática de Portugal na África-Austral (1951-1974)* (Porto, Fronteira do Caos Editores, 2012), 44.

<sup>37</sup> Normas de serviço sobre correspondência, 30 de junho de 1960 (AHU, GNP, SR 180, P.1, Doc.73).

tenha ou não carácter de urgência<sup>38</sup>. Com efeito, a secção do Arquivo quando recebia o expediente para execução separava uma terceira cópia, que colocava em pastas diferentes de acordo com a respectiva cor. A pasta verde seria entregue ao diretor pelo chefe de secção, às segundas – feiras, «a fim de ser tomada decisão quanto a insistência pela resposta em falta: a pasta vermelha ser-me-á presente sempre que a urgência dos assuntos o justifique»<sup>39</sup>.

Os exemplares de apontamentos e informações, com os originais e cópias avulsos ou não, exceptuando aqueles que se podiam considerar como mera rotina, e que eram elaborados pelos funcionários do GNP, deveriam ser numerados e no final deveriam levar a indicação da sua distribuição, que deveria ser feita pelo funcionário que elabora o apontamento ou informação<sup>40</sup>.

A secção do Arquivo, quando recebesse os referidos apontamentos ou informações, para arquivar ou executar o expediente, deveria verificar as normas atrás citadas e deveria manter actualizada a distribuição no exemplar que ficaria sob a sua alçada, integrado no processo respectivo ou em pasta avulsa<sup>41</sup>.

No dia 1 de outubro de 1973 são elaboradas novas normas de execução permanente, em que a secção do Arquivo entregaria os documentos aos funcionários do GNP o mais brevemente possível, tendo como base o dia seguinte ao da entrada; sendo a entrega da documentação feita através de recibos nos livros de entradas e de processos ou outros elementos, recebendo em troca recibos avulso<sup>42</sup>. A secção do Arquivo não deveria entregar qualquer processo sem receber em troca o recibo avulso, e quando o funcionário entregasse o processo, o recibo avulso seria novamente entregue ao funcionário que consultou o processo. Quando os funcionários recebiam os documentos que lhes eram distribuídos, deveriam fazer uma leitura rápida, para verificarem o grau de urgência e da prioridade que deveria ser atribuído ao documento em estudo, se outra indicação não lhes tivesse sido regulada de acordo com as necessidades do serviço.

Com vista a poder controlar «o andamento dos assuntos que estejam dependentes de resposta de outros Serviços ou entidades, proceder-se-á da seguinte forma: todos os funcionários que elaborem expediente, que tenha necessidade de resposta, deveriam dar

---

<sup>38</sup> Regras da secção de Arquivo, 13 de Fevereiro de 1970, (AHD, GNP, Est 5, Prat 2, M.114).

<sup>39</sup> Regras da secção de Arquivo.

<sup>40</sup> Regras da secção de Arquivo.

<sup>41</sup> Regras da secção de Arquivo.

<sup>42</sup> Normas de execução permanente do Gabinete dos Negócios Políticos, 1 de outubro de 1973 (AHD, GNP, Est 5, Prat 2, M 114).

indicação à dactilógrafa»<sup>43</sup> para que «do ofício ou nota do G.N.P. seja dada resposta, devendo o movimento dos papéis atribuídos a cada funcionário ser anotado num mapa próprio, para futura localização. Caso o documento consultado se referisse a um artigo de imprensa, deveriam referir se o documento é favorável ou não às políticas prosseguidas pelo estado português, excepto se tal facto já estivesse referido na documentação; caso as opiniões que constassem no documento fossem favoráveis o funcionário que consultasse o documento, informaria a secção do arquivo para que esta ultima extraísse a respectiva ficha «de acordo com a classificação especial estabelecida nestes casos»<sup>44</sup>.

Os funcionários que tinham como missão tratar das visitas ao ultramar tinham de anotar em minutas «a distribuição que for dada à respectiva notícia, menção que será aposta em baixo, à esquerda. Exemplo: Distrib. D.G.O.P.C. / I.G.M. / M.N.E. (N.P.) / M.N.E. (N.E.) / D.G.S.»<sup>45</sup>.

Em caso da notícia só ser transmitida a uma única entidade, não era necessária menção no documento. O expediente que era elaborado pelos funcionários do GNP iria para a dactilografia com as indicações necessárias, onde se inclui o grau de urgência, sendo o expediente distribuído regra geral às dactilógrafas «pelo funcionário de tal encarregado»<sup>46</sup>. Nas minutas deveriam ser colocadas as indicações dos anexos, «se for caso disso, por meio de etiqueta ou dactilograficamente. O funcionário que executar o expediente dará as convenientes indicações à Secção de Arquivo acerca dos anexos a remeter»<sup>47</sup>.

Em caso do expediente requerer a resposta das entidades às quais foi dirigida, deveriam ser extraídos 3 decalques, sendo dois habituais e mais um, em papel rosa e verde, conforme a resposta pretendida fosse urgente ou não. Os decalques seriam conservados pelo funcionário responsável pelo expediente, «a fim de todas as semanas os apresentar superiormente, para que seja tomada decisão quanto a eventual insistência»<sup>48</sup>.

---

<sup>43</sup> Normas de execução de Arquivo.

<sup>44</sup> Normas de execução de Arquivo.

<sup>45</sup> Normas de execução de Arquivo.

<sup>46</sup> Normas de execução de Arquivo.

<sup>47</sup> Normas de execução de Arquivo.

<sup>48</sup> Normas de execução de Arquivo.

Caso se elaborassem informações avulsas, deveriam ser numerados o original e os respectivos decalques, «a fim de na Secção de Arquivo se anotar a respectiva distribuição, de acordo com o que se encontra determinado»<sup>49</sup>.

As informações relacionadas com as deslocações ao estrangeiro deveriam ter como base o conteúdo de um despacho ministerial de 18 de dezembro de 1970, «apontando-se as deficiências que as propostas apresentem, a fim de superiormente se decidir quanto à sua dispensa»<sup>50</sup>.

Caso houvesse dúvidas na execução das normas já enumeradas, ou nos casos omissos, os funcionários «expô-los-ão superiormente, podendo, se assim o julgarem oportuno, sugerir modificações ou novas normas, a fim de serem devidamente apreciadas»<sup>51</sup>.

Por sugestão do GNP, deveriam ser enviados para o GNP todos os relatórios das inspeções efetuadas por inspetores da administração ultramarina e por inspetores administrativos, para serem fichados e aproveitados na sua plenitude de forma a poder contribuir para a luta anticolonial que se avizinhava<sup>52</sup>. Caso existissem problemas no que respeita ao envio de exemplares de relatórios, que fossem únicos e não tivessem cópias, estes últimos poderiam ser enviados a título devolutivo. A partir destes relatórios seriam elaboradas fichas completas que dispensavam a sua posterior consulta, e caso esta sugestão tivesse aprovação superior os governos provinciais e a Inspeção Superior de Administração Ultramarina deveriam enviar os seus relatórios para o GNP<sup>53</sup>.

A informação circulava entre o GNP e vários níveis ou entidades, num esforço amplo de política de informação<sup>54</sup>. Podemos, num relance rápido, agrupá-los em 4 conjuntos principais:

- Governo Central: a Presidência do Conselho e os vários ministérios;

---

<sup>49</sup> Normas de execução de Arquivo..

<sup>50</sup> Normas de execução de Arquivo.

<sup>51</sup> Normas de execução de Arquivo.

<sup>52</sup> Apontamento n.º 27 de João Neto, 2 de março de 1961 (AHU, GNP, SR 158, P3, Doc12).

<sup>53</sup> Devido à falta de funcionários e dos prazos curtos para executar certo tipo de tarefas, como por exemplo cópias de dactilografia e traduções, tornou-se necessário, com o tempo, contratar mais funcionários, provavelmente a título precário para realizar todo este tipo de tarefas.

<sup>54</sup> Existiam sinopses de correspondência através de impressos onde era indicado o tipo de documentos que eram enviados e recebidos – cf., por exemplo, Sinopse da correspondência, 22 de dezembro de 1959 (AHU, GNP, SR 014, P.2, Doc.1); Sinopse da correspondência, 30 de dezembro de 1960 (AHU, GNP, SR 012, P.1, Doc.1). Sobre a política de informação, numa perspetiva ultramarina, ver José Júlio Gonçalves, *Política de informação (ensaios)* (Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1963). Do ponto de vista da PIDE, cf. o trabalho de Dalila Cabrita Mateus, «A evolução das guerras coloniais na perspectiva dos relatórios de informação», *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVIII (2006): 155-180.

- Polícia Internacional e Defesa do Estado: a PIDE;
- Governo Provincial: os governos-gerais das colónias; os Serviços Centrais de Coordenação da Informação (SCCI);
- Representações diplomáticas: embaixadas e consulados;
- Instituições de estudo e divulgação: o Centro de Estudos Políticos e Sociais, o Serviço Nacional de Informação (SNI), o Arquivo Geral Ultramarino (AGU).

Para evitar uma duplicação ou sobreposição de informações, Afonso Mendes propõe que as informações provenientes dos organismos acima referidos sejam de imediato comunicadas «ao serviço encarregado de obter e coligir todas as informações relativas à segurança nacional», de forma a evitar as consequências já citadas acima, ou seja a desatualização e sobreposição de informação<sup>55</sup>.

O GNP, como corolário da sua atividade, produzia resenhas de informação de política internacional (RIPI), resenhas de informação da situação interna das províncias ultramarinas (RISI), resenhas de imprensa ultramarina (RIU), assim como resenhas da imprensa e rádio estrangeira (RIRE).

Estas resenhas eram enviadas a outros organismos do Estado, como por exemplo, à Presidência da República<sup>56</sup>; à Presidência do Conselho (Secretariado Geral da Defesa Nacional)<sup>57</sup>; ao Ministério das Finanças (Gabinete do Ministro)<sup>58</sup>; ao Ministério da Marinha<sup>59</sup>; ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna)<sup>60</sup>; ao Estado-Maior da Armada (Instituto Superior Naval da Guerra)<sup>61</sup>; à PIDE<sup>62</sup>; aos governos-gerais das províncias ultramarinas<sup>63</sup>.

Exigia-se aos funcionários que transportassem esta documentação, que fossem idóneos e, se possível, funcionários públicos. O chefe da 2.<sup>a</sup> Repartição da Direcção Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Ultramar devia enviar uma

<sup>55</sup> Apontamento n.º 39 de Afonso Mendes, 14 de março de 1961 (AHU, GNP, SR 158, P.3, Doc.11).

<sup>56</sup> Despacho do Ministério do Ultramar (Gabinete do ministro), ao GNP, 25 de julho de 1961 (AHU, GNP, SR 126, P.1, Doc. 9).

<sup>57</sup> Ofício da Presidência do Conselho (Secretariado Geral da Defesa Nacional) ao GNP, 16 de fevereiro de 1962 (AHU, GNP, SR126, P.1, Doc.7).

<sup>58</sup> Ofício do gabinete do ministro das Finanças ao diretor do GNP, 31 de agosto de 1963 (AHU, GNP, SR126,P.1, Doc.2).

<sup>59</sup> Ofício do Ministério da Marinha ao GNP, 6 de agosto de 1963 (AHU, GNP, SR126, P.1, Doc.3).

<sup>60</sup> Ofício do (Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna), 31 de janeiro de 1963 (AHU, GNP, SR126, P.1, Doc.6).

<sup>61</sup> Ofício do Estado-Maior da Armada (Instituto Superior Naval da Guerra) ao GNP, 2 de julho de 1963 (AHU, GNP, SR126, P.1, Doc.5).

<sup>62</sup> Ofício da PIDE, ao GNP, 18 de julho de 1963 (AHU, GNP, SR126, P.1, Doc.4).

<sup>63</sup> Ofício do Governo-Geral de Angola ao GNP, 9 de setembro de 1961 (AHU, GNP, SR 126, P.1, Doc.8).

relação de todos os passageiros da TAP e TAIP para efetuar estas entregas<sup>64</sup>. No entanto, existiam problemas no transporte de correspondência quando os funcionários viajavam para as províncias ultramarinas de avião, pois dispunham apenas de 20 quilos quando viajavam em classe turística, e de 30 quilos para os que viajavam em primeira classe, impedindo-os assim de levar os seus objetos de uso pessoal e de transportar livros e documentos pesados<sup>65</sup>.

O GNP tinha verbas exíguas, de cerca de 600\$00, para gastos com o correio, nomeadamente para o envio de resenhas semanais de política internacional para os territórios ultramarinos, de acordo com o «preceituado no art.º 12.º do decreto-lei n.º 42671, capítulo II de 23 de Novembro de 1959»<sup>66</sup>. Caso não as enviasse com regularidade, estas podiam perder a sua atualidade.

Para solucionar este problema, o GNP propôs como solução que o subsecretário de Estado da Aeronáutica<sup>67</sup> autorizasse que esse transporte fosse feito pela Força Aérea Portuguesa pedindo-se, para além disso, «uma verba especial para ocorrer às despesas resultantes do envio semanal, por via aérea, da resenha de Política Internacional»<sup>68</sup>. No que respeita à verba não existem mais dados para se saber como é que o caso foi resolvido. No que toca ao transporte, o dito subsecretário autorizou esse mesmo transporte<sup>69</sup>, no entanto, aproveitou para avisar que «as missões da Força Aérea são de carácter essencialmente militar, carecendo portanto de regularidade que parece essencial ao bom funcionamento de uma mala diplomática»<sup>70</sup>.

Neste âmbito, importa refletir sobre a tentativa de simplificar o fluxo de informação e encurtar os canais institucionais responsáveis pela recolha da informação ultramarina. Assim, o próprio Kaulza de Arriaga, como relator no Conselho Ultramarino sobre o projeto de reorganização dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações (SCCI), propõe a eliminação destes serviços e a sua substituição integral pela PIDE. Como refere: os SCCI «apenas complicariam a

---

<sup>64</sup> Ofício do GNP, ao chefe da 2.ª Repartição da Direcção Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Ultramar, 7 de julho de 1961 (AHU, GNP, SR 126, P.1, Doc.11).

<sup>65</sup> Ofício do Ministério do Ultramar (Direcção-Geral de Administração Política e Civil), 22 de julho de 1961 (AHU, GNP, SR 126, P.1, Doc.10).

<sup>66</sup> Relatório n.º 79 de Banha da Silva, 26 de junho de 1961 (AHU, GNP, SR 126, P.1, Doc.12).

<sup>67</sup> O titular deste cargo era o coronel Kaulza de Arriaga.

<sup>68</sup> Relatório n.º 79 de Banha da Silva, 26 de junho de 1961 (AHU, GNP, SR 126, P.1, Doc.12).

<sup>69</sup> Ofício do Subsecretariado do Estado da Aeronáutica, ao GNP, 30 de maio de 1961, (AHU, GNP, SR 126, P.1, Doc.12).

<sup>70</sup> Ofício do Subsecretariado do Estado da Aeronáutica, ao GNP, 2 de maio de 1961, (AHU, GNP, SR 126, P.1, Doc.13).

actividade de recolhe de informações, diminuindo a objectividade destas e rendimento»<sup>71</sup> (Figura 1).

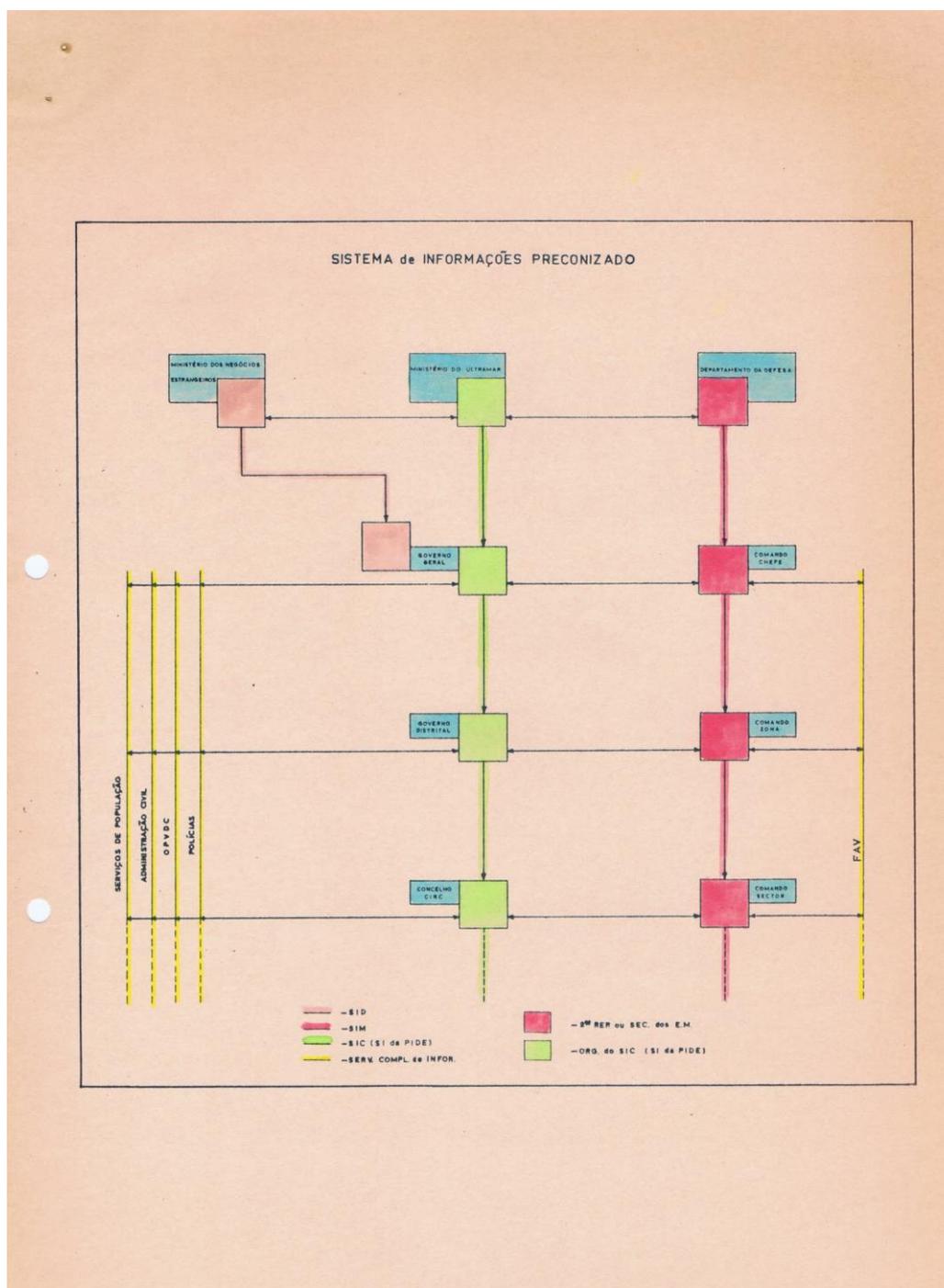


Figura 1. Projeto de reorganização dos SCCI (Kaulza de Arriaga, 1967)

<sup>71</sup> Kaulza de Arriaga, Reorganização dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações das Províncias Ultramarinas. Projeto de Parecer, maio de 1967. Disponível: <http://ultramar.terraweb.biz/KaulzadeArriaga/ReorganizacaoodosServicosProvnciasUltramarinas.pdf>. Sobre os SCCI, o GNP produziu e recebeu uma série de pareceres ao longo da sua vigência. Veja-se, por exemplo, também de maio de 1967, o esquema de uma exposição de situação, da autoria do diretor dos SCCI-Angola, que contém também propostas de melhoramentos dos serviços (AHU, GNP, SR 18, P.2).

Num balanço sobre o trabalho enciclopédico realizado pelo GNP, Fernando Monteiro<sup>72</sup>, que foi adjunto dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique entre 1965 e 1970, refere que o gabinete avaliava a informação ao nível da imprensa internacional e nacional, não deixando de salientar que o GNP tinha meios escassos, uma acumulação enorme de trabalho, e os inspetores de vez em quando lá iam aos outros serviços com quem contactavam<sup>73</sup>.

Observemos sumariamente a classificação da documentação por parte do GNP. A estrutura divide-se em 5 níveis (Tabela 1; Anexo 1).

Tabela 1. Quadro de classificação da informação processada pelo GNP

Letras	Temas
A	PORTUGAL – ADMINISTRAÇÃO GERAL
B	DIVERSOS
C	FOMENTO NAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS
D	QUESTÕES RELIGIOSAS
E	QUESTÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS NAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS
F	ATITUDES FAVORÁVEIS PARA PORTUGAL
G	RELAÇÕES POLÍTICAS
H	TERRITÓRIOS ESTRANGEIROS (INFORMAÇÕES)
I	MOVIMENTOS PRO-INDEPENDÊNCIA DO ULTRAMAR, EM GERAL (ACÇÃO EXTERNA)
J	COMBATE AOS MOVIMENTOS - CONTRA REVOLUÇÃO
K	MOVIMENTOS PRO-INDEPENDÊNCIA DAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS (ACÇÃO INTERNA)
L	MOVIMENTOS PRO-INDEPENDÊNCIA DAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS (ACÇÃO EXTERNA)
M	APOIO AOS MOVIMENTOS PRO-INDEPENDÊNCIA DO ULTRAMAR
N	ACTIVIDADES SUBVERSIVAS
O	ESTUDANTES - ACÇÃO POLÍTICA – MOVIMENTOS
P	SEGURANÇA NACIONAL
Q	COLONIALISMO E ANTI-COLONIALISMO – NEOCOLONIALISMO
R	SOCIALISMO E COMUNISMO
S	MOVIMENTOS SINDICAIS – SINDICALISMO
T	IMPrensa
U	RÁDIO, TELEVISÃO E CINEMA
V	TURISMO, FOLCLORE
X	VISITAS, PASSAPORTES E VISTOS
Y	ASSUNTOS RELACIONADOS COM A IMPrensa NÃO INCLUÍDOS NA SECÇÃO T
Z	INFORMAÇÃO, PROPAGANDA E CONTRA-PROPAGANDA

<sup>72</sup> Fernando Monteiro também exerceu o cargo de consultor dos governadores gerais de Moçambique para a Acção Psicológica e foi investigador dos cursos de Letras da Universidade de Lourenço Marques entre 1970-1974.

<sup>73</sup> AbdoolKarim Vakil, Fernando Monteiro, Mário Machaqueiro, *Moçambique: memória falada do Islão e da guerra*, (Coimbra: Almedina, 2011), 125-126 e 181.

O primeiro nível é composto por letras e os outros por números, numa perceção cada vez mais refinada e apertada da informação, até ao nível das pessoas. A projeção desta técnica revela os centros de interesse do GNP, cuja lógica necessitará de ser comparada com outros sistemas de classificação. É importante reter que o espólio documental do GNP está dividido atualmente por dois arquivos institucionais, o Arquivo Histórico Ultramarino e o Arquivo Histórico Diplomático, tendo sido desestruturado em termos da lógica arquivística original. Mais, por ironia, o GNP vê-se hoje alojado num ministério estranho à sua criação: os Negócios Estrangeiros e os Negócios Ultramarinos eram, na estrutura e política do Estado Novo, duas zonas francamente distintas e, mesmo, antagónicas<sup>74</sup>.

Sobre o GNP, a construção futura do seu entendimento deverá passar por uma rede de outros arquivos/acervos, nomeadamente: os arquivos dos outros serviços do Ministério do Ultramar, os arquivos dos SCCI, os arquivos da PIDE, os arquivos histórico-militares, os arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o arquivo de Oliveira Salazar.

#### 1.4. Para um cálculo político

No que concerne ao peso político da informação e tomando como exemplo os relatórios de Manuel A. Morais Martins do GNP sobre a insurreição na Baixa do Cassange, em 1961, Diogo Ramada Curto e Bernardo Pinto da Cruz, recentemente, defenderam que o inspetor não teve preocupações em analisar os pontos de vista da população, preocupando-se mais com questões táticas e logísticas, sugerindo que a sua intervenção analítica estava dependente de uma hierarquia cujo topo era a figura do ministro do Ultramar e de Salazar. Morais Martins seria, assim, apenas, uma peça de uma cadeia de comunicação e informação, conservadora do *status quo* colonial<sup>75</sup>.

Estes historiadores abrem, assim, uma polémica com Alexander Keese que, em sucessivas investigações, tem procurado detetar alinhamentos menos *conservadores* nos

---

<sup>74</sup> Importa referir que a tabela 1 e o anexo 1 resultam do trabalho de inventariação que deu origem ao site/catálogo «Inventários dos Arquivos do Ministério do Ultramar», <http://arquivos.ministerioultramar.holos.pt/source/presentation/conteudo.php?id=MU/GM/GNP&tipo=3>. Sobre os arquivos coloniais, ver, por todos, o interessante livro de Ann Laura Stoler, *Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common sense* (Princeton: Princeton University Press, 2010).

<sup>75</sup> Diogo Ramada Curto, e Bernardo Pinto Cruz, «Terror e Saberes Coloniais: Notas acerca dos incidentes na Baixa do Cassange, Janeiro e Fevereiro de 1961», em *O império colonial em questão. (sécs. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições*, org. Miguel Bandeira Jerónimo (Lisboa: Edições 70, 2012), 3-35.

funcionários do GNP<sup>76</sup>. O foco de atenção de Keese é o trabalho forçado. Neste contexto, tem estudado, por exemplo, a figura de Hélio Felgas, antigo governador do Congo português e, depois, funcionário do GNP. Este, na sua defesa da população atingida, revelaria uma atitude menos ortodoxa, criticando inclusivamente as posições passivas do regime. Felgas, ao pretender acabar com o trabalho forçado, tentou, junto do GNP, obter apoio. Silveira Ramos, do GNP, de acordo com Keese, defendeu e apoiou Hélio Felgas contra os restantes membros da administração colonial em Angola pela remoção do trabalho forçado<sup>77</sup>.

O que importa aqui evidenciar é a importância deste tipo de debates historiográficos para averiguar diferentes sensibilidades no GNP e a forma como elas refletiam segmentos ideológicos diferenciados.

---

<sup>76</sup> Alexander Keese, «Dos Abusos às Revoltas? Trabalho forçado. Reformas portuguesas, política “tradicional” e religião na Baixa do Cassange e no distrito do Congo (Angola 1957- 1961)», *Africana Studia*, n.º 7 (2004), 247-276. Veja-se ainda Alexander Keese, *Integrating an African elite in French and Portuguese Africa, 1930-61* (Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2007).

<sup>77</sup> A matéria é complexa, se aceitarmos uma visão mais abrangente da atividade dos funcionários. Por exemplo, o próprio Manuel da Silveira Ramos assina um relatório, em 12 de setembro de 1960, relativo à Rádio-Difusão do Ultramar, onde se pede aos serviços competentes para que interfiram nas emissões de rádio estrangeira inconvenientes e que prejudicam os interesses portugueses e a sua política ultramarina, propondo o próprio autor a emissão «de programas inteligentemente elaborados e de reconhecido interesse para as populações não civilizadas» - cf. Apontamento n.º 119 de Manuel da Silveira Ramos, 12 de setembro de 1960 (AHU, GNP, SR. 159,P1C).



## CAPÍTULO 2.

### O RASTILHO DA DESCOLONIZAÇÃO DO CONGO BELGA

#### 2.1. A descolonização «inflamada»: episódios e interrogações

Após a II Guerra Mundial, a Bélgica decide realizar importantes projetos económicos e militares no Congo nos quais se incluem a base militar de Kamina e um porto fluvial. Para concretizar estes projetos, a Bélgica procede a reformas na administração colonial e amplifica a autonomia administrativa iniciada em 1947, permitindo aos nativos congolezes, em 1953, a propriedade de terras<sup>78</sup>.

Em maio de 1955, o rei Balduíno I visita Léopoldville. Os habitantes congolezes esperavam que o soberano se preocupasse com os seus problemas. Para além disso, esperavam uma melhoria das suas condições de vida, o desaparecimento da segregação racial, uma melhoria da condição geral de colonizados. Porém, o discurso do rei não correspondeu aos seus anseios. Balduíno limita-se a falar na *ligação mística* que o seu país possuía com o Congo e apelava à união ainda maior entre o Congo e a Bélgica<sup>79</sup>. O quadro constrangedor da colonização desmentia, no entanto, essa ligação mística: os congolezes eram altamente discriminados na administração pública, só podendo ocupar os lugares mais baixos desta última; não tinham acesso ao ensino universitário nem secundário; não existiam organizações políticas nativas porque estavam proibidas, nem os nativos podiam ser eleitos para a assembleia legislativa.

Apesar deste quadro pouco abonatório, o governo belga flexibiliza a sua posição e permite que alguns congolezes votem nas eleições municipais de 1957<sup>80</sup>. A ampliação da autonomia por parte dos belgas permitirá o recrudescimento das atividades de partidos políticos: de cariz não étnico, como o Movimento Nacional Congolês (MNC), fundado em 1958, presidido por Patrice Lumumba; de cariz étnico, como a *Alliance des Bakongo* (ABAKO)<sup>81</sup>. Tudo ou quase tudo parece precipitar-se a partir de 1955. Detenhamo-nos, um bocado mais, nesse ano e no tempo veloz dos anos subsequentes, num processo que desembocará, em 1960, na independência.

---

<sup>78</sup> Maria Tiscar Santiago, *Diplomacia peninsular e operações secretas na guerra colonial* (Lisboa, Edições Colibri, 2013), 281.

<sup>79</sup> Kabengele Muzanga, «A República Democrática do Congo – RDC», 10, [www.casadasafricas.org.br/img/upload/327492.pdf](http://www.casadasafricas.org.br/img/upload/327492.pdf)

<sup>80</sup> Gordon Kerr, *Uma breve história de África* (Lisboa: Bertrand, 2013), 158.

<sup>81</sup> Tiscar Santiago, *Diplomacia peninsular*, 281.

Em fevereiro de 1955, Van Bilsen<sup>82</sup>, professor belga, publica um estudo em que refere que a Bélgica e o Congo deveriam começar a pensar numa independência gradual, mas sem datas. Simultaneamente, a Bélgica devia começar a formar quadros congolezes para uma futura transferência de responsabilidades para os congolezes. Devido à diversidade territorial e étnica, o Congo deveria ter uma constituição federal. Van Bilsen estimava que dentro de 30 anos, o Congo poderia ser um território totalmente independente. O estudo, devido à conjuntura, tornou-se uma referência incendiária<sup>83</sup>.

Em Agosto de 1955, a ABAKO - uma associação cultural do grupo étnico Bacongo, que foi fundada em 1950 com o fim de expandir e melhorar a linguagem quicongo na África Central – exige, através de um contramanifesto, a formação de partidos políticos congolezes. Para além disso, relativamente ao prazo para a independência, defenderam que deveria ser imediata, discordando assim do projeto de Van Bilsen de uma federação congoleza com bases étnicas. Rejeitavam também a criação da comunidade belgo-congoleza<sup>84</sup>.

Em julho de 1956, um grupo reunido em torno do periódico *Consciência Africana* recusa, por seu turno, a integração no Congo numa futura comunidade federal belgo-congoleza, tal como o rei advogava em 1955. O grupo era formado por jovens jornalistas, professores primários, e funcionários da administração colonial, opondo-se também a qualquer reforma que não contasse com a sua participação<sup>85</sup>.

Em 1957 o Governo belga organiza as primeiras eleições municipais nalguns centros urbanos. Através de um decreto de 26 de março de 1957, o governador-geral do Congo e do Ruanda-Burundi foi autorizado a realizar eleições nalguns centros urbanos, tendo as grandes cidades sido divididas em municipalidades africanas e europeias. Cada municipalidade deveria eleger os seus conselheiros, sendo que o prefeito dessa municipalidade seria nomeado pelo governador da província. O resultado das eleições não foi o esperado pelo Governo belga. Esse facto ainda aumentou mais o desejo por

---

<sup>82</sup> O estudo de Van Bilsen intitula-se, Plano de trinta anos para a emancipação política da África belga. Ver <http://www.war-memorial.net/Congo-Crisis-3.128>.

<sup>83</sup> Muzanga, «A República Democrática do Congo», 10-11.

<sup>84</sup> Muzanga, «A República Democrática do Congo», 11. Sobre este feixe de reações, ver as apreciações feitas por Hélio Felgas, O Congo belga – ameaça ou protecção para a defesa de Angola, 1957 (AHD, GNP, 19D). Felgas foi governador do Congo português entre 1956 e 1960.

<sup>85</sup> Muzanga, «A República Democrática do Congo», 11.

parte da população congoleza em obter a sua independência o mais brevemente possível<sup>86</sup>.

Um ano mais tarde, em 1958, durante a exposição mundial, nos pavilhões belgas e das suas colónias do Congo e Ruanda-Urundi reúnem-se milhares de autóctones destes territórios, o que permitiu o contacto entre chefes tradicionais, líderes políticos, sindicalista e jovens professores primários de diferentes partes. Nessa concentração, os líderes das cidades tiveram conhecimento das preocupações das populações rurais, reforçando a coesão em torno da luta independentista<sup>87</sup>.

Um outro fator que também fez com que a independência fosse acelerada foi a visita de De Gaulle ao Congo-Brazzaville, em 24 de agosto de 1958, em que este oferece a independência às colónias francesas caso estas quisessem<sup>88</sup>. O discurso de De Gaulle foi acompanhado com grande interesse no Congo-Léopoldville. Dois dias depois, os líderes congolezes pedem a Pétillon, ministro responsável pela tutela do Congo-Léopoldville, um calendário para a emancipação. Todos os líderes das principais organizações políticas assinam juntos a petição, apesar das suas divergências, para que o Congo-Léopoldville fosse independente<sup>89</sup>.

Durante o Congresso Pan-Africano realizado em Accra, capital do Ghana, Patrice Lumumba do MNC foi eleito para membro do secretariado da organização. Neste mesmo congresso, os líderes africanos, como Nasser, Nkrumah ou Sekou Touré, deram total apoio a Lumumba na sua luta pela autodeterminação do Congo-Léopoldville<sup>90</sup>.

Nesse mesmo ano de 1958, em abril, Sir Roy Welensky, primeiro-ministro da Federação da África Central, é «contactado por personalidades influentes do Catanga e da Bélgica para que esta província fosse integrada na Federação da África Central»<sup>91</sup>.

Seguindo Tiscar, podemos aceitar que a Bélgica decide iniciar em 1955 um processo de descolonização controlado a partir de Bruxelas, devido essencialmente a influências francesas e ao aumento da contestação do domínio belga no Congo<sup>92</sup>. No entanto, os colonos belgas não acolheram bem as ideias do seu governo e obrigam este último a procurar o apoio de nacionalistas moderados como o congolês Kasavubu, ao

---

<sup>86</sup> Muzanga, «A República Democrática do Congo», 11-12.

<sup>87</sup> Muzanga, «A República Democrática do Congo», 12.

<sup>88</sup> Muzanga, «A República Democrática do Congo», 12.

<sup>89</sup> Muzanga, «A República Democrática do Congo», 12.

<sup>90</sup> Muzanga, «A República Democrática do Congo», 12.

<sup>91</sup> Luís Barroso, *Salazar e Caetano e o "reduto branco"*, 91. Esses contatos surgem depois da imprensa inglesa ter noticiado que a federação teria acordado com o governo belga a junção do Catanga nesse sentido.

<sup>92</sup> Tiscar Santiago, *Diplomacia peninsular*, 281.

passo que os interesses mineiros belgas eram defendidos pela *Confédération des Associations Tribales du Katanga* (CONAKAT), fundada em 1959 por Moisés Tshombé<sup>93</sup>.

O ano de 1959 foi marcado, justamente, por incidentes nas ruas entre as várias etnias. Muitos desses incidentes foram inspirados pelas autoridades belgas com a ideologia de *divide et impera*. Aproveitando toda esta violência, as autoridades responsabilizaram Patrice Lumumba pela violência e colocaram-no sob prisão em 1 de novembro de 1959<sup>94</sup>.

Finalmente, as autoridades belgas decidem convocar todos os chefes políticos congolese para uma mesa-redonda, organizada em Bruxelas, de 20 de janeiro a 20 de fevereiro de 1960. Já na abertura da conferência, uma fração dos participantes belgas estava decidida a conceder a independência a curto prazo. Os hesitantes foram logo obrigados a aceitar, encurralados pelas ameaças, impaciência e firmeza das propostas dos líderes africanos<sup>95</sup>.

No entanto, ninguém chegava a acordo sobre o modo como deveria ser a forma do novo Estado, existindo uns, como Lumumba, que queriam um Estado unitário ao passo que outros queriam um Estado federal, como Tshombé e Kalondji, havendo ainda outros que não tinham uma posição pré-determinada, como Kasavubu<sup>96</sup>.

A data da independência foi fixada em 30 de junho de 1960, surpreendendo a opinião internacional. A retirada brusca dos belgas surpreendeu o mundo porque, aparentemente, a sua dominação não sofria ameaça real em nenhuma região do Congo belga - a oposição nacionalista congolese era puramente verbal; nenhum movimento revolucionário tinha recursos; nenhum exército de libertação lutava contra o exército colonial; em nenhum lugar nas cidades uma greve geral efetiva ameaçava a economia colonial<sup>97</sup>.

A mesa-redonda decidiu que o Congo belga independente seria uma república parlamentar com um forte governo central e seis governos provinciais. Uma constituição provisória foi instituída para assegurar a transição. As eleições para o

---

<sup>93</sup> Tiscar Santiago, *Diplomacia peninsular*, 281.

<sup>94</sup> Muzanga, «A República Democrática do Congo», 13.

<sup>95</sup> Muzanga, «A República Democrática do Congo», 13.

<sup>96</sup> Tiscar Santiago, *Diplomacia peninsular*, 282.

<sup>97</sup> Muzanga, «A República Democrática do Congo», 13. Hélio Felgas dirá o seguinte: «Politicamente o Congo detém o «record» da precipitação na corrida para a independência. Ainda em 1957 era uma colónia calma e sossegada cuja elite africana (onde não havia um único universitário) assentava em uma classe média de pequenos funcionários e empregados» - cf. Hélio Felgas, *Aspectos políticos da África actual* (Lisboa, s.n., 1962), 247

estabelecimento de um novo parlamento e governo congolese seriam em maio de 1960, e em junho o Congo finalmente ascenderia à sua independência<sup>98</sup>.

Em 8 de março de 1960, todos os parceiros da Bélgica na NATO felicitam-na pela sua decisão, incluindo Portugal. Ressalve-se que o governo português «é solidário com os parceiros que felicitam a Bélgica pela sua decisão, mas não aceita totalmente o motivo dessa celebração»<sup>99</sup>. Portugal não aceita o motivo de tal celebração porque acha que o Congo está pouco preparado para aceder à independência e possui um «mosaico complexo de etnias»<sup>100</sup>, o que poderia trazer instabilidade aos países circunvizinhos, entre os quais se cita a possessão portuguesa de Angola. Para Portugal, a solução seria dar primeiro maior autonomia de forma a preparar o Congo «para um governo nacional»<sup>101</sup>.

Antes da data de concessão de independência, aparecem os primeiros sinais de violência no Congo e os aliados da Bélgica na NATO sentem que a independência congolese possa resvalar para o caos, embora não o afirmassem publicamente. Daí a necessidade da Bélgica pedir aos seus aliados, incluindo Portugal, que respeessem a preservação da segurança e integridade do Congo. Com o aproximar da independência do Congo, Portugal sente que a futura independência do Congo pode ser uma ameaça às suas possessões ultramarinas em África e, para além disso, presente o perigo de uma futura expansão comunista na região<sup>102</sup>.

As eleições nacionais e provinciais realizar-se-ão em maio de 1960. O Congo torna-se independente em 30 de Junho de 1960. Joseph Kasavubu será o primeiro Presidente da República e Patrice Lumumba o primeiro-ministro e chefe do Governo<sup>103</sup>.

Apesar dos problemas que a independência do Congo-Léopoldville poderia proporcionar a Portugal e ao seu império, tido como nação una e indivisível que ia do Minho a Timor, o Governo português envia como embaixador extraordinário às cerimónias de independência congolese Sarmiento Rodrigues, governador-geral da Guiné entre 1945-1949, ministro das Colónias / Ultramar entre 1950-1955 e governador-geral de Moçambique entre 1961-1964<sup>104</sup>.

---

<sup>98</sup> Pedro Santos, *Portugal e a Nato: diplomacia em tempo de guerra (1961-1968)* (Tese de Mestrado: Lisboa, ISCTE, 2007), 31.

<sup>99</sup> Santos, *Portugal e a Nato*, 31.

<sup>100</sup> Santos, *Portugal e a Nato*, 31.

<sup>101</sup> Santos, *Portugal e a Nato*, 32.

<sup>102</sup> Santos, *Portugal e a Nato*, 32.

<sup>103</sup> Muzanga, «A República Democrática do Congo», 14.

<sup>104</sup> Paulo Silva e Orlando Castro, *História da guerra colonial na primeira pessoa* (Vila do Conde, Quid Novi, 2011), vol. V, 101.

Porque é que a independência prometida durante quatro anos foi outorgada em seis meses? A pressa explicar-se-á em parte pela pressão exercida pelos líderes congolezes, mas também por um hipotético cálculo maquiavélico orquestrado por uma ala da política belga e por representantes dos meios de negócios. Os líderes africanos queriam imediatamente a independência; os meios políticos belgas, de acordo com o seu cálculo maquiavélico, resolveram outorgar-lhes a independência no justo momento que eles não saberiam como o que fazer com ela, pois não havia nenhum quadro administrativo africano experiente. Não tendo esse quadro, o governo independente iria necessária e absolutamente precisar ainda por certo tempo do quadro administrativo colonial composto de brancos. A mesma dificuldade se colocava no plano militar que até então contava somente com o comando dos oficiais belgas. Estando a administração pública e o exército ainda inteiramente nas mãos dos belgas, os governantes congolezes não teriam outra saída a não ser curvar-se a uma situação de continuidade, ou seja, de uma independência fictícia e nominal<sup>105</sup>.

De acordo com a resenha n.º 24 do GNP, de informação política do terceiro trimestre de 1961, o embaixador da Bélgica em Washington, num discurso no *Economic Club of New York*, refuta algumas dessas acusações, dizendo que a Bélgica teve uma permanência curta no Congo, que os recursos humanos belgas eram escassos e que o Congo era um território muito extenso, mas que, apesar de todas as dificuldades, a Bélgica deixara uma obra importante no Congo ao nível de infraestruturas, com a construção de estruturas rodo-ferroviárias, hospitais e universidades, aumentando inclusivamente os salários dos congolezes<sup>106</sup>.

Após a independência, o país cai no caos. Se a transferência de poder dentro da administração civil ocorrerá sem problemas de vulto, apesar da pouca formação dos nativos congolezes, o mesmo não acontece no plano militar<sup>107</sup>.

A única força que poderia eventualmente conter minimamente o caos, a *Force Publique*, amotina-se quando se percebeu que a situação continuava igual ao tempo colonial, isto é, que continuava a não existir nenhum congolês que fosse oficial nesta força<sup>108</sup>. Em consequência desse ato exigem a demissão do general belga Janssens e a

---

<sup>105</sup> Muzanga, «A República Democrática do Congo», 14. Como o autor lembra, na data de proclamação da independência em 30 de Junho de 1960, o país tinha apenas nove jovens universitários inexperientes recém-formados que, por mais competentes e voluntaristas que fossem, não seriam numericamente suficientes para administrar um país tão grande territorialmente.

<sup>106</sup> AHD/MNE, GNP, RIPI, 1961, 3.º T (23-38), n.º 24, 9-10.

<sup>107</sup> Tiscar Santiago, *Diplomacia peninsular*, 282.

<sup>108</sup> Muzanga, «A República Democrática do Congo», 14.

africanização dos quadros de comando. Diante desse clima de revolta, que se repercutiu em todos os quartéis, Patrice Lumumba decide, num discurso dirigido às tropas em 5 de julho de 1960, oferecer uma promoção automática na posição superior a todos os soldados<sup>109</sup>. A oferta foi considerada insuficiente porque a posição de suboficial, a mais elevada ocupada pelos congolese, não os colocava realmente numa posição de comando. O movimento de reivindicação obrigará ao governo recém-empossado a retirar o comando das tropas das mãos dos belgas e a africanizar os quadros superiores do comando. Nesse contexto, Joseph Mobutu, anos antes promovido a sargento e contador-dactilógrafo da força pública, foi nomeado coronel chefe do Estado-Maior<sup>110</sup>.

O motim foi apenas a ponta do *iceberg* de uma situação caótica colossal que estava para vir.

Em 11 de julho de 1960, Moisés Tshombé, governador da província do Catanga, proclama na Rádio-Élisabethville a secessão dessa província e a sua constituição num Estado independente. Alegou como motivo a desorganização da República do Congo e o recurso aos métodos das ditaduras comunistas utilizado pelo governo central<sup>111</sup>.

## **2.2. O GNP ao serviço da propaganda: linhas de superfície?**

Quando ocorre a crise do Congo em 1960, o Governo português confirmará as suas piores expectativas e os problemas que irá ter no seu império<sup>112</sup>. Essa percepção é evidenciada num comentário radiofónico de João Costa Freitas de 10 de junho de 1960 na Emissora Nacional, no programa Ideias e Factos: apesar de alguma conflitualidade retórica dos dirigentes congolese, esperava o comentador que os políticos congolese fossem realistas para com os portugueses, porque estavam vários interesses económicos em jogo, e que por parte de Portugal o Congo teria uma política de boa vizinhança<sup>113</sup>. Cerca de cinco dias mais tarde, Costa Pereira, num outro comentário radiofónico, previa que o Congo pudesse entrar numa espiral de violência e de instabilidade, o que de facto veio a acontecer<sup>114</sup>.

---

<sup>109</sup> Muzanga, «A República Democrática do Congo», 14-15.

<sup>110</sup> Muzanga, «A República Democrática do Congo», 15.

<sup>111</sup> Muzanga, «A República Democrática do Congo», 15.

<sup>112</sup> Santos, *Portugal e a Nato*, 6.

<sup>113</sup> Comentário radiofónico de João Costa Freitas intitulado: A independência do Congo belga, de 10 de junho de 1960. Este comentário, bem como os outros aqui citados, está disponível no «Museu virtual da RTP», <http://museu.rtp.pt/#/pt/intro>

<sup>114</sup> Comentário radiofónico de Costa Pereira intitulado: A desintegração do Congo belga, de 15 de junho de 1960.

Em 23 de dezembro de 1961, na Emissora Nacional, Carlos da Costa Pereira elogia a obra dos belgas no Congo e afirma que a sua saída conduziu ao caos. Neste contexto, refere que o único território com alguma capacidade de sobrevivência e estabilidade seria o Catanga, apesar da ameaça da ONU que estava a destruir o direito desta província à autodeterminação<sup>115</sup>.

Em 25 de agosto de 1962, Eduardo Freitas da Costa, no mesmo programa, critica a ação da ONU no Congo, dizendo que esta era responsável pelo sangue que corria no Congo<sup>116</sup>. Em 29 de agosto, Pereira Monteiro condena, por seu turno, o Governo de Léopoldville por ceder uma base à UPA, censurando o Congo por não confirmar essa notícia<sup>117</sup>. Em 3 de setembro, Eduardo Freitas da Costa reprova as contradições do Governo congolês ao afirmar que este último tanto elogia o Governo português como o acusa de serem assassinos. Relativamente à base concedida à UPA, critica a irresponsabilidade congoleza por dar guarida a terroristas que tanto mal fazem em Angola, podendo Portugal retaliar<sup>118</sup>.

Artur Maciel, no seu jornal da semana de 31 de julho de 1963, elogia Tshombé por denunciar o tribalismo e o individualismo do Congo<sup>119</sup>.

Em 1964, a 6 de abril, Carlos Mário Alexandrino da Silva critica o Congo por auxiliar os rebeldes e por estes, por sua vez, só criarem distúrbios e instabilidade no Congo em paga desse apoio<sup>120</sup>. A 3 de julho, António Augusto da Silva e Cunha faz um triste balanço da independência congoleza, salientando o contínuo caos existente no Congo, mas mantendo a esperança que os dirigentes congolezes tivessem aprendido algo com os seus erros<sup>121</sup>. Rui Manuel Pessoa de Amorim, a 15 de julho de 1964, refere que a ONU teve uma ação nefasta no Congo, e que o balanço da sua saída é negativo<sup>122</sup>.

---

<sup>115</sup> Comentário radiofónico de Costa Pereira intitulado: A lógica e a realidade, de 23 de dezembro de 1961.

<sup>116</sup> Comentário radiofónico de Eduardo Freitas da Costa intitulado: Tropelias sangrentas, de 25 de agosto de 1962.

<sup>117</sup> Comentário radiofónico de Pereira Monteiro intitulado: Política de bastidores, 29 de agosto de 1962.

<sup>118</sup> Comentário radiofónico de Eduardo Freitas da Costa intitulado: As graves definições congolezas, de 3 de setembro de 1962.

<sup>119</sup> Jornal radiofónico de Artur Maciel, 31 de julho de 1963.

<sup>120</sup> Comentário radiofónico de Carlos Mário Alexandrino da Silva intitulado: Os congolezes...roubados por Holden Roberto, de 6 de abril de 1964.

<sup>121</sup> Comentário radiofónico de António Augusto da Cunha e Silva intitulado: Triste aniversário, de 3 de Julho de 1964.

<sup>122</sup> Comentário radiofónico de, Rui Pessoa de Amorim intitulado: Tratamento de um malogro, de 15 de Julho de 1964.

Mesquita Gonçalves, no seu comentário radiofónico de 1 de abril de 1965, elogia Tshombé pela sua capacidade governativa e critica aqueles que o querem derrubar<sup>123</sup>. Tshombé será derrubado a 13 de outubro desse ano. A 22 de outubro, Carlos Machado censura a deposição de Tshombé por Kasavubu, Presidente do Congo, dizendo que este tinha inveja daquele e do prestígio que tinha alcançado perante a comunidade internacional<sup>124</sup>.

Em 1966, Leonel Banha da Silva, no seu comentário radiofónico, denuncia a atitude do general Mobutu de criticar asperamente Portugal, apesar deste, antes da tomada do poder, parecer um moderado. Lembra Banha da Silva que o Congo poderia ser prejudicado economicamente, porque dependia de Angola para escoar e receber produtos<sup>125</sup>.

### **2.3. Portugal no Congo: população e interesses**

A 6 de junho de 1960, num apontamento do GNP, sem autor, é referido o caos em que se encontrava o Congo antes da independência, o que exigiria um plano de evacuação da comunidade portuguesa no Congo, que estaria a ser estudado pelas autoridades portuguesas. Neste contexto, o documento quantifica, por localidades e situação profissional, a população portuguesa branca no Congo-Léopoldville (Tabelas 2 a 4; Anexo 1, Mapas 1 e 2)<sup>126</sup>.

O número de portugueses residentes no Congo era de 4876 pessoas, aos quais se tinham de juntar os 56 portugueses que viviam no Ruanda Burundi. A maior parte da população portuguesa vivia em Léopoldville e na sua região (Tabelas 2 e 3). Importa também observar que Élizabéthville, bastião da secessão catanguesa, é apenas a sexta cidade com mais portugueses brancos. Relativamente à atividade profissional, os portugueses dividiam-se, segundo os critérios do levantamento, em colonos e empregados por conta de outrém (Tabela 4).

---

<sup>123</sup> Comentário radiofónico de Júlio Mesquita Gonçalves intitulado: Bom augúrio em África, de 1 de Abril de 1965.

<sup>124</sup> Comentário radiofónico de Carlos Machado intitulado: A crise conguesa, de 22 de Outubro de 1965.

<sup>125</sup> Comentário radiofónico de Leonel Banha da Silva intitulado: A lei da selva, de 12 de Outubro de 1966.

<sup>126</sup> Apontamento sem autor do Ministério do Ultramar, de 6 de Junho de 1960 (AHD/MNE, Est3, Prat 7, M848, doc. 8).

Tabela 2. Distribuição da comunidade portuguesa branca pelas províncias do Congo-Léopoldville em 1958

<b>Províncias</b>	<b>Número de portugueses</b>
Léopoldville	2593
Equador	729
Katanga	500
Oriental	481
Kassai	455
Kivu	120
Total	4878

Tabela 3. Distribuição da comunidade portuguesa branca nas cidades do Congo-Léopoldville em 1958

<b>Cidades</b>	<b>Número de portugueses</b>
Léopoldville (Kinshasa)	1173
Stanleyville (Kisangani)	215
Boma	199
Luluabourg (Kananga)	178
Matadi	157
Élizabethville (Lumbumbashi)	142
Kikwit	105
Coquilhateville (Mbandaka)	98
Kolwezi	90
Thysville (Mbanza Ngungu)	90
Bukavu	28
Jadotville (Likasi)	75
Total	2550

Tabela 4. Distribuição comunidade portuguesa branca por profissões no Congo-Léopoldville em 1958

<b>Profissões</b>	<b>Número de portugueses</b>
Sem profissão (mulheres, crianças e indeterminados)	1774
Colonos (comerciantes e industriais por conta própria, donos de plantações e colonos propriamente ditos).	1303
Empregados e operários de estabelecimentos comerciais	1097
Agentes do estado	7
Total	4181

## 2.4. O mundo na crise do Congo: guerra fria e intervenção da ONU

A independência do Congo-Léopoldville, por causa do caos instalado, abre uma nova frente na Guerra Fria, com a intervenção da ONU. A triangulação entre as duas principais potências, os EUA e a URSS, e o tabuleiro político da ONU, com as suas correlações de força, constitui um primeiro dado a reter. Mas, provavelmente, não é o único dado decisivo, pois a participação e envolvimento dos países europeus com interesses coloniais, dos países africanos descolonizados e de outras potências regionais, projetam um xadrez complexo. A começar pela antiga potência administrante: a Bélgica.

Ainda antes do Congo-Léopoldville pedir ajuda à ONU, os EUA já tinham interesse em que a ONU atuasse como um meio para concretizar os interesses americanos. Isto porque a ONU era um meio através do qual se poderia exercer pressão sobre os poderes coloniais e através da ONU seria mais fácil a influência americana<sup>127</sup>.

Em 1965, numa abordagem sobre o início da crise, o GNP, através da sua Resenha de Informação e Rádio Estrangeiro (RIRE), ainda retém as acusações que a URSS faz à ONU por ter decidido, em Conselho de Segurança, a 14 de julho de 1960, enviar uma força militar para o Congo-Léopoldville, na sequência da secessão do Catanga. A URSS acusava a ONU de ser responsável pela violência no Congo e de apoiar os EUA e os países colonialistas. Apesar de concordar com a ida de forças militares para o Congo, a URSS rapidamente renegará essa ideia e recusa-se, nessa conjuntura, a pagar as despesas da presença de forças da ONU no Congo, tal como o farão, também, a Bélgica e a França<sup>128</sup>. Quatro anos já tinham passado sobre a atualidade efetiva da notícia, mas ela mantinha no GNP um interesse persistente.

Vejamos, através de dois planos, a forma como o mundo é mobilizado pelo Congo-Léopoldville. Começaremos por fixar o eixo da ONU no quadro da intervenção no Congo, refletindo aí a trajetória das várias potências, nomeadamente dos EUA. Seguidamente, através, da informação veiculada pelo GNP, tentaremos traçar alguns pontos-chave no entendimento acumulado ou construído em Lisboa, utilizando em particular as resenhas de informação sobre a situação política ultramarina e internacional, bem como os recortes noticiosos.

---

<sup>127</sup> John Kent, «Descolonização e guerra fria - A ONU, os Estados Unidos e a crise do Congo (1960-1963)», *Relações Internacionais*, n.º 30 (2011), 43. Ver também deste autor *America, the UN and decolonisation: cold war conflict in the Congo* (Londres e Nova Iorque: Routledge, 2010).

<sup>128</sup> AHD, GNP, RIRE, 1965, 1.º T., resenha n.º 9, 35-36.

A ONU intervém no Congo-Léopoldville, com tropas, desde julho de 1960 a julho de 1964, constituindo a primeira intervenção em grande escala no continente africano. Em 1961, no mês de abril, observando o contingente da ONU, dir-se-ia que o «mundo» estava no Congo-Léopoldville (Tabela 5).

Tabela 5. Contingentes das Nações Unidas no Congo em Abril de 1961<sup>129</sup>

Países	Forças de Infantaria	Forças de apoio (Staff, Pessoal administrativo e de apoio aéreo)	Total
Índia	3252	764	4026
Tunísia	3149	11	3160
Etiópia	2470	15	2485
Nigéria	1671	7	1678
Ghana	1642	2	1644
Indonésia	1135	4	1139
Malásia	980	1	981
Irlanda	646	25	671
Suécia	518	124	642
Paquistão		551	551
Canadá		284	284
Itália		128	128
Noruega		111	111
Dinamarca		70	70
Áustria		48	48
Brasil		29	29
Austrália		24	24
Grécia		21	21
Libéria		10	10
Ceilão (Sri- Lanka)		8	8
Marrocos	7	1	8
Holanda		6	6
Sudão		1	1
Total	15696	2245	17941

<sup>129</sup> *United Nation Year Book*, 1961. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/dhl/dag/docs/congo61.pdf>

O principal objetivo dos Estados Unidos era manter os soviéticos fora de África, embora, em abono da verdade, se possa dizer que a influência soviética em África fosse bastante reduzida no início dos anos 60<sup>130</sup>. Existia ainda um outro objetivo, que estava relacionado com o anterior, que era o de evitar que o continente africano se mantivesse sob a influência da esquerda radical. Com estas medidas procurava-se ajudar os líderes africanos, após o processo de descolonização, a abrir caminho à democracia e ao capitalismo<sup>131</sup>. Relativamente à URSS, embora Krutchev tenha oferecido ajuda imediata a Lumumba no Verão de 1960, pode-se dizer que o interesse que esta teria, inicialmente, no Congo estaria sobrevalorizado pela parte americana. A URSS não tinha verdadeiramente uma política africana. Os planos soviéticos para o continente africano foram mal elaborados, eram irrealistas e foram mal implementados no terreno.

A ONU e Hamarsjkold, o seu secretário-geral, eram adeptos de uma solução democrática, porém não compartilhavam das ideias americanas e ainda menos das ideias belgas e inglesas<sup>132</sup>.

Os americanos tentarão passar uma resolução no Conselho de Segurança que não incluísse um pedido de retirada das forças belgas, porém não tiveram sucesso, pois os tunisinos em 13 de Julho de 1960 aprovaram uma resolução para que a retirada das forças belgas fosse efetuada<sup>133</sup>. Após esta aprovação e vendo que as forças belgas não se retiravam, os dirigentes congolezes Kasavubu e Lumumba pedem que a URSS monitorize a situação, afirmando que caso a Bélgica não retirasse as suas tropas pediriam ajuda aos soviéticos<sup>134</sup>.

A Bélgica ao tomar conhecimento destas informações descreve a situação como uma ameaça soviética, e os belgas, através do seu embaixador em Washington, pretendem que os EUA avisassem a URSS de que uma intervenção soviética no Congo levaria a um possível conflito com os EUA. Os EUA reafirmavam que a Bélgica deveria retirar as suas tropas ou pelo menos começar esse processo<sup>135</sup>.

A 17 de julho de 1960, Lumumba pede uma intervenção soviética caso os belgas não retirassem em 48 horas. Porém, os americanos, na voz da embaixadora Timberlake, afirmam que se as tropas belgas não fossem colocadas sob a alçada da ONU, haveria

---

<sup>130</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 43-44.

<sup>131</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 44.

<sup>132</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 44.

<sup>133</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 44.

<sup>134</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 44.

<sup>135</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 44.

uma perda enorme de vidas por todo o Congo<sup>136</sup>. Na ONU, a recusa belga em acatar as suas resoluções faz com que a ONU aprove outra resolução, a 22 de Julho de 1960, em que se exige à Bélgica a implementação da resolução de 14 de julho<sup>137</sup>. Uma semana após esta nova resolução, no *Pravda*, era salientado que o Estado soviético, caso continuasse esta agressão ao Estado congolês, teria de intervir<sup>138</sup>.

No entanto, apesar da pressão da ONU e dos EUA, os belgas continuavam sem retirar, o que levaria à execução de uma nova resolução, em 9 de agosto de 1960. A interpretação dada por Hamarskjold a esta nova resolução e a recusa continuada em não contactar o Governo congolês relativamente ao envio de tropas para o Catanga fizeram com que Lumumba criticasse Hamarskjold, e exigisse a retirada dos militares brancos da ONU acusando o secretário-geral da ONU de estar ao serviço dos belgas<sup>139</sup>.

Devido a estas críticas, os EUA temeram um pedido de retirada da ONU, e que os soviéticos, comunistas, nacionalistas ou radicais, ganhassem terreno no Congo. O Governo inglês e o Governo americano chegaram à conclusão que, em vez de obrigar a Bélgica a cumprir as resoluções da ONU, tinham de afastar Lumumba, no qual eram secundados e apoiados pelo secretário-geral da ONU<sup>140</sup>. Lumumba é substituído por Mobutu em 14 de setembro de 1960. Esta substituição teve o apoio não oficial dos EUA

---

<sup>136</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 44.

<sup>137</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 45.

<sup>138</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 45.

<sup>139</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 45. No entanto, o Governo belga, ao ver o nível de violência a aumentar na sua antiga colónia, decide enviar 10 companhias que estavam na Alemanha e para isso pede autorização aos seus aliados da Nato “ao abrigo do IV artigo do tratado do Atlântico”. O Governo belga decide informar os seus aliados da situação catastrófica que se vivia no Congo, pedindo aos seus parceiros atlânticos cooperação estratégica e apoio moral. No entanto, os restantes membros da Nato querem que a organização fique de fora da questão congoleza, e a Bélgica critica essa decisão. A solução apresentada pelos outros membros da organização, com especial incidência para os EUA, era que o assunto fosse resolvido na ONU, de forma a evitar que URSS, não colocasse os novos países sob a sua influência política. Os governantes belgas, talvez após alguma pressão americana, acabam por defender o plano McGhee, que consistia no seguinte: o Congo deveria ser um governo federal, e que as receitas obtidas ao nível fiscal, provavelmente, deveriam ser divididas de uma forma equitativa entre o governo e as províncias congolezas. Finalmente deveria ser estabelecido para o Congo um plano de ajuda económica supervisionado pela ONU e pelo FMI. No entanto os belgas, não se sentem muito à vontade, pois queriam evitar que a Union Minière que era responsável pela exploração mineira no Congo pudesse sair prejudicada e, conseqüentemente, esse aspeto ter conseqüências internas na política belga. Por outro lado os belgas também tentaram que os aliados da NATO e em especial os EUA, apoiassem a tentativa belga de restabelecimento de ordem no Congo, procurando assim que os aliados, alterassem a área de jurisdição geográfica da Nato para o Atlântico Sul para que organização pudesse ter uma maior intervenção no problema congolês. No entanto Portugal pensa que se deve ser solidário com os belgas relativamente à questão congoleza. Para evitar que Angola fosse influenciada pela situação congoleza, Portugal irá mandar oficiais do Exército para frequentar cursos de contra guerrilha em França, Bélgica e Espanha e recusa novos compromissos com a NATO devido a questões financeiras.

<sup>140</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 45.

através da intervenção de Lawrence Devlin, responsável da CIA em Léopoldville, que tinha laços próximos com Mobutu<sup>141</sup>.

A queda do governo democrático ao qual o governo da ONU dera tanta importância fez com que o acordo entre a ONU e administração Eisenhower acabasse. Teve no entanto o mérito de impedir a entrada comunista no Congo<sup>142</sup>. A ideia dos EUA era de que o parlamento congolês enquanto estivesse suspenso não seria influenciado por Lumumba e seus apoiantes. Esta era a estratégia assumida pelo Governo americano pelo menos até à eleição do Presidente Kennedy em janeiro de 1961<sup>143</sup>.

Embora para os EUA a ausência de parlamento não fosse grave, para Dag Hammarskjöld a ausência de democracia era algo problemático, apesar de apoiar a deposição de Lumumba por acreditar que esse mesmo afastamento afastaria os soviéticos do Congo. Simultaneamente o secretário-geral tinha de resolver a questão de secessão do Catanga e a retirada das forças Belgas<sup>144</sup>. Por outro lado, o Parlamento congolês não podia estar sempre suspenso, caso contrário a credibilidade da ONU enquanto defensora da independência dos novos Estados africanos ficaria com a sua credibilidade reduzida a zero<sup>145</sup>.

O enviado da ONU ao Congo, Rajeshvar Dayal, não era consensual, pois era favorável aos princípios democráticos, embora não tivesse uma opinião favorável relativa aos africanos. Tinha apoiado de Lumumba e desejava um regresso à normalidade parlamentar<sup>146</sup>.

Com Kennedy tudo vai mudar, porque, ao contrário de Eisenhower, a estratégia do novo presidente irá centrar-se nos novos Estados africanos. Quando chegou à Casa Branca em 1961, Kennedy ordena uma revisão completa da política americana para o Congo, que se tornará mais urgente após a morte de Lumumba.

Apesar de em Washington existirem opiniões divididas em relação às vantagens da reinstalação do Parlamento congolês, as opiniões americanas pendiam para as teses democráticas de Hamarjskold e da ONU enquanto pilar fundamental para um Congo independente<sup>147</sup>.

---

<sup>141</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 46.

<sup>142</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 46.

<sup>143</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 46.

<sup>144</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 46.

<sup>145</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 46.

<sup>146</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 46.

<sup>147</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 46-47.

Após Lumumba e Mobutu, segue-se Cyrille Adoula em fevereiro de 1961, da esquerda moderada, apoiado pelos americanos. Adoula tinha em mãos um problema grave que consistia na secessão do Catanga e que tinha que ver com a totalidade de receitas que deveriam ir ou não para o estado catanguês ou para o estado central congolês pela empresa que representava uma enorme fonte de riqueza para o território que era a UMHK<sup>148</sup>.

Para os americanos, designadamente para a administração Kennedy, os mais altos responsáveis das administrações das empresas americanas deveriam adaptar o seu papel à realidade política de África no início dos anos 60, pois tinham um papel crucial na evolução dos países em desenvolvimento durante a guerra fria<sup>149</sup>. Tudo isto queria dizer que as atividades das empresas europeias em África teriam de se adaptar ao advento das novas independências em África. Esta premissa tinha uma grande importância no caso inglês, pois os empresários ingleses estavam envolvidos com a UMHK através da companhia de concessões do Tanganica, tendo, em conjunto com a companhia britânica da África do Sul, financiado o Partido Conservador britânico entre 1960 e 1964<sup>150</sup>.

Apesar da perigosidade da secessão catanguês, os EUA, ao tomar posse o governo de Adoula, têm como única preocupação o fim do governo de Antoine Gizenga em Stanleyville, que tinha ligações em Moscovo. A partir do momento em que o governo de Adoula fosse aceite pelas autoridades em Washington, e pelos funcionários americanos no exterior, apesar da provável oposição da CIA, isso poderia reconciliar americanos e ONU relativamente à natureza do regime que deveria ser democrático<sup>151</sup>.

---

<sup>148</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 47.

<sup>149</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria...», 48.

<sup>150</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria...», 48. No que concerne ao caso inglês, de acordo com os registos ingleses, os conselheiros ingleses em *memorandum* para o secretário dos Negócios Estrangeiros aconselham o Governo inglês a tentar convencer o secretário das Nações Unidas, U Thant, de que a situação congolês só podia ser resolvida de forma pacífica e que as Nações Unidas deveriam ajudar a estabelecer um plano de ajuda económica ao Congo. Conclui-se que era melhor pagar e ajudar o Congo, quando este visitasse a Inglaterra. U Thant só concordaria que a ONU devia transformar a sua ajuda para uma forma mais económica e assistencialista. Por outro lado, a Inglaterra conseguiu um acordo com a França, EUA e Bélgica nos assuntos essenciais para a resolução do caso congolês, que consistia nos seguintes pontos: o Congo deveria ser um governo federal, as receitas obtidas ao nível fiscal provavelmente deveriam ser divididas de uma forma equitativa entre o governo e as províncias congolêsas. E finalmente deveria ser estabelecido para o Congo um plano de ajuda económica supervisionado pela ONU e pelo FMI. Os ingleses queriam que a situação congolês ficasse rapidamente resolvida devido ao perigo da URSS se infiltrar em África e pela influência nefasta que podia ocorrer nos territórios circundantes, nomeadamente a Federação Central Africana, podendo mesmo criar problemas aos ingleses no Conselho de Segurança, devido aos problemas que estes tinham como o seu território da Rodésia do Sul.

<sup>151</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 48.

No Verão de 1961, a política internacional ao nível europeu e da ONU mudou porque as capitais europeias não conseguiram compreender a forma como a guerra fria e a descolonização afetaram os seus interesses no Catanga<sup>152</sup>. A UMHK e os colonos belgas não perceberam, neste contexto, a necessidade de atrair os africanos para o bloco ocidental, e pelo contrário fizeram o inverso.

Com a nomeação de Spaak na Primavera de 1961, como ministro dos Negócios Estrangeiros belga e primeiro-ministro adjunto do governo de Théodore Lefèvre, a perspectiva parece melhorar visto que Washington tinha em alta consideração Spaak, confiando que poderia ajudar a solucionar a questão catanguesa<sup>153</sup>. Porém, na ONU, as coisas não estavam a correr bem. Ainda que a saída de Rajeshvar Dayal, em maio de 61, e a reorganização da operação da ONU fossem fatores positivos, a nomeação de um novo representante da ONU em Léopoldville causava problemas - Connor O'Brien achava que as resoluções relativas à retirada das forças militares belgas tinham de ser cumpridas<sup>154</sup>. Para além disso, existia o facto de Tshombé estar a recrutar mercenários e de O'Brien querer utilizar as forças da ONU para reprimir a rebelião catanguesa. Todos estes problemas causaram atritos com Londres e Bruxelas. Londres tinha cada vez mais dificuldades em ignorar o apoio que os deputados conservadores davam a Tshombé<sup>155</sup>.

Nos EUA vacilava-se entre o apoio à política de Cruise O'Brien de acabar com a secessão catanguesa e a possibilidade da operação da ONU aumentar a força dos elementos de esquerda chefiada por Antoine Gizenga. Apesar desta ambivalência, oficialmente, os EUA compreendiam as decisões emanadas do secretário-geral da ONU, designadamente de fazer retirar os militares belgas e de acabar com a secessão catanguesa. Por seu turno, a Bélgica não concordava com esta última decisão<sup>156</sup>. Para os EUA, a estratégia passava por apoiar os esforços da ONU em travar a secessão catanguesa através de um cessar-fogo na região e de medidas pacíficas, o que era excelente para os acionistas britânicos e para as empresas onde estes últimos detinham participações<sup>157</sup>.

A posição de Tshombé, apesar de tudo, estava forte e continuava a fortalecer-se, ao passo que a de Adoula enfraquecia. Para acabar de vez com a secessão catanguesa, a ONU aprova outra resolução de 24 de novembro, ainda que os americanos se

---

<sup>152</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 48.

<sup>153</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 48-49.

<sup>154</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 49.

<sup>155</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 50.

<sup>156</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 50.

<sup>157</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 50.

preocupassem mais com a ameaça de Gizenga. No entanto, a administração americana pensou que esta resolução colocaria mais pressão em Tshombé para aceitar a reintegração e para evitar que os ingleses se afastassem do processo<sup>158</sup>.

Apesar de tudo, em 1962, continuavam a persistir discórdias entre os americanos e os seus aliados europeus relativamente à necessidade de políticas não militares como é exemplo a cobrança de impostos pela ONU sobre o cobre catanglês<sup>159</sup>. Porém, não se sabia como aplicar essas medidas. Durante os meses de maio e junho de 1962, Washington desenvolve esforços com ingleses e belgas, porém esses esforços acabaram por demonstrar, mais uma vez, as diferenças existentes entre os aliados<sup>160</sup>.

Apesar da morte de Dag Hammarjkol (18 de setembro de 1961), a sua estratégia para o Catanga foi bem-sucedida, consistindo em usar a força contra a república secessionista do Catanga para galvanizar o apoio americano à missão da ONU. Esse sucesso verificou-se, concretamente, no apoio militar e de transporte que os EUA e a Grã-Bretanha deram às operações da UNOC no Catanga.

À medida que a crise se agravava, tornou-se evidente que algo tinha de ser feito. No entanto os americanos hesitavam se deveriam apoiar as posições europeias ou as posições africanas. Para acabar com os problemas, é apresentado a Tshombé um plano de reconciliação da ONU, em 24 de agosto de 1962, e que exigia uma resposta no prazo de 10 dias<sup>161</sup>. A secessão do Catanga terminará nos inícios de 1963. Com o fim desta, saem a ONU e os EUA. A administração Johnson perderá o interesse pela questão congoleza, acabando o período de instabilidade em 1965 com a ascensão de Mobutu ao poder<sup>162</sup>.

Com o Presidente Johnson, os EUA ainda apoiam Tshombé e, de uma forma sub-reptícia, os mercenários que provinham em grande parte da África do Sul e da Rodésia, através do apoio aéreo, com aviões Hércules C-130, às operações dos mercenários<sup>163</sup>. Mas, a aposta, no futuro, será feita em torno de Mobutu<sup>164</sup>.

---

<sup>158</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 50-51.

<sup>159</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 51.

<sup>160</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 52.

<sup>161</sup> Kent, «Descolonização e guerra Fria», 52-53. Este plano teve alguns problemas com elementos da administração Kennedy, em especial com o enviado ao Congo, George McGhee, que ficou encarregado de levar o plano a Tshombé, e com os ingleses, devido à questão do cobre catanglês que era exportado para Inglaterra

<sup>162</sup> Kent, «Descolonização e guerra fria», 57-58.

<sup>163</sup> Barroso, *Salazar e Caetano*, 269.

<sup>164</sup> Gotz Bechtolsheimer, «Breakfast with Mobutu: Congo, the United States and the cold war, 1964-1981» (tese de doutoramento, London, London School of Economics and Political Science, 2012).

Começamos a abordagem sobre a informação acumulada no GNP a partir de um relatório produzido pelo belga Roger Leopold Mertens, feito no Catanga, sobre a situação política aí vivida. As considerações que faz revelam um determinado ponto de vista que, segundo o GNP, «é um excelente elemento de consulta visto a sua doutrina estar certa, pois os acontecimentos processados após a elaboração do relatório confirmam-na inteiramente sendo de arquivar pelo seu carácter de muito secreto e de pura interpretação doutrinária de factos»<sup>165</sup>. O relatório centra-se no papel dos EUA e da Índia na questão congoleza.

Segundo Mertens, os EUA queriam controlar o mundo em termos económicos e políticos, utilizando para isso a ONU como seu instrumento de domínio<sup>166</sup>. Para que o plano funcionasse, era necessário eliminar a oposição dos parceiros europeus e conquistar mercados e fontes de matérias-primas. Nesse sentido, havia a «necessidade de retomar pela O.N.U. o controle do bloco ocidental e de controlar a U.R.S.S., no que toca aos povos que acabam de ter acesso à independência»<sup>167</sup>.

Nesse mesmo relatório, na identificação que Mertens faz do balanço «activo» que norteou a equipa de Kennedy, destaca-se o potencial económico e militar dos EUA que lhes permitia controlar as tendências expansionistas soviéticas. Por outro lado, o fato da China estar a ganhar preponderância a médio e longo prazo e de poder dividir o bloco comunista também era um dado a ter em conta. Outro fator positivo que ajudava no balanço era o facto de a URSS ter adotado após a morte de Estaline a política de coexistência pacífica o que implicava relações menos tensas com os EUA<sup>168</sup>.

No entanto, o balanço tinha uma parte «passiva» devido à perda de influência na Ásia, e ao perigo de perda de influência na América Latina e na Europa. Por isso tornava-se necessário para os EUA, por um lado, chegar a um entendimento com a URSS relativamente à partilha do mundo e impedir, por outro, o ressurgimento da Euro-África e da China. Ao nível interno, era imperioso impedir que a máquina industrial americana não parasse e por isso exigiam-se medidas de proteção à indústria

---

<sup>165</sup> Roger Leopold Mertens, Estudo dos acontecimentos sobrevividos no Catanga de 28-XII-1962 a 25-I-63. Fundamento político, (AHD/GNP, Ar. 16, M.443, Gav.4, Classificação do documento: H-4-13 [Congo Ex-Belga], H-4-14 [Congo/Catanga], P-15 [Informações - Agência de Espionagem - Informações nos territórios vizinhos, do Congo-Leo Katanga], Documento visto pelo funcionário do GNP: Manuela Gonçalves). As apreciações de Manuela Gonçalves datam de 12 de junho de 1963.

<sup>166</sup> Mertens, Estudo dos acontecimentos.

<sup>167</sup> Mertens, Estudo dos acontecimentos.

<sup>168</sup> Mertens, Estudo dos acontecimentos.

americana<sup>169</sup>. Os territórios ideais para executar essa política seriam as antigas colónias europeias em África, devido às riquezas minerais e matérias-primas que continham. No entanto, convém referir que a zona de intervenção americana ia do equador até à fronteira sul-Africana, contando para isso com «a capacidade de absorção económica das populações desta zona»<sup>170</sup>, o que permitia aos EUA manter o aparelho industrial e económico intacto por mais 30 anos<sup>171</sup>.

O Congo ex-belga representava a oportunidade ideal para o início da concretização da política de Kennedy, porque a antiga potência ocupante não tinha condições para contrariar os planos americanos<sup>172</sup>. De acordo com o mesmo relatório, a situação do Catanga fez piorar as condições internas do Congo. O Governo americano, pela mão do conselheiro privado de Kennedy, Gullion, estabelece um plano, designado de Rykie, nome do general indiano a quem foi confiado a sua execução, e que consistia em minar o poder de Tshombé em três áreas: militar, política e psicológica. Os efeitos deveriam dar resultados em fevereiro de 1963, sendo que nesse mesmo ano a ação americana infletiria para a colónia portuguesa de Angola<sup>173</sup>.

O papel da Índia na questão catanguesa era o de auxiliar os EUA na sua política relativamente ao Congo. Em troca, a Índia poderia transferir o seu excedente populacional para o Congo. Este passo do relatório de Leopold Mertens é confirmado pelo facto de a Índia ter recebido dos EUA ajuda material para combater a China e ter obtido autorização para deslocar «2 milhões de famílias», tendo para isso comprado terreno na região congoleza do Kivu e na província de Stanleyville<sup>174</sup>.

Com esta política, os EUA pretendiam reintegrar o Catanga no Congo e ganhar tempo relativamente ao comunismo, conseguindo, assim, do governo de Léopoldville um mercado preferencial para os produtos americanos e acesso às matérias-primas exportáveis pelo Congo para benefício próprio<sup>175</sup>.

De acordo com Mertens, os objetivos mais imediatos dos EUA seriam dissimulados através da utilização dos seguintes argumentos: salvar o Congo do perigo comunista e salvar a economia e os investimentos estrangeiros<sup>176</sup>. Com esses objetivos,

---

<sup>169</sup> Mertens, Estudo dos acontecimentos.

<sup>170</sup> Mertens, Estudo dos acontecimentos.

<sup>171</sup> Mertens, Estudo dos acontecimentos.

<sup>172</sup> Mertens, Estudo dos acontecimentos.

<sup>173</sup> Mertens, Estudo dos acontecimentos.

<sup>174</sup> Mertens, Estudo dos acontecimentos.

<sup>175</sup> Mertens, Estudo dos acontecimentos.

<sup>176</sup> Mertens, Estudo dos acontecimentos.

pressiona a Union Minière du Haut-Katanga (UMHK) para que aceite as condições americanas.

Para além disso, a ONU exerceria uma ação psicológica sobre os níveis mais baixos do exército. Mertens não refere quais, mas deduz-se que sejam as forças paramilitares catangueses. Toda a pressão era obtida, segundo Mertens, através de incidentes que pretendiam quebrar os nervos de todos os indivíduos que viviam no Catanga<sup>177</sup>. Todas estas medidas deveriam enfraquecer a posição catanguesa e colocar o Congo sob controlo americano ao nível económico<sup>178</sup>.

Munidos deste relatório, vejamos agora o vai-e-vem das situações retidas nas resenhas informativas do GNP, seguindo uma sequência cronológica.

### 1961

Em 1961, o GNP retém que a ONU irá dar ao Congo auxílio técnico para restaurar portos e aeroportos, hospitais e vias públicas, tentando também contribuir para a diminuição do desemprego, promovendo a distribuição de comida, a formação de pessoal, o apoio na resolução de problemas agrícolas, na educação, na saúde, na reorganização dos serviços públicos e da administração civil, assim como dos ministérios governamentais<sup>179</sup>.

Nesse mesmo ano, as resenhas acolhem a ideia de que os belgas, apesar de apoiarem a secessão catanguesa, cedo perceberam que o novo Governo catanguês lhes iria ser desfavorável, embora utilizasse técnicos belgas<sup>180</sup>. Assim, ao descobrir que o Catanga não era um Estado tão submisso como se pretendia, ao verificar que a política do novo Estado embrionário congolês não era conivente com os seus interesses, o Governo belga procura com a ajuda da ONU «refrear os ímpetos de inteira independência»<sup>181</sup>. Como estavam sob pressão dos agentes financeiros belgas e da ONU, o Governo belga, apesar de ser obrigado a ceder às exigências dos congolezes,

---

<sup>177</sup> Mertens, Estudo dos acontecimentos.

<sup>178</sup> Mertens, Estudo dos acontecimentos. Para obter estas informações, Mertens faz uso das seguintes fontes: um membro incógnito da Comissão dos Negócios Estrangeiros do Senado dos EUA, grupos políticos americanos, empresas de aço americanos, elementos do UMHK, governantes belgas, o general indiano Noronha, membros de embaixadas estrangeiras no Congo; interceções do telex da ONU, quadro de escuta em Brazzaville; interceção do correio da embaixada do Congo no Senegal.

<sup>179</sup> AHD, GNP, RIPI, 1961, resenha nº 1, 1-11.

<sup>180</sup> AHD, GNP, RIPI, 1961, resenha nº 30, 3.

<sup>181</sup> AHD, GNP, RIPI, 1961, resenha nº 30, 2-3.

mantinha como objetivo proteger os seus interesses económicos<sup>182</sup>. Mais, de acordo com um alto funcionário belga na Conferência Ministerial de Paris, em 1961, continuava a ser desaconselhada a independência do Catanga, devido ao facto deste poder vir a ter uma política externa forte e fora do controle belga, acabando por criar problemas políticos ao Governo belga no restante Congo e na África Central, com encargos financeiros ruinosos. Um Governo central fraco no Congo seria mais facilmente controlável pelos belgas<sup>183</sup>.

1962

Em 1962, refere-se que a Rússia, através do seu embaixador em Léopoldville, ia criando organizações de teor socialista como a *União dos Socialistas Africanos* (USA) e a *Union de la Jeunesse Socialiste du Kongo* (UJESKO)<sup>184</sup>.

No que diz respeito aos EUA, é ventilada a ideia de que os americanos reconheceram que as coisas não correram bem no Congo, mantendo-se este um país pobre e caótico<sup>185</sup>.

Relativamente à Bélgica, revela-se que o ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, Paul-Henri Spaak, em relação ao problema congolês, não aceitava sanções de carácter económico ou militar, tendo sido feitas *démarches* junto do governo congolês para não impedir a atividade de empresas privadas no Congo e no Catanga, aconselhando-se prudência ao Governo congolês. Além, disso procurava-se a união do Catanga com o Congo-Léopoldville com base numa constituição federal. A imprensa belga estava contra o apoio americano ao Governo congolês, pois achava que os grupos financeiros americanos queriam eliminar a concorrência europeia no negócio do cobre catanguês<sup>186</sup>.

Para resolver a questão da Union Minière du Haut Katanga (UMHK), a ONU e a França, Inglaterra, EUA e a Bélgica, apoiam um plano da ONU em 2 de Agosto de 1962, em que é sugerida a «suspensão dos pagamentos da União Mineira ao Katanga»<sup>187</sup>, tal como a proteção pelas forças militares da ONU de tudo o que fosse propriedade da UMHK. Seriam aprovadas sanções económicas e proibição de

---

<sup>182</sup> AHD, GNP, RIPI, 1961, resenha n° 33, 7-8.

<sup>183</sup> AHD, GNP, RIPI, 1961, resenha n° 9, 12.

<sup>184</sup> AHD, GNP, RIPI, 1962, resenha n° 1, 9.

<sup>185</sup> AHD, GNP, RIPI, 1962, resenha n° 46, 27.

<sup>186</sup> AHD, GNP, RIPI, 1962, resenha n° 34, 29-30.

<sup>187</sup> AHD, GNP, RIPI, 1962, resenha n° 44, 8.

importações de produtos da UMHK, caso esta continuasse a efetuar pagamentos ao Governo catanguês. Foi também decidido a criação de grupos de trabalho na ONU para elaborarem uma constituição para o Congo, no entanto os americanos estavam contra este plano<sup>188</sup>.

Quanto aos ingleses, eles apoiavam a ação da ONU no Congo porque pensavam que com o fim de Gizenga e de Tshombé, Adoula não sobreviveria, apesar da ala direita do partido conservador ser a favor de Tshombé<sup>189</sup>. De acordo com a mesma resenha, também a França e a Bélgica apoiavam Tshombé, enviando-lhe dinheiro, chegando o exército Catanguês a ser apoiado por especialistas franceses<sup>190</sup>. Esta atitude parece mudar, pois numa resenha posterior regista-se que o Governo inglês em conversações com Menen Williams, secretário-adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, preconizava uma solução pacífica para a questão catanguesa, sendo contra a intervenção das tropas da ONU, pois um enfrentamento armado poderia levar à destruição das riquezas catanguesas<sup>191</sup>.

### 1963

De acordo com a Resenha de Política Internacional n.º 4, de 1963, o governo inglês terá mesmo feito esforços junto de UThant secretário-geral da ONU, para que este evitasse o uso da força militar na república secessionista do Catanga<sup>192</sup>.

Em 1963, refere-se que a URSS desejava uma nova guerra civil, baseando-se esta asserção numa conversa entre o redator do Jornal *Le Progrés* de Léopoldville, o antigo chefe juvenil do Movimento Nacional Congolês-Lumumba (MNC-L), J. B. Kalamb, e o adido da embaixada soviética em Léopoldville, Oleg Najestkin. Este último teria oferecido um milhão e meio de francos para Kalamba, conjuntamente com o MNC-L, fomentar uma rebelião em larga escala no Congo. Para a URSS, o Congo só poderia atingir a liberdade com uma nova guerra civil. A oferta não passou de uma hipótese, pois Kalamba recusou fazer isso tendo a embaixada soviética e dos países de Leste cortado relações com ele<sup>193</sup>.

---

<sup>188</sup> AHD, GNP, RIPI, 1962, resenha n.º 44, 8.

<sup>189</sup> AHD, GNP, RIPI, 1962, resenha n.º 5, 34-35.

<sup>190</sup> AHD, GNP, RIPI, 1962, resenha n.º 5, 35.

<sup>191</sup> AHD, GNP, RIPI, 1962, resenha n.º 33, 12-13.

<sup>192</sup> AHD, GNP, RIPI, 1963, resenha n.º 4, 22.

<sup>193</sup> AHD, GNP, RIPI, 1963, resenha n.º 13, 7-8.

Os EUA procuravam com a sua política dominar os mercados de matérias-primas mundiais, eliminar a concorrência europeia que pudesse existir nesses mercados e, finalmente, controlar as relações entre a URSS e os novos Estados independentes que iam surgindo em África e na Ásia. Por isso, e de acordo com a resenha do GNP, os americanos ofereceram 60 milhões de dólares, sendo que a maior parte do dinheiro era destinado aos ministros e burgomestres, ficando o resto para melhorar o nível de vida das populações<sup>194</sup>. Para reforçar o domínio económico ao nível mundial, os EUA assinam um acordo económico com o Congo em 23 de fevereiro de 1963. Neste acordo, os EUA forneciam ao Congo produtos alimentares de origem animal e vegetal assim como tabaco, e para além disso concediam um empréstimo de 25 milhões de dólares aos novos governantes congolezes<sup>195</sup>. Tudo isto tinha como objetivo, perpetuar o denominado *American Way of Life*. Para que essa ação fosse ainda mais eficaz, os EUA utilizavam a ONU como instrumento de domínio.

1964

Em 1964, volta-se a seguir os financiamentos americanos ao Congo. Regista-se que os EUA auxiliaram o Congo em 442 milhões de francos, mas também em alimentos e na construção de estradas e caminhos-de-ferro<sup>196</sup>. Neste ano, sob a presidência de Johnson, os assuntos económicos passaram a ter uma maior prioridade devido à nomeação de McMurtrie Godley, um especialista económico, para embaixador em Léopoldville. No entanto, Carrusca de Castro, no seu relatório, duvida disso<sup>197</sup>, porque de acordo com a revista *Jeune Afrique*, n.º 174 de 9 de Março de 1964, foi também nomeado Robert Blake para primeiro adjunto do embaixador americano em Léopoldville. Este tinha sido primeiro secretário da embaixada americana em Tunis e responsável pela ligação entre o Governo americano e a Frente de Libertação Nacional da Argélia. Devido aos bons serviços prestados aos nacionalistas argelinos, os diplomatas africanos pensam que Robert Blake poderia também desempenhar o mesmo tipo de serviços com a UPA<sup>198</sup>.

---

<sup>194</sup> AHD, GNP, RIPI, 1963, resenha n.º 14, 11.

<sup>195</sup> AHD, GNP, RIPI, 1963, resenha n.º 16, 22-23.

<sup>196</sup> AHD, GNP, RIPI, 1964, resenha n.º 30, 23-26.

<sup>197</sup> Informação n.º 883 de Carrusca de Castro com o conteúdo do relatório de situação n.º 98 elaborado pelos SCCIA, 16 de março de 1964 (AHU, GNP, SR 164, P. 6S, Doc.2).

<sup>198</sup> Informação n.º 883.

A Bélgica, de acordo com outra resenha, tentou mostrar numa brochura de propaganda que era anticolonialista e não era neocolonialista, pretendendo seguir com o Congo uma política de amizade e resolver todos os casos litigiosos que existissem entre os dois Estados. A Bélgica apoiava a ONU, tendo sempre em conta os interesses do Congo. Procurava também a aproximação entre Léopoldville e Élisabethville e, com os EUA, ajudou no plano de reconciliação da ONU, encarando a participação num plano de ajuda económica ao Congo e de apoio a um plano multilateral de reconstrução das suas forças armadas, tendo ao abrigo de um programa de assistência enviado médicos, enfermeiros e funcionários sanitários e apoio ao ensino<sup>199</sup>. A missão militar belga tinha ordens para se manter neutral em relação à atividade dos rebeldes e não apoiar em demasia<sup>200</sup>. Ainda assim, os Belgas, perante a anarquia que reinava no Congo, tinham ordenado um plano de evacuação à sua embaixada em Léopoldville e à Sabena, companhia aérea belga, um plano para evacuar a comunidade belga do Congo<sup>201</sup>.

1965

Para resolver a crise congoleza, Cyrille Adoula propõe um plano para resolver a crise congoleza, tal como noticia o jornal tunisino *Jeune Afrique*, de 17 de janeiro de 1965. Este plano consistia num governo de transição, organização de eleições, e o esclarecimento do caso Lumumba<sup>202</sup>.

Spaak, por sua vez, teria afirmado que a Bélgica estava disposta, juntamente com a ONU e a OUA, a ajudar o governo congolês a vencer as suas dificuldades<sup>203</sup>. No entanto, devido a esse contencioso, a Bélgica mantinha uma política intermédia de apoio a Tshombé, não o abandonando totalmente devido aos interesses financeiros belgas<sup>204</sup>. Tudo isso culminaria, apesar de tudo, na vontade de Spaak em assinar o fim do contencioso entre belgas e congolezes<sup>205</sup>. Spaak, numa reunião da Nato, apelou à resolução pacífica do conflito congolês e disse que a OUA deveria intervir na questão congoleza. No entanto, círculos afetos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros francês

---

<sup>199</sup> AHD, GNP, RIPI, 1964, resenha n° 6, 21-24.

<sup>200</sup> AHD, GNP, RIPI, 1964, resenha n° 35, 13.

<sup>201</sup> Informação n.º883 de Carrusca de Castro com o conteúdo do relatório de situação n.º 98 elaborado pelos SCCIA, 16 de março de 1964 (AHU, GNP, SR 164, P. 6S, Doc.2).

<sup>202</sup> AHD, GNP, RIRE, 1965, resenha n° 3, 36-45.

<sup>203</sup> AHD, GNP, RIRE, 1965, resenha n° 1, 44-45.

<sup>204</sup> AHD, GNP, RIPI, 1965, resenha n° 5, 12.

<sup>205</sup> AHD, GNP, RIRE, 1965, resenha n° 7, 41-42.

foram contra essa ideia, reconhecendo Tshombé como chefe do governo congolês<sup>206</sup>. A França também teria interesse na questão congoleza por causa de minérios do Catanga para o seu programa atômico<sup>207</sup>.

De acordo com uma notícia registada na primeira resenha de 1965, proveniente da agência United Press, de 29 de dezembro de 1964, G. McMurtrie Gedeley, embaixador americano no Congo, propôs a Tshombé, a 7 de julho de 1964, um fundo especial de apoio para ele organizar unidades militares com equipamento militar moderno, sob comando militar americano e com auxílio belga<sup>208</sup>. Contudo, de acordo com uma resenha posterior, os EUA iriam diminuir a sua intervenção militar para não transformar o Congo num novo Vietname<sup>209</sup>.

Relativamente à China, noticia-se que Mao Tsé Tung, em 4 de dezembro de 1964, num discurso, apoia a luta dos congolezes<sup>210</sup>. No segundo trimestre de 1965, observa-se que a China estaria a auxiliar os rebeldes congolezes<sup>211</sup>.

## **2.5. A secessão catanguesa na perspetiva portuguesa**

A secessão de Catanga coincidiu com os motins em quase todos os grandes centros do país. Lumumba não foi capaz de controlar o movimento, pois apenas algumas unidades do exército lhe obedeciam. Em 11 de julho, Moisés Tshombé ratifica a intervenção belga, recorrendo formalmente ao governo de Bruxelas. Nesse momento, todos os pontos estratégicos do país já estavam sob o controle das tropas belgas. Os reforços continuavam a chegar via aérea a Kamina e a Élisabethville. Em 12 de julho, Moisés Tshombé nomeia o comandante belga Weber coordenador militar do Estado secessionista, conferindo-lhe plenos poderes. Em 9 de setembro de 1960, Dag Hammarskjöld, secretário-geral da ONU, decide o envio dos capacetes azuis para ocupar o aeroporto de Élisabethville, com a ordem de fechá-lo a todos os aviões, salvo os das Nações Unidas. Até a esse momento, os oficiais belgas, os peritos civis, as armas e os aviões militares chegavam ao Catanga num fluxo ininterrupto. Entre julho e setembro, mais de cem toneladas de armas seriam entregues às forças catanguesas. A secessão de Catanga teve como consequência direta a privação da República do Congo

---

<sup>206</sup> AHD, GNP, RIRE, 1965, resenha nº 9, 1965, 22-23.

<sup>207</sup> AHD, GNP, RIPI, 1965, resenha nº 2, 31.

<sup>208</sup> AHD, GNP, RIRE, 1965 resenha nº 1, 4-5

<sup>209</sup> AHD, GNP, RIPI, 1965, resenha nº 13, 33.

<sup>210</sup> AHD, GNP, RIPI, 1965, resenha nº 8, 30-32.

<sup>211</sup> AHD, GNP, RIPI, 1965, resenha nº 14, 28.

de 45% de sua renda nacional, contribuindo para a desintegração da economia nacional no primeiro mês da independência<sup>212</sup>.

Uma questão pode ser levantada: se Lumumba era visto como um perigoso comunista, o que dizer de Tshombé?

Relativamente a Tshombé, apesar de ser anticomunista e de direita, ele desafiava a lógica ocidental de descolonização através da criação de estados unificados e viáveis. Devido a esta última razão nem a Bélgica nem os EUA poderiam apoiar e reconhecer a secessão do Catanga. Outro fator que poderia ser contraproducente para essa aprovação seria a opinião pública dos respectivos países que não concordaria com a secessão catanguesa<sup>213</sup>.

1960

Em conversas entre o ministro dos Negócios Estrangeiros catangueses, Evariste Kimba, e o diretor-geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna português, Franco Nogueira, em Lisboa, no Hotel Ritz, em 28 de agosto de 1960, aquele referiu que os ingleses apoiavam a secessão catanguesa, mas os franceses nem os americanos a apoiavam<sup>214</sup>.

Portugal tinha todo o interesse em que a independência do Catanga tivesse sucesso porque, de acordo com um relatório enviado por Novais Machado ao mesmo Franco Nogueira, em setembro de 1960, essa secessão evitava a entrada de comunistas no Congo e era bom para o desenvolvimento de Angola. Evitava a política xenófoba congoleza e só prejudicaria os interesses comerciais portugueses sediados em Léopoldville. O que mais importava a Portugal era que a independência do Catanga se concretizasse devido à riqueza em recursos minerais que possuía<sup>215</sup>.

A 30 de novembro de 1960, ocorre uma reunião entre a delegação da PIDE de Luanda e Paul Muhona, ministro do Trabalho do Catanga, Boserer, perito em assuntos

---

<sup>212</sup> Muzanga, *A Republica*, 15-16.

<sup>213</sup> Kent, «Descolonização e Guerra Fria», 43.

<sup>214</sup> Carta do diretor-geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, ao diretor do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, Ângelo Correia, 22 de Setembro de 1960, (AHD, GNP, Est 4, Prat 4, M 952). Documento visto por um funcionário do GNP: «Para conhecimento superior. As considerações a referenciar feitas neste apontamento coincidem com a observação feita pelos funcionários do M. do Ultramar que tiveram oportunidade de se encontrar com os ministros do Catanga, os quais não se teorizaram? por escrito e apenas se referiram aos seus superiores».

<sup>215</sup> Rui Velez, *Salazar e Tshombé O apoio de Portugal ao Catanga (1961-1967)*, (tese de mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010), 69.

económicos, e o major belga Maeck, sendo acompanhados pelo encarregado do consulado de Portugal em Élizabéthville, Daniel Sousa Costa. Nesse encontro, foi proposta uma fiscalização conjunta entre a PIDE e a Sureté do Catanga para evitar a entrada de agitadores em Angola e no Catanga e a venda clandestina de armas e munições ao longo da fronteira. Devido ao fato do Estado catanguês não ter representação diplomática, era pedido às autoridades portuguesas que controlassem os passageiros vindos do Lobito e que tinham como destino o Catanga, sendo que as autoridades catanguesas deixariam entrar todos os que possuíam passaportes visados pelas autoridades portuguesas<sup>216</sup>.

1961

No GNP, observa-se que o Catanga se tornou independente para evitar que o mais rico território congolês caísse no caos, tal como aconteceu com o restante território congolês logo a seguir à independência<sup>217</sup>. De acordo com essa resenha, os catangueses seriam apoiados pelos grandes grupos financeiros belgas, com o intuito de se libertarem da ameaça comunista, que já imperava em Léopoldville e em Stanleyville. A secessão apoiava-se no prestígio de Tshombé e nos grandes lucros obtidos com a exploração do subsolo catanguês, assim como no apoio do governo belga, que pretendia manter os seus interesses económicos incólumes, formando assim um estado submisso «aos poderes que actuam nos bastidores»<sup>218</sup>. O autor da resenha refere que o Catanga era socialmente um Estado fraco e que caminhava alegremente para a bancarrota, sendo referido que os ordenados eram extremamente altos e a incompetência abundava<sup>219</sup>.

Em janeiro de 1961, o diretor da Companhia União Fabril (CUF), Mariano Carvalho, faz uma visita ao Catanga, visitas essas que tinham sido iniciadas pelo ministro do Trabalho e Assuntos Sociais, que tinha visitado Angola em inícios de 1960<sup>220</sup>. Na viagem que efetuou ao Catanga, Mariano de Carvalho fez-se acompanhar por Sebastião Calheiros e Eduardo Abreu da Firma Abreu & Companhia de Benguela.

---

<sup>216</sup> Informação da PIDE nº 721/60-GU, 30 de Novembro de 1960 (AHD, GNP, Est 4, Prat 4, M 952). Ver José Duarte de Jesus, *A guerra secreta de Salazar em África: Aginter Press, uma rede de internacional de contra-subversão e espionagem sediada em Lisboa*, (Alfragide: D. Quixote, 2012), 139, que aproveita o mesmo documento, mas retirado do arquivo Oliveira Salazar – cf. ANTT, AOS/CO//UL 32.<sup>a</sup>, Inf. PIDE 721/60 – GU.

<sup>217</sup> AHD, GNP, RIPI, 1961, resenha nº30, 2.

<sup>218</sup> AHD, GNP, RIPI, 1961, resenha nº30, 2-3.

<sup>219</sup> AHD, GNP, RIPI, 1961, resenha nº30, 7.

<sup>220</sup> Velez, *Salazar e Tchombé*, 70.

No relatório que escreveu, refere que os belgas desconfiavam da presença de Portugal e faziam tudo para impedir o acesso ao mercado catangês. Um exemplo disso era o fato de a CUF pretender comprar à UMHK 1600 toneladas de cobre por ano, mas a companhia só querer vender cobre electrolítico refinado na Bélgica. No que respeita à venda de produtos agrícolas, Portugal só poderia vender crueira e eventualmente milho, porque no que respeita ao feijão, tabaco e arroz, os produtores portugueses não podiam competir com os produtores da Rodésia e África do Sul<sup>221</sup>.

Portugal também pretendia fornecer armamento obsoleto ao Catanga, pois em fevereiro de 1961 surge no gabinete do ministro da Defesa Nacional português, Júlio Botelho Moniz, um major inglês na reserva, Arthur Stanley, que queria comprar material de guerra obsoleto e em excesso para o governo do Catanga, sendo o negócio efetuado por uma firma sul-africana<sup>222</sup>. O valor desta transação situava-se na ordem dos 230 mil contos, não sendo ainda deduzido a esse valor a percentagem dos intermediários. O major inglês exigia o exclusivo do direito de venda do material durante um ano e uma comissão de 15% sobre o total de vendas durante 4 anos, caso existissem novas encomendas, sendo a entrega do montante feita num banco suíço. O Ministério do Exército deu parecer favorável ao negócio<sup>223</sup>. É provável que o negócio se tenha realizado, convindo no entanto frisar que as autoridades portuguesas sempre lidaram com estes assuntos de uma forma cuidadosa e que os ministérios alertavam e davam o parecer sobre o negócio ao governo. Apesar das cautelas, os negócios realizavam-se através de intermediários com ligações à PIDE e ao gabinete de Salazar<sup>224</sup>. Para além do major inglês existiam também outros intermediários, como por exemplo Sebastião Calheiros de Menezes que, em março de 1961, foi ao Catanga vender produtos angolanos. O presidente Tshombé pedir-lhe-á se este não poderia servir de intermediário para a venda de armas<sup>225</sup>.

O governo português pensava, provavelmente, que Tshombé logo após a autodeterminação do Catanga passaria a apoiar os movimentos de libertação que lutavam contra os portugueses<sup>226</sup>. A UMHK, por seu turno, afirmava que, devido ao

---

<sup>221</sup> Velez, *Salazar e Tchombé*, 70-71.

<sup>222</sup> Velez, *Salazar e Tchombé*, 77.

<sup>223</sup> Velez, *Salazar e Tchombé*, 77-78.

<sup>224</sup> Velez, *Salazar e Tchombé*, 78.

<sup>225</sup> Velez, *Salazar e Tchombé*, 78-82.

<sup>226</sup> AHD, GNP, RIPI, 1961, resenha n° 30, 5.

conflito angolano, já não poderia contar em exclusivo com a Linha de Benguela para escoar os minérios da sua produção<sup>227</sup>.

O Catanga tinha uma forte relação com Portugal pedindo apoio para assegurar a vigilância do território catangues «com Angola, mormente na região do Sul do Kasai, por onde se estariam a infiltrar elementos subversivos enviados pelo governo de Léopoldville»<sup>228</sup>. Para além disso, o ministro do Trabalho do Catanga pretendia «o reforço da cooperação entre as autoridades catanguesas e a polícia de Angola»<sup>229</sup>.

1962

As autoridades portuguesas também temiam que houvesse fraudes com o Catanga feitas por portugueses<sup>230</sup>.

Nesse ano, a ONU questionou Portugal relativamente à notícia de que o Catanga queria comprar Fouga Magister, um avião de treino. Portugal retorquiu que este assunto lhe era completamente estranho e que não tinha feito nenhuma encomenda de aviões Fouga Magister «nem se propõe fazê-las, sem prejuízo de conservar como evidente a sua absoluta liberdade neste particular, caso julgue útil para as suas necessidades»<sup>231</sup>. Para além disso o governo português afirmou que não se encontrava ao serviço das forças armadas portuguesas nenhum aparelho com a designação de Fouga Magister.

Com o agudizar da crise catanguesa, U Thant, secretário-geral da ONU, «invocando resoluções do Conselho de Segurança e responsabilidades da ONU em relação a Mercenários», solicita ao representante português informações sobre as nacionalidades e número de pessoas que foram para o Catanga e que posteriormente seguiram para outros destinos<sup>232</sup>.

---

<sup>227</sup>Carta do diretor-geral adjunto A. da Paula Coelho da Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna dos Negócios Estrangeiros ao diretor do GNP, Ângelo Correia, 31 de outubro de 1961 (AHU, GNP, SR072, Pt1, Doc. 17).

<sup>228</sup>Carta do diretor do GNP ao governador-geral de Angola, de 6 de Novembro de 1961 (AHU, GNP, SR072, Pt1, Doc.20).

<sup>229</sup>Carta do diretor do GNP.

<sup>230</sup>Carta de José Júlio Gonçalves, diretor adjunto do Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de investigações do Ultramar do Ministério do Ultramar ao diretor do GNP do Ministério do Ultramar, 2 de janeiro de 1962, (AHU, GNP, SR072, Pt1, doc.1, Documento visto por funcionário do GNP. “ 1) Para conhecimento superior procurar informar e dar conhecimento à PIDE e ao Departamento de defesa. 2) Comunicar ao Governo-Geral de Moçambique, solicitando informações complementares para esclarecimento deste gabinete. V. Ex<sup>a</sup> resolverá. Cumprido. Concordo.”).

<sup>231</sup> Carta do diretor do Gabinete de Negócios Políticos do Ministério do Ultramar ao Governo-Geral de Angola, 16 de Fevereiro de 1962 (AHU, GNP, SR072, Pt1, Doc.16).

<sup>232</sup>Telegrama enviado pelo gabinete do ministro, 4 de Fevereiro de 1962 (AHU, GNP, SR072, Pt2, doc.5, Classificação: H-4-14 Congo/Catanga Geral).

O governo catanguês tinha apoio político, económico e financeiro da Federação das Rodésias e Niassalândia. Além disso, o povo e o governo do Catanga apoiavam fortemente Portugal e estimavam os portugueses ali residentes. Por conseguinte, associavam o destino de Angola ao do Catanga. De acordo com as autoridades catanguesas, Portugal devia tomar uma atitude idêntica à da Federação das Rodésias e Niassalândia de apoio à secessão catanguesa<sup>233</sup>.

A cooperação entre o governo português e o governo catanguês chegou mesmo a exercer-se ao nível das informações. O governo catanguês, por exemplo, avisou que os balubas do Kassai iriam passar para o Bakwanga, tendo o senhor Munongo salientado que tinha ao seu dispor informações que levam a pensar que os balubas teriam um plano de atividades subversivas junto das populações portuguesas na zona de fronteira entre o Catanga e Angola. O próprio Munongo promete ao cônsul de Portugal em Élisabethville que o mantinha ao corrente de todas informações sobre a entrada dos balubas devido ao interrogatório que estava a ser feito a um chefe de comuna que tinha dado indicações sobre o percurso das infiltrações no território angolano<sup>234</sup>. Chega mesmo a haver visitas de autoridades catanguesas, nomeadamente o coronel Faulques, comandante dos mercenários franceses e resistentes catangueses, ao cônsul português em Élisabethville, para lhe entregar a documentação relativa aos portugueses que se voluntariaram para as forças catanguesas, evitando assim que essas informações caíssem nas mãos de elementos da ONU, visita essa que ocorreu provavelmente durante a resistência final catanguesa à ocupação e invasão<sup>235</sup>.

O equipamento militar que vinha para o Catanga provinha essencialmente do Lobito<sup>236</sup>. Ao pedido de auxílio direto em armas ligeiras e veículos, o inspetor da PIDE, Velez, respondeu ao ministro Munongo e ao comissário da polícia catanguesa que teria

---

<sup>233</sup>Carta do diretor do GNP ao diretor-geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 5 de Fevereiro de 1962 (AHU, GNP, SR072, PT1, doc.2).

<sup>234</sup> Carta do diretor-geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao diretor do GNP, 7 de Fevereiro de 1962 (AHU,GNP, SR072, Pt1, doc.19. documento recebido de um funcionário do GNP: «Parece-nos haver matéria para direccionar? ao G. G. de Angola e à PIDE e à D.N.» e “ Todas estas informações ? com ? sensivelmente igual já constam do of. Nº 177, de 25 de Janeiro findo, da mesma Direcção Geral. Será, portanto, de arquivar»).

<sup>235</sup> Carta do diretor do GNP ao Governo-Geral de Angola de 16 de Fevereiro de 1962 (AHU, GNP, SR072, P1, doc. 16).

<sup>236</sup> Carta do diretor-geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao diretor do GNP, de 30 de Abril, (AHU,GNP,SR027,pt1, doc.3, o documento foi recebido pela funcionária do GNP, Maria Manuela: «Informação considerar na resenha da sit interna . Deve informar-se a D.N. e a PIDE De submeter a apreciação superior V. Excelência resolverá . Concordo. S. Ex.<sup>a</sup> o Min<sup>o</sup> já conhece o assunto pelo telegrama junto ver telegrama de Élisabethville»).

de falar com o governo português<sup>237</sup>. A colaboração entre as autoridades catanguesas e portuguesas ocorria também na supressão de atividades antiportuguesas no Catanga, tendo as autoridades catanguesas prometido que iriam entregar e localizar os indivíduos subversivos sem formalidades prévias. Há mesmo uma colaboração entre os serviços secretos catangueses de Kolwezi e as autoridades portuguesas de Dilolo. Com o bom relacionamento entre as autoridades catanguesas e portuguesas, os serviços secretos conseguiram obter informações sobre o dispositivo militar da ONU no Catanga, ao nível do número de soldados e respetivas nacionalidades<sup>238</sup>.

Há notícias de uma possível evacuação para a Vila Luso em Angola do que restava da força aérea catanguesa. O consulado português em Léopoldville tentou obter informações relativamente a esta notícia das autoridades catanguesas, tendo o ministro dos Negócios Estrangeiros catanguês afirmado que desconhecia o assunto e se tal poderia considerar-se na altura uma realidade<sup>239</sup>.

Em 27 de agosto de 1962, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Evaristo Kimba, pede ao cônsul português em Élisabethville a ida de técnicos portugueses para o Catanga, dizendo o ministro que os técnicos portugueses teriam direito a «todas as vantagens aos que actualmente estão ao serviço da administração catanguesa e insiste-se em que é desejo do Governo que eles desempenhem no Katanga uma carreira completa (pleine et entière)»<sup>240</sup>. A opinião do consulado de Élisabethville é a de que o governo português devia corresponder a esta proposta, por ser bastante útil aos projetos da política africana portuguesa, e um outro facto que deve ser tido em conta seria o indício de os catangueses trabalharem bem sob orientação portuguesa<sup>241</sup>.

---

<sup>237</sup> Telegrama recebido do Consulado de Élisabethville, 25 de Junho de 1962 (AHU, GNP, P1, doc.22).

<sup>238</sup> Do diretor-geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, para o diretor do GNP, 30 de Junho de 1962, (AHU, GNP, SR027, PT1, Doc.4, H-4-14 : Congo/ Catanga (geral), Documento visto pela 1.ª secção e que refere : «Informação de Considerar na resenha de sit interna, os n.ºs 1 e 2, e na sit internacional o n.º 3. De considerar em fichar os indivíduos referidos no n.º 1, e os dispositivos da ONU, referidos no n.º 3. V. Ex resolverá»).

<sup>239</sup> Do diretor-geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao diretor do GNP, 14 de Julho de 1962, (AHU, GNP, SR072, P1, Doc. 16, Documento visto pela 1.ª secção e que refere os seguintes dados: «Re. Sit int Considerar ? R Situação Interna e levar ao conhecimento do G. G. de Angola os N.ºs 2 e 3 deverão ser considerados na da Política internacional .Os n.ºs 4, 5 e 6, deverão também ser considerados na R. da Sit. Int., jogando? Referências do que sabe o assunto? Se concluir resposta afirmar?, e transmitidos ao G.G. de Angola em aditamento ao n/ofª 2828, de 5/04/62 V. Ex.º decidirá cumprido em B. de Carvalho»).

<sup>240</sup> O próprio ministro dos Negócios Estrangeiros Evariste Kimba chegou a mandar os seus filhos estudarem no Liceu Charles Lepierre em Lisboa, acompanhados pelo chefe de Gabinete do ministro, tudo isso graças aos bons ofícios do consulado português de Élisabethville, e da ligação de Portugal ao Congo durante o período da Guerra Colonial, ver Jesus, *A guerra secreta de Salazar*, 130.

<sup>241</sup> Carta do diretor da Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Noronha Gamito, ao GNP, 17 de outubro de 1962(AHU,GNP, SR072, PT2, doc.13. recebido o documento pelo Dr. Fernandes Costa).

Durante uma visita a Dilolo, Tshombé reúne-se com o governador do Moxico e respetivo comandante militar e pede ao governador que obtenha uma reunião em privado com as autoridades portuguesas. O governador do Moxico perguntou quando e onde seria a reunião, ao que Tshombé respondeu que seria avisado oportunamente. Desta conversa resultaram os seguintes pedidos por parte de Tshombé: cooperação na troca de informações; fornecimento de algum armamento de origem americana, com a constituição de uma reserva em Teixeira de Sousa; instrução de uma forma discreta de oficiais catangueses por parte de oficiais portugueses da Companhia de caçadores que estava em Teixeira de Sousa. A missão portuguesa disse ao presidente catanguês que, em primeira instância, teria de falar com o governo português sobre este assunto<sup>242</sup>.

Na informação nº 535 da autoria de Fernandes Costa, funcionário do GNP, apesar do interesse do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, adverte-se que Portugal tem poucos técnicos para dispensar para o Catanga, e caso estes últimos fossem dispensados, pergunta-se o que lhes poderia acontecer caso Tshombé viesse a ser exonerado do poder. O funcionário do GNP questionava ainda se os funcionários aceitariam ser readaptados aos quadros do funcionalismo português. Donde o funcionário do GNP sugerir que o governo português permita ao governo catanguês recrutar os ditos funcionários em Angola, sem que no entanto o governo facilite o recrutamento<sup>243</sup>.

Em 19 de Outubro de 1962, o governo catanguês nomeia como seus representantes perante as autoridades portuguesas, Henri Aimé Demers, que será auxiliado pelo capitão Muketa, de «messiers Generali et Mertens»<sup>244</sup>. Em relação a Portugal, os contatos entre Salazar e Tshombé eram efetuados por H. A. Lester<sup>245</sup>, e é precisamente este indivíduo quem envia informações secretas sobre a conjuntura

---

<sup>242</sup> Informação da PIDE N.º 43 – SC/CI (2), 4 de Setembro de 1962, (AHU,GNP, SR 072 P.2 doc. 38. Classificação do Documento: H-4-14 Congo/Catanga. Documento visto por um funcionário do GNP: “Informação De Considerar na res. da Sit interna . Fichar. V Exª resolverá. Concorde”).

<sup>243</sup> Informação n.º 535, de Fernandes Costa, 23 de outubro de 1962, (AHU. GNP, SR072,pt2, doc.33,Documento visto pelo funcionário do GNP Barreto de Carvalho: “ Apesar de todo o interesse que seria a existência do maior número possível de portugueses, nos quadros do Catanga, o custo é que não temos técnicos que possamos dispensar pois os que existem não chegam para as nossas necessidades. Poderia, pois responder-se ao MNE que, por parte do Ministério do Ultramar não se vê possibilidade de atender aos desejos manifestados por Catanga. Poderiam, talvez, ser recrutados pelos meios usuais usados pelas entidades empregadoras. V. Exª porém, melhor resolverá Cumprido“).

<sup>244</sup> Carta do ministro dos Negócios Estrangeiros catanguês, Kimba, ao ministro do Ultramar português Adriano Moreira, 19 de outubro de 1962 (AHU, GNP, SR072, P2, doc.1, foi visto por um funcionário do GNP: «Inf De considerar fichar V exc decidirá»).

<sup>245</sup> Jesus, *A guerra secreta de Salazar*, 131.

congolesa, embora de início os responsáveis pelos contactos fossem o cônsul português em Élisabethville, e Calheiros de Menezes, em Lisboa<sup>246</sup>.

Para abreviar a crise do Catanga, o secretário-geral da ONU, U Thant, pede a Portugal e à Inglaterra, assim como a outros países, que apoiem as sanções da ONU, nomeadamente através da proibição do tráfico de cobalto e cobre, através de Angola e da Rodésia, tendo o consulado de Portugal em Élisabethville notícia de que a Inglaterra se oporia a tal opção. Quanto à posição portuguesa nada se sabe<sup>247</sup>. Mas o apoio era tão forte ao governo catanguês que Portugal manifesta persistentes atitudes de desinteresse para com os planos de paz da ONU para o Catanga<sup>248</sup>.

De acordo com uma resenha do 4º Trimestre de 1962, Evariste Kimba teria afirmado que o Catanga sempre foi independente e sempre tinha existido aí uma mistura de raças<sup>249</sup>.

### 1963

Devido à vigilância aérea da ONU, deixou de haver transporte ferroviário de armas para o Catanga na linha de Benguela. De acordo com um telegrama enviado ao GNP por via do Gabinete do ministro do Ultramar, recebido em 6 de Janeiro de 1963, o transporte pelo ar de armamento tinha também de ser anulado devido à ameaça dos caças da ONU<sup>250</sup>.

Neste clima de tensão, tornou-se imperioso pedir para que as autoridades portuguesas de Luanda deixassem entrar em Angola através da linha de caminho-de-ferro, bidons de combustível para a aviação e automóveis catangueses, assim como munições e armas. Esta urgência justificava-se devido ao fato de muitos gendarmes venderem armas a civis, e de as armas poderem cair nas mãos da ONU ou ainda nas

---

<sup>246</sup> Jesus, *A guerra secreta de Salazar*, 138.

<sup>247</sup> Carta do diretor-geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Director do GNP do Ministério do Ultramar, 22 de dezembro de 1962, (AHU, GNP, SR072, P2, Doc.14. Classificação do Documento: H-4-14 Congo/Catanga (Geral). Documento visto Por Pereira Monteiro: “ Informação: De considerar na res de sit. Interna o n.º 1, e na res. de rel. Internacionais os seguintes. De Comunicação ao Gov de Angola. V. Ex. resolverá. O Caso já está ultrapassado”).

<sup>248</sup> Do diretor-geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna para o diretor do GNP, 6 de setembro de 1962 (AHU, GNP, SR072, .P.2,doc.12, Documento visto por um funcionário do GNP: «Informação: De considerar na res da Política Internacional Fichar. De Comunicar ao Gov de Angola V. EXª Resolverá»).

<sup>249</sup> AHD, GNP, RIPI, 1962, resenha nº39, 33-34.

<sup>250</sup> Carta do Ministério do Ultramar (Gabinete do ministro) ao diretor do GNP, 7 de janeiro de 1963 (AHU, GNP, SR072, P2,doc.28, Classificação: H-4-14, Congo/Geral, Documento visto pelo funcionário do GNP Pereira Monteiro: «Muito Secreto Informação de Arquivar. V. Ex. resolverá»).

mãos do Exército Nacional Congolês, o que indicia as preocupações das autoridades portuguesas perante o colapso eminente do efémero estado catangues<sup>251</sup>. O próprio Tshombé solicitará uma reunião com autoridades portuguesas de Angola através da PIDE de Teixeira de Sousa, o que foi concedido pelas autoridades portuguesas, em reunião a realizar no Catanga, em data conservada secreta<sup>252</sup>.

Perspetivando o fim da secessão catanguesa, o Gabinete do ministro do Ultramar, António Augusto Peixoto Correia, envia uma carta ao GNP, onde se diz que as consequências para a província de Angola serão essencialmente económicas (efeitos negativos no Caminho de Ferro de Benguela (CFB), devido à paralisação do tráfico do minério) e militares (intranquilidade na fronteira entre o Catanga e Angola, afluxo de refugiados catangueses, assim como infiltrações dos movimentos angolanos que lutavam contra Portugal), o que poderia originar consequências políticas, nomeadamente o apoio que a ONU e o governo central congolês poderiam dar aos movimentos de libertação angolanos<sup>253</sup>.

Ainda em janeiro, regista-se uma notícia de que as forças catanguesas, após a sua derrota em Élisabethville e nas principais cidades catanguesas, estavam a retirar para preparar uma luta de guerrilhas<sup>254</sup>. A ONU, de acordo com uma notícia inserida numa resenha posterior, manifesta o seu receio de uma revolta dos gendarmes catangueses, cujo número era estimado em 37000 elementos, e que se encontravam na região de Sandoa, perto da fronteira com Angola, supondo-se que seriam auxiliados por mercenários<sup>255</sup>.

O governo central congolês de Cyrille Adoula exigirá de U Thant que «fizesse novas diligências junto Governo Português no sentido de que a fronteira de Angola com o Catanga fosse neutralizada». Simultaneamente os conselheiros militares do secretário-geral da ONU também lhe pediam para que este último obtivesse através da diplomacia

---

<sup>251</sup> Cópia de um telegrama recebido na delegação da PIDE de Luanda, 9 de janeiro de 1963 (AHU, GNP, SR027, P1, doc.16).

<sup>252</sup> Cópia de um telegrama recebido na Delegação da PIDE de Luanda, 15 de janeiro de 1963 (AHU, GNP, SR027, P1, doc. 17).

<sup>253</sup> Carta do Ministério do Ultramar (Gabinete do ministro) ao diretor do GNP, de 4 de janeiro de 1963 (AHU, GNP, SR072, P2, doc.27, Classificação: H-4-14 Congo/Catanga (Geral), Documento recebido pelo Doutor Pessoa de Amorim: «Informação O conteúdo do n.º 1, é já do Conhecimento deste gabinete, através de vários telegramas do MNE, um dos quais segue em anexo. De considerar na resenha da Situação Interna o n.º 2, ou seja, as repercussões que poderão resultar para Angola, dos acontecimentos que decorrem no Catanga. Quanto ao conteúdo do n.º 3 julgo de desprezar, uma vez que foi recodificado? Por não corresponder inteiramente à realidade como se verifica no of. N.º 7 (7/4/63) do Gabinete de Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro. V. Ex.<sup>a</sup>. porém, melhor resolverá»).

<sup>254</sup> AHD, GNP, RIPI, 1963, resenha n.º 2, 30.

<sup>255</sup> AHD, GNP, RIPI, 1963, resenha n.º 18, 9.

a neutralização da fronteira entre Angola e o Catanga, para a eventualidade de uma grande operação militar da ONU no Catanga e de existir a possibilidade de incidentes entre forças portuguesas e da ONU. Os conselheiros de U Thant pensavam que seria mais fácil conseguir um acordo nesse sentido com a Rodésia do Norte, do que com Portugal<sup>256</sup>.

Com uma outra percepção, as autoridades portuguesas recebiam, pelo contrário, que o contingente da ONU, muito especialmente o indiano, se aproximasse de fronteira com Angola e pudesse originar incidentes com as autoridades portuguesas, nomeadamente porque o seu comandante era o general Noronha que tinha expressado a mágoa em público, por não ter estado a combater os portugueses em Goa em dezembro de 1961. Por isso em telegrama, datado de 25 de janeiro de 1963, para a delegação portuguesa da ONU, em Nova Iorque, o governo português pede ao seu representante na ONU para falar com U Thant, secretário-geral da ONU, de forma a remover o contingente indiano da ONU, que se encontrava próximo da fronteira, e substituí-lo por outro contingente de outra nacionalidade<sup>257</sup>. A resposta de U Thant à questão colocada por Portugal foi a de que não seria enviada para a fronteira com Angola qualquer unidade da ONU, a não ser que houvesse fuga de mercenários pelo caminho-de-ferro, dando conhecimento a Portugal se tal opção viesse a ser exercida<sup>258</sup>.

Para obstar a perturbação fronteiriça, a ONU estaria, justamente, a reforçar o seu dispositivo na região com três esquadrilhas aéreas, esperando-se que se lhe juntasse um batalhão de origem irlandesa. Ao mesmo tempo que estas ações decorriam, ocorrem divergências com o exército congolês, isto porque a ONU receava que, caso os congoleses ocupassem Jadotville, houvesse confrontos com a população local<sup>259</sup>. Na resenha seguinte, é referido que a violência no Catanga continuava, e que a ONU não

---

<sup>256</sup> Carta do diretor-geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o diretor do GNP, 28 de janeiro de 1963 (AHU,GNP,SR072,P2, doc. 20, Classificação: H-4-14 Congo/(Geral), Documento visto pelo funcionário do GNP Dr. Mesquitela: «De considerar na resenha da situação interna resenha sup? Do interior»).

<sup>257</sup> Telegrama do Ministério dos Negócios Estrangeiro à Delegação portuguesa da ONU, 25 de Janeiro de 1963, (AHU,GNP, SR072, Pt2, doc.6, Classificação: Congo/Geral, Documento recebido pelo funcionário do GNP do Dr. Pereira Monteiro: «Muito secreto Informação: De considerar que a questão da sit interna estar em dois telegramas (secreto 148 e 149). O texto destes telegramas levar ver imediatamente transmitido ao Gov. de Angola. V. Ex<sup>a</sup> resolverá»).

<sup>258</sup> Carta do diretor-geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o diretor do GNP, 31 de janeiro de 1963, (GNP, SR072, P.2, doc.24, Classificação: Congo/Geral, Documento visto pelo funcionário do GNP, Dr. Pereira Monteiro: «Informação: Este documento já é conhecido deste gabinete, tendo oportunamente sido comunicado ao Gov G. de Angola. De Arquivar o processo respectivo. V. Ex<sup>a</sup> resolverá. Comunique-se ao G.G. de Angola. Vide entrada 149 na cópia telegrama esta marcado muito urgente»).

<sup>259</sup> AHD, GNP, RIPI, 1963, resenha n° 18, 9.

conseguia apaziguar Jadotville. Só com a ajuda da polícia catanguesa e de Tshómbé e Munongo é que a calma terá sido restabelecida. Tal violência devia-se ao facto da assembleia legislativa catanguesa ter votado a demissão de três ministros de Tshombé (Justiça, Comunicações e Agricultura)<sup>260</sup>.

Portugal, nesta conjuntura, teve de retirar imediatamente cerca de 100 portugueses do Catanga, via aeroporto de Ndola, para Moçambique<sup>261</sup>. Em carta de 4 de fevereiro de 1963, o Gabinete do ministro do Ultramar informa o GNP que a última entrada em Angola de refugiados tinha registado 168 europeus e 217 catangueses, tendo já sido repatriados 71 europeus. Previa-se a repatriação de alguns europeus e catangueses e a chegada de mais 20 europeus e 40 catangueses ao Luso. Os refugiados no Luso ficaram instalados num hotel regional de forma provisória até ser construído um campo de refugiados<sup>262</sup>.

Com efeito, a implosão catanguesa provocará a chegada a Angola de oficiais catangueses. Aqueles em quem o presidente Tshombé depositasse menos confiança seriam enviados para Angola, mas antes seriam desarmados e ser-lhes-iam retirados os uniformes para entrar em Angola à civil. O governador-geral de Angola decidiu, neste contexto, que todos os catangueses e mercenários, depois de desarmados, deviam seguir para a localidade do Luso, sendo enviadas para a PIDE as relações nominais dos indivíduos, indicando nacionalidades e outros elementos pertinentes, com duplicado ao posto do Luso e em triplicado a Luanda. Caso possuísem passaportes ou outro tipo de documento equivalente seriam autorizados a viajar até ao Lobito ou Luanda devendo ser avisada a delegação da PIDE da localidade para onde se dirigiam e qual o meio de transporte que utilizavam, de forma a puderem ser melhor vigiados.

Regista-se a indicação de que havia 4 desertores tunisinos das tropas da ONU, suspeitando a PIDE que eles fossem espíões, querendo por isso interrogá-los<sup>263</sup>. Numa informação, via rádio e cifrada, de 8 de fevereiro, a PIDE dá instruções para que os desertores tunisinos se identifiquem, que digam que desertaram por discordarem das atitudes roubos e atrocidades da ONU no Congo e que declarem que o ataque ao

---

<sup>260</sup> AHD, GNP, RIPI, 1963, resenha n° 19, 29.

<sup>261</sup> Telegrama do consulado português de Salisbúria, de 6 de janeiro de 1963 (AHU, GNP, SR072, P2, doc.10, Classificação: H-4-14, Congo/Geral).

<sup>262</sup> Carta do Ministério do Ultramar (Gabinete do ministro), ao GNP, de 4 de fevereiro de 1963 (AHU, GNP, SR072, P.2, doc.30, Classificação: H-4-14 Congo /Geral, Documento visto pelo funcionário do GNP Dr. Pereira Monteiro: «Informação: De considerar na res. da sit. Interna. V. Ex<sup>a</sup> decidirá»).

<sup>263</sup> Cópia de um telegrama recebido na Delegação da PIDE de Luanda, 23 de janeiro de 1963 (AHU, GNP, SR027, Pt1, doc.18, Classificação: H-4-14 Congo/Geral, Documento recebido pelo funcionário do GNP, Dr. Fernando Monteiro: «Informação de arquivar. V. Ex<sup>a</sup> resolverá»).

Catanga foi imoral, cuja vida era pacífica até à chegada da ONU. Através do seu testemunho, procurava-se obter informações relativas aos destacamentos da ONU que auxiliavam os rebeldes angolanos<sup>264</sup>.

Relativamente aos refugiados, o governo português centrará o seu internamento em campos com localização no distrito do Moxico nomeadamente no Luso. O Ministério da Defesa Nacional proporá 500.000\$00 para instalações do Campo, assinalando que não poderá doar mais verbas. Mais se refere que não havia possibilidade de suportar os encargos com alimentação e desconhecia «por onde correm os encargos com alimentação e vencimentos», sendo que essas despesas deviam ser pagas pelo presidente do Catanga, Tshombé<sup>265</sup>.

Também a ONU se interessou pelo destino dos mercenários e refugiados catangueses e, para isso, o secretário-geral da ONU pediu à Missão permanente de Portugal que desse uma relação das pessoas, e respetivas nacionalidades, chegadas a Angola, vindas do Catanga, e que posteriormente se dirigiriam para outros destinos. Para isso, U Thant invocava resoluções do Conselho de Segurança da ONU, referindo que a ONU tinha certas responsabilidades em relação aos mercenários. As autoridades portuguesas responderam afirmativamente a este pedido<sup>266</sup>.

Mas não era só a ONU que estava preocupada com os mercenários e gendarmes catangueses refugiados em Angola. Menen Williams manifestava preocupação de que os catangueses tentassem um golpe de força contra o Congo. No entanto, de acordo com o ministro dos Negócios Estrangeiros belga, em reunião com Williams em Bruxelas, esses receios eram infundados, já que as autoridades portuguesas estavam a ser bastante cooperantes e corretas e porque o número de refugiados catangueses em Angola era diminuto<sup>267</sup>.

---

<sup>264</sup> Informação Rádio da PIDE (Cifrada) de 8 de Fevereiro de 1963 (AHU, GNP, SR027, P.1, doc.19, Classificação: H-4-14 Congo/Geral, Documento recebido pelo funcionário do GNP, Dr. Pereira Monteiro: «Informação: De considerar nas res. da sit. Interna. V. Ex.<sup>a</sup> resolverá»).

<sup>265</sup> Carta do chefe de Gabinete do ministro do Ultramar, Nuno Matias Fernandes, ao diretor do GNP, Ângelo Ferreira, 22 de fevereiro de 1963 (AHU, GNP, SR027, P.2, doc.38, Classificação do documento: H-4-14-8 Congo/Catanga Gendarmes mercenários, documento visto pelo funcionário do GNP Pereira Monteiro: «Secreto Informação De arquivar V. Ex.<sup>a</sup> Resolverá»).

<sup>266</sup> Carta do diretor-geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o diretor do GNP, de 4 de fevereiro de 1963 (AHU, GNP, SR072, P.2, doc.25, Classificação: H-4-14 Congo/Geral, Documento visto pelo funcionário do GNP Dr. Pereira Monteiro: «Informação De considerar na res. da sit interna. De solicitar, por via telegráfica, os elementos aqui referidos ao Gov. de Angola. Para conhecimento superior. V, Ex. resolverá. Cumprido. Resenha e pedir os elementos. Fazer? minha de ? a expedir pelo gabinete de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro»).

<sup>267</sup> Carta do diretor-geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o diretor do GNP, de 27 de março de 1963 (AHU, GNP, SR027, pt2, doc.65,

Para os movimentos de libertação de Angola, em especial para FNLA de Holden Roberto, o fim da secessão catanguesa era uma oportunidade de expandir a luta armada para Angola, tendo a esperança de abrir um escritório em Élisabethville, para onde já tinha enviado 22 homens<sup>268</sup>.

Para além de ser uma oportunidade para os movimentos de libertação, era também um dever e uma obrigação da UPA ajudar na ocupação do Catanga, tendo o Presidente da República congolosa, Kasavubu, em 6 de março de 1963, pedido 250 homens à UPA para auxiliar nessa tarefa. Em troca desse auxílio, o Congo apoiaria a luta da UPA em Angola contra os portugueses<sup>269</sup>.

No entanto, a atividade da UPA não era bem vista na região de Dilolo, nomeadamente nas áreas dos chefes quiocos e lundas. Apesar disso, de acordo com a informação da PIDE de 3 de julho, nessa região havia atividade da UPA e alguma atividade do MPLA<sup>270</sup>. As autoridades de Dilolo não permitirão que a UPA se reunisse no dia 7 de julho em Dilolo, tendo a reunião sido marcado para 21 de julho, balançando o administrador de Dilolo em solucionar amigavelmente os problemas da UPA e «estar nas boas graças das autoridades portuguesas»<sup>271</sup>. Esta resistência manter-se-á, pois mais tarde observar-se-á que as autoridades catanguesas, «não obstante as suas naturais limitações resultantes da influência do governo central congolês, continuam a não auxiliar e mesmo por vezes contrariam» as ações desta organização<sup>272</sup>. Outro aspeto a ter em conta será o linguístico, visto que a maior parte dos angolanos é originária do centro e sul de Angola, falando quase todos os «Kiswaili, enquanto a UPA é, essencialmente, um grupo de raiz étnica Bakongo, não tendo nos seus quadros dirigentes, grande número de indivíduos de outras etnias»<sup>273</sup>.

---

Classificação do documento: H-4-14 Congo/Geral, Documento visto pelo funcionário do GNP Dr. Fialho Ponce :«Inf. Julgo que é de figurar na resenha da situação interna. V. Ex.<sup>a</sup> resolverá. Concordo»).

<sup>268</sup> Carta do diretor do GNP ao diretor-geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 28 de março de 1963 (AHU, GNP, SR072, pt2, doc.3).

<sup>269</sup> Carta do diretor do GNP...

<sup>270</sup> Informação N.º 212 – SC/CI(2), 3 de julho de 1963 (AHU,GNP, SR072, Pt3, doc.21, Classificação do documento H-4-14 Congo/Geral, documento visto por funcionário do GNP: «Informação De arquivar V. Ex.<sup>a</sup> resolverá»).

<sup>271</sup> Informação n.º 283 – SC-CI(2), 26 de julho de 1963 (AHU, GNP, SR072, pt3, doc.19, Classificação do Documento: H-4-14 Congo/Geral e L-5-1-9 Angola/Actividades da UPA, Documento visto pela funcionário do GNP, Manuela Machado: «Informação Resenha da Situação Interna. De enviar com esta informação e solicitar notícias complementares a Angola. V. Ex.<sup>a</sup> resolverá»).

<sup>272</sup> Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre as actividades subversivas dos movimentos angolanos, 23 de outubro de 1963 (AHU, GNP, SR072, P.3, doc.10).

<sup>273</sup> Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros... Neste contexto, importará também refletir sobre as dificuldades financeiras que a delegação da UPA possuía.

Relativamente ao MPLA, este aparentemente não tinha atividades, nomeadamente uma delegação, no Catanga. Apesar de já terem visitado o Catanga algumas vezes e terem contactado com a comunidade angolana desta região, os observadores do MPLA nunca tiveram oportunidade de estabelecer uma delegação como a UPA. Agostinho Neto, nestas condições, terá aproveitado «a estadia ocasional em Léopoldville de um Angolano originário de Benguela e há muito tempo radicado no Catanga»<sup>274</sup> para o interrogar acerca das atividades da UPA, bem como sobre as «possibilidades do MPLA, iniciar uma campanha de propaganda, a fim de auscultar a reacção, não apenas das autoridades catanguesas e centrais, como principalmente para avaliar a recepção dos angolanos a essa publicidade»<sup>275</sup>. Todas estas dificuldades resultariam das autoridades centrais congolenses só reconhecerem o GRAE, UPA e FNLA<sup>276</sup>. Onde, como precaução e «consciente do perigo e das limitações impostas pelas autoridades centrais, o Movimento Popular Libertação de Angola prefere manter informadores clandestinos a enviar propaganda ou a abrir uma delegação»<sup>277</sup>.

No que concerne à comunidade portuguesa no Catanga, de acordo com uma informação de 18 de julho, a situação era difícil pois não estavam a ser concedidos vistos de retorno ao Catanga e a UMHK, depois de consultar a sua sede na Europa, estava a dispensar os agentes portugueses de férias na Europa. Mais, havia notícias de que os bens dos portugueses que abandonassem o Catanga pudessem ser confiscados<sup>278</sup>. No entanto, de acordo com uma outra informação, de 6 de agosto, o comandante da Armée Nationale Congolaise (ANC) de Dilolo receberá ordens do ministro Ileo de Léopoldville para proteger os bens de portugueses e limitar atividade da UPA, proibindo-a de abrir uma delegação até uma nova ordem governamental<sup>279</sup>.

---

<sup>274</sup> Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros ...

<sup>275</sup> Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros...

<sup>276</sup> No entanto esse apoio tinha de ser recíproco pois «segundo informações» recebidas no GNP, datadas de 6 de Março de 1963, nas quais «o presidente Kasavubu, da república do Congo (Léopoldville), teria solicitado 250 homens à UPA para auxiliarem as suas tropas na luta contra o Catanga., com a promessa de lhe ser retribuído o mesmo auxílio contra os portugueses» - cf. Ofício do GNP ao MNE, 28 de março de 1963 (AHU, GNP, SR072,P.2, doc.4).

<sup>277</sup> Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre as actividades subversivas dos movimentos angolanos, 23 de outubro de 1963 (AHU, GNP, SR072, P.3, doc.10).

<sup>278</sup> Informação N.º 248 –SC/CI (2), de 18 de julho de 1963, (AHU,GNP,SR072, pt3, doc.16, Classificação: H-4-14, Congo/Geral, documento por um funcionário do GNP Manuela Gonçalves: «Informação de considerar em resenha de política internacional. Concordo»).

<sup>279</sup> Informação N.º 324 – SC/CI(2), de 6 de agosto de 1963 (AHU,GNP, SR 072, pt3,doc.20. Classificação: H-4-14 Congo/Geral, Documento visto pela funcionário de GNP Manuela Gonçalves: «Informação. De considerar na resenha de politica internacional em «Posição de Portugal no exterior» V. EXª, porém resolverá»).

Em meados de 1963, as autoridades portuguesas, de acordo com um telegrama do Governo-Geral de Angola, são informadas de que o Comando da ONUC em Élisabethville possuía um mapa com referências geográficas marcadas com códigos e letras, e setas marcadas em direção a diversos locais junto à fronteira com Angola e no seu interior, eventuais pontos de concentração e entrada em Angola para os guerrilheiros angolanos. No dia 3 de Julho, na sede da ONUC em Élisabethville, dirigentes do GRAE vindos de Léopoldville teriam permanecido largo tempo na sala de operações<sup>280</sup>.

Para além da apreensão por parte das autoridades portuguesas perante a aproximação do contingente indiano da ONU da fronteira com Angola, de acordo com a PIDE, um engenheiro da *Union Minière* declara num boletim informativo da companhia que «era esperado em Kowelzi, dentro de 15 dias, um contingente etíope, fora do controle da ONU, destinado a auxiliar os ataques a Angola, de harmonia com as decisões tomadas em Adis-Abeba»<sup>281</sup>.

Meses mais tarde, em dezembro de 1963, para além do receio que as autoridades portuguesas tinham de que um contingente indiano ficasse junto à fronteira entre o Congo e Angola, dá entrada no GNP uma informação de que o contingente irlandês da ONU estaria a vender armas ilicitamente à FNLA<sup>282</sup>.

Por seu turno, invertendo esta lógica, a 11 de dezembro, o Conselho de Segurança da ONU, na resolução 183, pressiona Portugal a respeitar a soberania congolês. Em causa, estavam as afirmações de U Thant, de que existiam bases de gendarmes catanguesas nos países vizinhos de onde poderiam ser lançados ataques que poderiam desestabilizar o novo Estado congolês. Portugal nega essa acusação. O Governo português declara que os mercenários não constituíam perigo para a soberania do Congo o que agradou à ONU e aos países africanos<sup>283</sup>. No entanto, Portugal concordará mais

---

<sup>280</sup> Carta do diretor-geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o diretor do GNP, 13 de julho de 1963 (AHD, GNP, EST12, Prat6, M721, Classificação do documento: GG-12-16, Operações das Nações Unidas no Congo, M-2-12, Apoio externo aos movimentos pró independência de Angola, L-5-1-9 Actividades da UPA, Documento visto pelo Funcionário do GNP, Carlos Machado: «Confirma-se por Telegrama sec a governo geral de Angola, Urgente»).

<sup>281</sup> Informação N.º 257- SC/CI(2), de 19 de julho de 1963, (AHU,GNP, SR 072, pt3, doc.17, Classificação: H-4-14 Congo/Geral, Documento visto pela funcionário do GNP Manuela Gonçalves: «Informação De considerar na resenha de Política Internacional. V. Ex.ª resolverá»).

<sup>282</sup> Nota remissiva do GNP, de 8 de dezembro de 1963 (AHD, GNP, EST12, Prat6, M721, Classificação do documento: GG-12-16, Operações das Nações Unidas no Congo, H-5-49 Irlanda).

<sup>283</sup> AHD, GNP, RIPI, 1963, resenha n.º 7/63, 13.

tarde com U Thant, mas julga que essa advertência deve ser para todos os territórios que tenham fronteira com o Congo e não só com Angola<sup>284</sup>.

A operação de recolha de refugiados catangueses, com três direções, realizar-se-á a 15 de dezembro de 1963. A primeira ocorreu entre Caianda e Cazombo, por via terrestre, onde os refugiados seriam identificados; uma segunda direção percorreu o caminho entre Caianda e o Luso (Luena), por via aérea; finalmente, seguiu-se provavelmente por Caianda ,via Lutuai («Mutuai» sic), por via terrestre<sup>285</sup>.

1964

Para além de presença de mercenários do Luso convém também assinalar a sua presença em Teixeira de Sousa, Daianda e Lutuai, Nova Lisboa e Cazombo Para evitar um afluxo contínuo de gendarmes e mercenários, foi tomada a seguinte medida: evitar a entrada de mais gendarmes em Angola, embora as autoridades portuguesas de Angola admitissem que caso se encontrassem em Angola eles deviam ser tratados pela Cruz Vermelha no que respeitava à sua alimentação<sup>286</sup>.

Numa nota remissiva do GNP, de 3 de abril de 1964, aponta-se que a UPA procurava aliciar antigos gendarmes catangueses que trabalhavam em Élisabethville convidando-os a filiarem-se em troca de certas facilidades<sup>287</sup>.

Mas não era só a UPA que procurava aliciar os gendarmes catangueses. A ONU também estava a fazer o mesmo. De acordo com uma carta enviada pelo GNP ao Governo-Geral de Angola, de 25 de março de 1964, baseada numa informação da Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 17 de março, a ONU estava a fazer uma campanha para aliciar os gendarmes e mercenários catangueses através de panfletos que eram lançados por avião e através de uma proclamação que convidava os mercenários e gendarmes a «apresentarem-se nas guarnições da ONUC em Jadotville, Kolwezi, Élisabethville e

---

<sup>284</sup> Telegrama da delegação portuguesa da ONU, 12 de março de 1964 (AHU,GNP, SR027, P.2, doc.47, Classificação do documento: H-4-14-7 Congo /Catanga (gendarmes/mercenários, Documento visto pelo funcionário do GNP: só assinou e não acrescentou nenhum comentário).

<sup>285</sup> Esta informação foi obtida num ofício enviado do Gabinete do ministro do Ultramar ao Gabinete dos Negócios Políticos, datado de 20 de Dezembro de 1963, que está na série 27 pasta 2 do Arquivo Histórico Ultramarino.

<sup>286</sup> Carta do chefe de Gabinete do ministro do Ultramar, Nuno Matias Fernandes, ao diretor do GNP, Ângelo Ferreira, 8 de janeiro de 1964, (AHU,GNP, SR027, pt2, doc.34, Classificação do documento: H-4-14-7 Congo/Catanga (Refugiados)).

<sup>287</sup> Nota remissiva do GNP , 3 de abril de 1964, (AHU, GNP, SR027, pt2, doc.70, Classificação do documento H4-14-8 Congo / Catanga (Mercenários) e L-5-1-6 UPA/GRAE) .

Kipushi. Nessa proclamação era-lhes prometido que se se apresentassem com as respectivas armas nada lhes aconteceria»<sup>288</sup>. A campanha seria um fracasso, pois os gendarmes e mercenários estavam a receber dinheiro, armamento, uniformes novos, o que durante muito tempo não tinha acontecido, constando que os gendarmes e mercenários tinham recebido instruções para se apresentarem em Angola nomeadamente em Teixeira de Sousa<sup>289</sup>.

Moisés Tshombé ocupará entre 1 de agosto de 1964 e 13 de outubro de 1965 o cargo de primeiro-ministro do Congo~Léopoldville, no quadro de uma coligação partidária. De acordo com um documento de 20 de agosto de 1964, dirigido do Gabinete do ministro do Ultramar ao GNP, é referido que Tshombé continua a ajudar os portugueses através da anulação das actividades de Holden Roberto em Léopoldville, e assim que consiga pacificar as regiões rebeldes que ainda existiam, esperava anular de vez toda a sua actividade da UPA<sup>290</sup>. Numa outra carta do Gabinete do ministro do Ultramar ao GNP, datada de 4 de Setembro de 1964, refere-se que a 2 de setembro de 1964 o enviado de Tshombé tinha estabelecido contacto com as autoridades de Angola para o regresso ao Catanga de refugiados e de material. Por essa razão, as autoridades portuguesas estavam a enviar material para o Luso, que a partir daqui seguiria no caminho-de-ferro para o Catanga, prevendo-se que a evacuação de refugiados fosse feita a partir de 5 de setembro. A operação de repatriamento dos refugiados de acordo com um despacho do Governo-Geral, datado de 21 de setembro de 1964, seria designada operação Regresso e teria duas fases. A primeira fase seria composta pelo encaminhamento do material militar para o Catanga e de um primeiro contingente para a guarda do Material, e a segunda fase seria constituída pela evacuação dos refugiados<sup>291</sup>.

No final do ano, será dito que as despesas feitas com os refugiados catangueses até maio tinham sido pagas pelo Governo-Geral de Angola, através de um subsídio à Cruz Vermelha. Nesse mesmo mês foi fundada a CRALP (Comissão de Recepção e Auxílio aos refugiados do Leste da Província), que ficou responsável pela «missão de

---

<sup>288</sup> Carta do diretor do GNP ao governador-geral de Angola, de 25 de março de 1964, (AHD, GNP, EST 12, Prat 6, M.721, doc. 1, Classificação do Documento: GG-12-16 Geral/ Operações das Nações Unidas no Congo.

<sup>289</sup> Carta do diretor do GNP ao governador-geral de Angola, de 25 de março de 1964.

<sup>290</sup> Carta do chefe de Gabinete do ministro do Ultramar, Nuno Matias Ferreira, ao diretor do GNP, de 20 de agosto de 1964 (AHU,GNP,SR027, P.1, doc.6, Classificação do Documento: H-4-14-1 Congo/Catanga).

<sup>291</sup> Relatório secreto do Governo-Geral de Angola intitulado Operação Regresso , 21 de setembro de 1964 (AHU, GNP, SR027, pt2, doc.1).

centralizar e controlar todas as despesas com os refugiados esclarecendo-se que estas só seriam liquidadas aos comerciantes desde que tivessem o visto da Comissão». Para o efeito, deslocou-se ao Luso Mário de Almeida Santos, inspetor interino e mais tarde governador do Moxico, que fez os necessários esclarecimentos aos comerciantes locais, dizendo que o Governo-Geral se responsabilizava pelas despesas feitas pelos refugiados ou para os refugiados, desde que que autorizadas pelo CRALP. No entanto, alguns comerciantes ignoraram esta regra - pensando que o presidente Tshombé continuaria a financiar as despesas particulares dos nativos, mantiveram informalmente o fornecimento aos refugiados catangueses, o que originou uma dívida de 3.000.000\$00, à data em que os refugiados catangueses regressaram ao Catanga, em setembro de 1964. As autoridades portuguesas, no relatório da operação Regresso de 25 de setembro de 1964, solicitam ao ex-ministro Yav, que em nome do governo e credenciado pelo primeiro-ministro Tshombé promovesse a liquidação da dívida aos comerciantes portugueses. Em novembro de 1964, a dívida ainda não tinha sido paga. Devido às dificuldades financeiras dos comerciantes do Luso, o governo português tornará a fazer diligências junto de Tshombé para pagar essa dívida<sup>292</sup>.

Vejam, a partir de um relatório de março de 1964, a configuração e o funcionamento desses campos de refugiados situados no Luso. É interessante observar que parte do relatório não diagnostica mas idealiza os futuros campos.

A estrutura devia ser composta de «construções em madeira e zinco para residência do director, secretaria, posto sanitário, quartel de voluntários e armazém, com um gerador de cerca de 20 cavalos de força e de uma moto-bomba de dois cavalos força. Ficando o depósito de água num local mais elevado com cerca de 5 metros um morro de salalé, que seria sobreelevado por travessas de caminho-de-ferro cruzadas e sobrepostas, obtendo-se por conseguinte uma queda de no mínimo de 6 metros, em relação a todas as construções a realizar. Faltando ainda referir os sanitários, para os

---

<sup>292</sup> Carta do diretor do GNP ao diretor-geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 28 de novembro de 1964, (AHU, GNP, SR027, P.2, doc.22, Classificação do documento: H-4-14-8 , Congo/Catanga Gendarmes mercenários). Refira-se que esta situação estava já suficientemente diagnosticada. Com efeito, numa carta do Governo-Geral de Angola para o ministro do Ultramar, em 7 de abril de 1964, dizia-se que Tchombé não pagava aos gendarmes nem aos mercenários e que a dívida já ascendia a cerca de 650000\$00, sendo que Jean Schramme, responsável pelos refugiados de Lutuai, pede às autoridades portuguesas para obterem de Tshombé uma espécie de proclamação ou carta – cf. Carta do governador-geral de Angola ao ministro do Ultramar, 7 de abril de 1964 (AHU,GNP, SR027, Pt2, Doc.4, Classificação do Documento H-4-14-8, Congo/Catanga Gendarmes mercenários).

refugiados, que seriam poços cobertos por estrado de madeira e resguardados por paliçadas de paus e capim»<sup>293</sup>.

Os campos localizar-se-iam em especial na zona leste (ZIL), a cerca de 200 km em linha reta da fronteira, na ordem dos 100 km da linha ferroviária dos Caminhos de Ferro de Benguela, e estar a uma distância da localidade do Luso de cerca de 120 km. Devia existir abundância de água, não ter populações europeias e nativas na área, e dispor, para efeitos de instrução, de mata e savana.

A direção do campo estava adstrita ao nível de pessoal, logística, e de administração às autoridades civis (governo do distrito). O administrador do campo devia ser um funcionário civil, idóneo para o efeito e responsável pelo reabastecimento, pessoal e contabilidade. Existiria também um adjunto do administrador do campo, que devia ser funcionário civil e coadjutor do primeiro, assim como auxiliares de administração (pessoal de secretaria.).

A fiscalização militar era competência do comandante militar do Luso, sendo exercida no local por um seu delegado (capitão), responsável localmente por todos os aspetos militares, nomeadamente os de instrução, disciplina, segurança e relações com o exterior. Todos os assuntos administrativos, com implicações de carácter militar, apresentados ao fiscal militar do campo, deveriam ser transmitidos ao comandante militar do Luso, para uma solução ao nível do governo do distrito, sempre que não fosse possível resolvê-los por entendimento direto com o administrador do campo.

A ligação entre os refugiados e mercenários e a fiscalização era efetuada pelo capitão Schramme, comandante do Campo do Luso, para todos os efeitos o intermediário entre os refugiados, e o fiscal do campo.

A segurança era de responsabilidade do fiscal do campo, como delegado do comandante militar do Luso, sendo que para este meio ou efeito especial deveria dispor dos seguintes meios:

«- Guarda ao campo, a fornecer por elementos da OPVDC (nunca menos de duas secções).

- Força de intervenção imediata, constituída por um pelotão da RMA, que se instalaria na povoação do Lutuai. Este pelotão seria reforçado com armas pesadas.

- Ligação rádio com o comando militar do Luso»<sup>294</sup>.

---

<sup>293</sup>Relatório para o Governo-Geral de Angola, 2 de Março de 1964 (AHU, GNP, SR27, P.2, Doc 10).

<sup>294</sup>Carta do governador-geral de Angola, Silvino Silvério Marques, ao ministro do Ultramar, António Augusto Peixoto Correia, de 25 de novembro de 1963 (AHU, GNP, SR27,P2,doc7, Classificação do

Estava prevista a intervenção de uma Companhia de caçadores da guarnição do Luso, se as circunstâncias assim o impusessem.

Relativamente à instrução, esta era feita dentro de um enquadramento europeu. Apenas para o efeito de instrução era considerado do maior interesse a inclusão de ex-militares portugueses como mercenários. A fiscalização da instrução seria da competência do Comando militar do Luso, sob orientação da Região militar de Angola, sendo que o fiscal militar do campo atuaria, também nesta matéria, como delegado do Comando militar do Luso<sup>295</sup>.

Para além do acampamento do Luso e dos campos no Lutuai, Cazombo e Caianda, existiam também refugiados no Hotel do Luso, no Hotel Continental, em casas privadas. As despesas nesses alojamentos, uma preocupação do Ministério da Defesa Nacional e do GNP, seriam pagas pelo presidente Tshombé<sup>296</sup>.

As condições de habitabilidade nos campos eram más, em especial no Cazombo, onde os refugiados não tinham roupa para se vestirem, tendo para isso as autoridades portuguesas fornecido cobertores para se cobrirem.

As relações entre nativos angolanos e refugiados eram péssimas na cidade do Luso, pois já tinham existido desacatos devido ao facto dos refugiados quererem ter relações sexuais com as mulheres dos nativos angolanos, e pelo facto de os refugiados catangueses exibirem a sua riqueza perante a pobreza da população autóctone. Outros autóctones do Luso consideravam que os refugiados seriam aliciados para ações de espionagem contra os portugueses.

No que respeita à identificação dos indivíduos que viviam nos campos, esta foi feita com base em declarações dos próprios refugiados, sem qualquer possibilidade de serem comprovadas, tendo sido recomendado aos chefes de acampamento que após a identificação «não poderiam admitir novos refugiados que se apresentassem sem um salvo – conduto, sob pena de serem detidos e entregues às autoridades do seu país»<sup>297</sup>.

---

documento: H-4-14-8 Congo/Catanga Gendarmes mercenários, documento visto pelo funcionário do GNP Pereira Monteiro: «Informação: Julgo de arquivar V. Ex.<sup>a</sup> Resolverá»).

<sup>295</sup> Carta do governador-geral de Angola...

<sup>296</sup> Informação n.º 85 – SC/CI (2) da PIDE, de 24 de janeiro de 1964, (AHU,GNP,SR027, P2, doc.52, Classificação do Documento: H-4-14-7, Congo /Catanga (gendarmes/mercenários), Informação recebida por um funcionário do GNP, documento visto por um funcionário do GNP: «Informação Esta informação parece bastante objectiva, salvo na contradição que há quanto à situação dos refugiados. Diz-se, primeiro, que vivem na penúria e mais abaixo que muitos exibem bastante .dinheiro. Julgo que se poderá transmitir ao M.N.E., considerar na res. da sit. Interna e fichar. V. Ex.<sup>a</sup> resolverá»).

<sup>297</sup> Informação n.º 85.

1965

Numa carta de 6 de janeiro de 1965, Tshombé previne Holden Roberto que terá de obedecer às leis e autoridades do Congo e colaborar com elas, porque tinham existido abusos por parte do GRAE/UPA/FNLA, que deviam ser corrigidos, e que as autoridades congolezas eram soberanas no seu território<sup>298</sup>.

Em 1965, um enviado de Tshombé, visitou em junho a embaixada portuguesa em Léopoldville para pedir que as OGMA fizessem a manutenção da força área Congoleza<sup>299</sup>. Nesse mesmo mês, no dia 10, em notícias da France Press e veiculadas pelos jornais Tribuna e o Diário de Moçambique, publicitava-se que Tshombé teria vindo a Lisboa e tinha tido um encontro com Salazar<sup>300</sup>. Porém, esse encontro foi desmentido por Tshombé de acordo com o jornal ABC de 12 de junho de 1965<sup>301</sup>.

Em agosto, no GNP, reflete-se sobre os voluntários para o Congo-Léopoldville. A informação nº 1344 de Carrusca de Castro de 2 de agosto de 1965 versou sobre os voluntários para o Congo-Léopoldville. Os soldados e oficiais portugueses quando passassem à disponibilidade só seriam chamados de novo às fileiras em caso de uma mobilização geral. Assim, olhando para os voluntários, o governo português deveria ser neutral, mas devia ver com simpatia, esse alistamento porque continuavam indiretamente a servir Portugal. Para poder controlar melhor o seu número, deveriam existir relações de voluntários na embaixada portuguesa em Léopoldville, com a necessária descrição para evitar que os inimigos de Portugal as utilizassem contra Portugal. Os futuros candidatos a mercenários deveriam passar por essa embaixada de forma a assinalar como poderiam receber apoio e, por sua vez, dar informações. No entanto, se o número de voluntários aumentasse, Portugal teria de rever a sua orientação estratégica. Carrusca de Castro alerta explicitamente para os perigos de Tshombé perder

---

<sup>298</sup> Carta do diretor do GNP ao diretor-geral dos Negócios Políticos e da Administração interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 30 de abril de 1965 (AHU,GNP, SR041, P.1, doc. 300, Classificação do Documento. M-3-6, Posição dos Países africanos em relação em relação aos territórios portugueses e aos movimentos emancipalistas/Congo ex Belga). Refira-se que a UPA, de acordo com a agência ANI e o jornal Diário de 30/10/1964, estaria em negociações com o Congo-Brazzaville para mudar a sua sede para Brazzaville visto que o governo de Léopoldville se estava a esquecer dos seus aliados do GRAE – cf. AHD, GNP, RIU, 1964, resenha nº 40/964, de 6 de outubro, 19.

<sup>299</sup> Jesus, *A guerra secreta*, 148.

<sup>300</sup> AHD, GNP, RIU, 1965, Boletim nº 27, 5 de julho, 17.

<sup>301</sup> AHD, GNP, RIU, 1965, Boletim nº 30, 27 de julho, 11.

o poder e de Portugal poder ser atacado por estar a interferir na política interna de um país soberano<sup>302</sup>.

Uma pergunta se coloca: o que aconteceu aos refugiados catangueses que ficaram em Angola?

Com o fim da secessão do Catanga, houve muitos catangueses que se refugiaram em Angola e lá permaneceram. Os refugiados catangueses que permaneceram em Angola eram designados de fiéis, e o seu número era cerca de 4600, juntamente com mulheres e crianças. As autoridades portuguesas no início da sua estadia em Angola «escolheram 2300 homens, que foram organizados em três batalhões de 15 companhias [e], cada um destes batalhões estava baseado em três campos»<sup>303</sup>, que eram os seguintes: «Chimbila, na fronteira entre os distritos de Lunda e Moxico; Camissombo (perto de Veríssimo Sarmento), na Lunda; e Gafaria (a velha colónia de Leprosos perto de Cazombo), no Moxico»<sup>304</sup>. Esta unidade manteve «a sua estrutura de comando com os seus próprios oficiais e sargentos»<sup>305</sup>. No entanto, a sua atividade operacional estava condicionada ao comando militar local, sendo a sua principal missão proteger as equipas que construíam estradas no leste de Angola. Portugal usou, mais tarde, estes efetivos como instrumento dissuasor do regime de Mobutu, pois este último considerava-os uma ameaça à estabilidade do seu país. Os portugueses utilizavam esta presença para manter a pressão sobre as autoridades congoleas, evitando que estas apoiassem os movimentos de libertação angolanos, nomeadamente à UPA/FNLA/GRAE<sup>306</sup>. Por altura do 25 de abril de 1974, o seu número ascenderia a cerca de 3000 homens.

---

<sup>302</sup> Informação n.º 1344 de Carrusca de Castro, de 2 de agosto de 1963 (AHU,GNP,SR027 doc.1, Informação recebida por um funcionário do GNP, Barreto de Carvalho?: «Para Consideração superior. As preocupações expostas são pertinentes. No entanto o problema respeita, sobretudo, ao MNE ao qual competirá a sua apreciação», «Dar conhecimento do ? de V. Ex.<sup>a</sup>. o Ministro da Defesa aos governos gerais de Angola e Moçambique . Entretanto peço a atenção do MNE para actualizações constantes de informação». «Concordo, Parece-me, com efeito, que o alistamento de voluntários portugueses no exercito congolês não cria facilidades especiais aos militares passados à disponibilidade – o que parece pq com esses objectivos do despacho – e, em contrapartida, pode criar dificuldades ao aspecto, que temos de manter, em relação à nossa posição perante o presidente Tshombé»).

<sup>303</sup> John P Cann, *Contra-insurreição em África (1961-1974). O modo português de fazer a guerra* (S. Pedro do Estoril: Edições Atena, 1998), 138.

<sup>304</sup> Cann, *Contra-insurreição em África*, 138.

<sup>305</sup> Cann, *Contra-insurreição em África*, 138.

<sup>306</sup> Cann, *Contra-insurreição em África*, 138-139.

## CAPÍTULO 3.

# A FRONTEIRA SUBVERSIVA ENTRE ANGOLA E O CONGO-LÉOPOLDEVILLE

### 3.1. A linha de fronteira: dispositivos e corredores

A insurreição em Angola tem três acontecimentos fundadores.

No dia 4 de fevereiro de 1961, umas centenas de africanos armados de catanas, atacam a Casa da Reclusão, a Cadeia de S. Paulo, os Correios, a 7ª Esquadra da PSP e o Aeroporto. No dia 11 de fevereiro tornaram a ser atacadas a Cadeia da Administração de S. Paulo e o Pavilhão Prisional da PIDE<sup>307</sup>. A invasão das cadeias de Luanda por parte dos rebeldes africanos tinha dois objectivos: em primeiro lugar, libertar os presos políticos aí detidos; em segundo lugar chamar a atenção para a opressão colonial portuguesa, aproveitando para isso a presença em Luanda de muitos jornalistas estrangeiros<sup>308</sup>. A autoria destes ataques não pode ser directamente atribuída a nenhum dos partidos envolvidos na luta colonial, porque os elementos que participaram nos ataques no dia 4 e 11 de fevereiro de 1961, embora pertencentes à UPA e ao MPLA, não agiram de acordo com as instruções das direcções destes partidos e em abono da verdade deverá ser dito que muitos deles mudaram muitas vezes de partido<sup>309</sup>.

Segue-se o 15 de março, em que se verificam ações de terrorismo na região dos Dembos, no Norte de Angola<sup>310</sup>. Após os massacres de 15 de Março, segue-se um terror branco, e na metrópole os jornais publicitam os atos efetuados pela UPA. Enquanto a

---

<sup>307</sup> Dalila Mateus, Álvaro Mateus, *Angola 61, Guerra Mundial: Causas e Consequências, o 4 de Fevereiro e o 15 de Março*. (Alfragide: Texto Editores, 2011), 92-93. Os assaltantes das prisões de Luanda ficaram confiantes com os resultados do assalto, e é por isso que decidem repetir o ataque a 11 de fevereiro de 1961. No entanto, a polícia portuguesa estava preparada para o ataque e muitos dos assaltantes são presos e mortos. Os assaltantes que efetuaram este ataque pertenciam a vários quadrantes, no entanto as autoridades portuguesas atribuem os ataques, ao MPLA, que por sua vez também se responsabiliza pela autoria dos mesmos. Também a UPA procurou obter vantagens destes acontecimentos através de conferências de imprensa e declarações na rádio.

<sup>308</sup> A imprensa internacional foi atraída a Angola pelo facto do navio Santa Maria ter sido tomado de assalto pelo capitão Henrique Galvão, e de ter como destino final a costa angolana.

<sup>309</sup> Mateus e Mateus, *Angola 61*, 103.

<sup>310</sup> A surpresa dos ataques de 15 de Março não foi total, pois a polícia já tinha tomado conhecimento dos preparativos destas ações, só que desta vez as autoridades não levaram a sério os alertas da PIDE/DGS. Em janeiro de 1961 o posto da PIDE/DGS em Nôqui informa que a UPA estava a intensificar as suas ações na fronteira, sublinhando que se estava a preparar um grande plano de terror. E em 14 de março de 1961 o posto da PIDE/DGS em São Salvador difunde uma informação em que se afirma que no dia seguinte se ia verificar um ataque da UPA

revolta resultante do 15 Março se alastrava ao norte, o governo português enviava contingentes militares para Angola para sufocar a rebelião. É com a revolta de 15 de Março que aparecem os primeiros indícios de separatismo branco, «filiado na tradição mítica do Brasil, recordando atitude antiga ao famoso monsenhor Alves da Cunha, num processo que existia na secretaria-geral do Ministério, e [que] naquela data [foi] atribuído ao Engenheiro António Garcia de Castilho, um dos mais prestigiados empresários e dirigente associativo de Angola»<sup>311</sup>. Existe uma forte possibilidade que «os massacres de brancos (e de mestiços e assimilados) obedecessem a uma estratégia deliberada de amedrontamento dos colonos, cujo objectivo seria provocar a fuga apressada dos portugueses de Angola, tal como tinha acontecido poucos meses antes com os belgas no Congo»<sup>312</sup>. A população de origem Ovimbundu, também foi alvo de violência no dia 15 de Março porque eram competidores pelo mercado de trabalho com as populações locais de origem bacongo.

O dispositivo militar existente em Angola era fraco (Figura 2)<sup>313</sup>. O Sul de Angola possui poucas unidades militares talvez devido ao facto de o Sudoeste africano, enquanto território sob mandato sul-africano ou ocupação sul-africana, ser vigiado pelos sul-africanos que eram aliados das autoridades portuguesas. Observando o mapa, verifica-se que o grosso das forças militares portuguesas se situava na zona entre Luanda e a fronteira entre Maquela do Zombo e Szaire, com outras unidades dispersas em Camaxilo, Teixeira de Sousa e Henrique de Carvalho, junto à fronteira congoleza, para controlar a fronteira congoleza e talvez as infiltrações de guerrilheiros, de refugiados e dos capacetes azuis da ONU que pudessem ocorrer entre Angola e o Congo. As restantes unidades militares estavam espalhadas junto ao litoral entre as localidades de Luanda e Moçâmedes. Junto à fronteira com a Rodésia do Norte, atual Zâmbia, parte da Federação das Rodésias e Niassalândia, não existia nenhuma unidade militar porque essa fronteira também não representava, em 1961, nenhum perigo.

---

<sup>311</sup> Moreira, *A espuma do tempo*, 99.

<sup>312</sup> Fernando Tavares Pimenta, *Portugal e o século XX. Estado, império e descolonização (1890-1975)*, (Porto: Edições Afrontamento, 2010), 10.

<sup>313</sup> Nuno Mira Vaz, *Opiniões públicas durante as guerras de África*, (Lisboa: Quetzal Editores/Instituto de Defesa Nacional), 48-49.

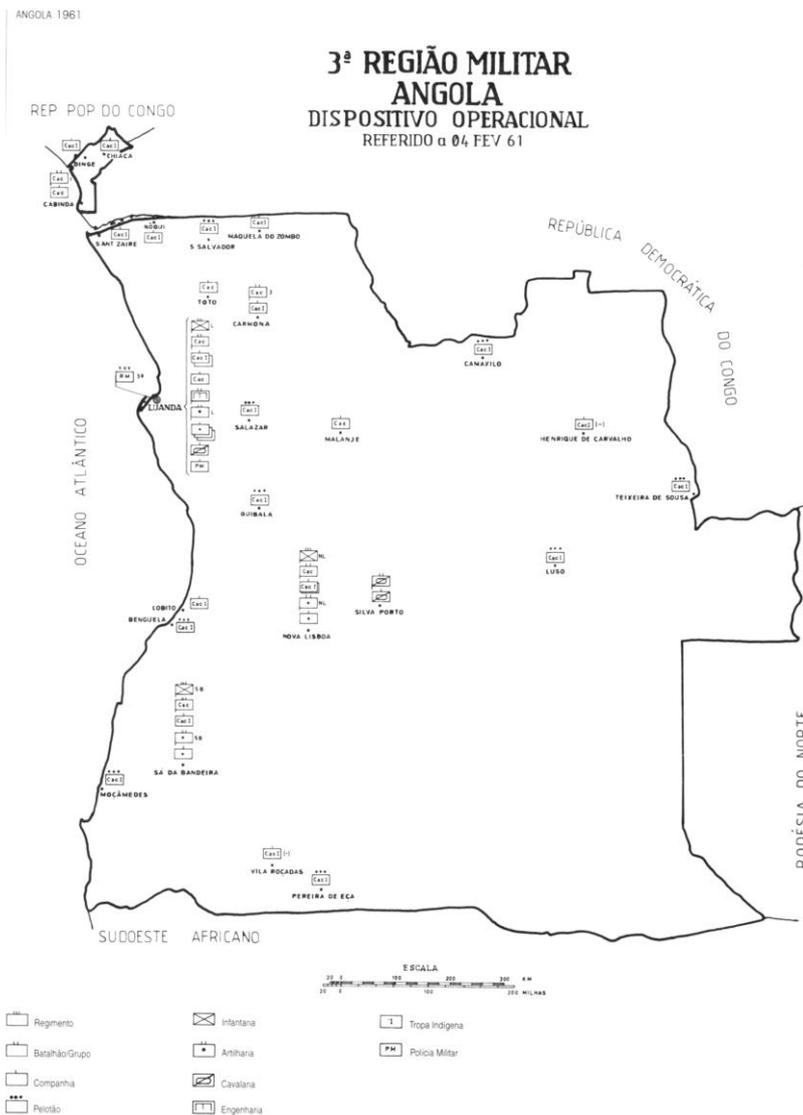


Figura 2. Dispositivo militar português em Angola nos inícios de 1961<sup>314</sup>

Assim sendo, o número de soldados que Portugal possuía na guarnição de Angola em junho de 1960 era cerca de 7804 homens. Deste contingente, faziam parte 317 oficiais, 631 sargentos, 1780 praças brancos e angolanos «evoluídos» e 5076 praças indígenas. De junho de 1960 a abril de 1961, as forças portuguesas receberam 2025 homens de reforços, todos brancos, sendo o contingente constituído por 78 oficiais, 222 sargentos e 1725 praças. Assim sendo, o total de homens disponíveis em Angola por altura da insurreição angolana era de 9829 homens<sup>315</sup>.

No que respeita à Força Aérea, foram criados a partir de outubro de 1960 uma base Aérea em Luanda e um Aeródromo-Base em Negage, com 12 PV2, 10 T-6, 10

<sup>314</sup> Nunes, *Angola 61*, 103.

<sup>315</sup> Mateus e Mateus, *Angola 61*, 120-121.

DO-27, 9 Auster e 6 Nordatlas<sup>316</sup>. Relativamente à Marinha, antes da independência do Congo ex-belga, existia apenas um navio hidrográfico. Quando ocorre a independência do Congo, a marinha em Angola é reforçada por uma fragata e dois navios patrulha, sendo mais tarde acrescentada com mais duas fragatas<sup>317</sup>.

A zona de operações decorre essencialmente no Norte de Angola, nomeadamente a norte da estrada Luanda-Salazar-Catumbela e Negage Sanza Pombo. Esta zona era fulcral para a acção dos insurrectos porque era uma região de difícil acesso e de circulação difícil, sendo constituída por picadas de terra batida e matagais de capim<sup>318</sup>.

Quando os portugueses terminaram a reconquista do terreno, acabaram por regressar «a um cenário de devastação e a um deserto humano. Provavelmente cerca de 300 mil pessoas tinham abandonado as suas casas, para fugirem à guerra e tinham-se refugiado no Congo-Léopoldville ou então tinham-se escondido nas florestas e nas «serras»<sup>319</sup>. Para deterem o êxodo populacional que então ocorre as forças portuguesas «começaram uma campanha de recuperação psicológica e social»<sup>320</sup>. O número de vítimas destes massacres foi na ordem de 800 mortos brancos (homens, mulheres e crianças), com um número indeterminado de negros<sup>321</sup>.

Refira-se que as autoridades militares portuguesas previam que iria existir sublevação e por isso elaboraram várias recomendações no princípio do ano de 1960, entre as quais se cita o patrulhamento da fronteira entre Angola e o Congo devido ao aproximar da independência congoleza no mês de junho de 1960<sup>322</sup>. No dia 3 de agosto desse mesmo ano, preconizavam a criação de milícias para a manutenção da ordem pública e para reprimir actos de violência; e a 15 de Dezembro do mesmo ano pedem reforços para missões de vigilância para o Norte de Angola. Os militares também pediam a criação de um conjunto de unidades de serviços e uma coordenação entre a força aérea e a armada<sup>323</sup>.

Apesar de todos estes avisos, a única coisa que conseguiram foi o envio de quatro companhias de caçadores e uma de polícia militar, em meados de 1960. Em fevereiro de 1961 dirigiram-se para Angola mais 2 companhias de caçadores, acabando por chegar

---

<sup>316</sup> Mateus e Mateus, *Angola 61*, 121.

<sup>317</sup> Mateus e Mateus, *Angola 61*, 121.

<sup>318</sup> Mateus e Mateus, *Angola 61*, 121.

<sup>319</sup> Douglas Wheeler, René Pélissier, *História de Angola*. (Lisboa: Tinta da China, 2009), 271.

<sup>320</sup> Wheeler, Pélissier, *História de Angola*, 271.

<sup>321</sup> António Lopes Pires Nunes, *Angola 61. Da Baixa da Cassange a Nambuangongo* (Lisboa: Prefácio, 2005), 48.

<sup>322</sup> Mateus e Mateus, *Angola 61*, 118.

<sup>323</sup> Mateus e Mateus, *Angola 61*, 118.

mais 4 companhias de caçadores e uma de voluntários da Legião portuguesa entre 15 de março e 15 de abril de 1961, no auge da insurreição angolana<sup>324</sup>.

Também as autoridades administrativas e a PIDE estavam atentas ao fenómeno subversivo angolano.

No fim de 1960, um colaborador da PIDE em Léopoldville envia com o endereço do pai uma carta para um hipotético amigo, mas que na verdade era dirigida à polícia: informava que iriam existir revoltas em Angola<sup>325</sup>. Em Janeiro de 1961, em Nóqui, o responsável da PIDE informa o administrador da circunscrição e o comandante militar de que a UPA estava a intensificar a sua actividade na fronteira entre Angola e o Congo-Léopoldville, e que a 15 de Fevereiro estava previsto um plano de insurreição<sup>326</sup>. Entretanto a polícia divulga um panfleto da UPA com as normas a seguir pela população de Angola nos «dias de festa», e que depois irá ser inserido no jornal *A Voz da Nação Angolana*, órgão oficial da UPA<sup>327</sup>. Nesse mesmo panfleto, eram dadas indicações em código de que, a partir do dia 15 de março, iria acontecer uma rebelião contra as autoridades coloniais portuguesas em Angola e do que se tinha de fazer para que rebelião tivesse sucesso. No panfleto, aconselha-se os cipaios e os soldados que se aliassem ao povo, ameaçando-os, caso não aderissem à revolta, com represálias<sup>328</sup>.

Em 13 de março de 1961, no posto de Cuimba, um informador relata que um servente lhe disse que durante essa semana não saísse à noite porque a UPA preparava uma insurreição para essa semana. Um dia mais tarde, o administrador de concelho refere que nos dias anteriores tinha entrado em Angola muitos africanos e que durante a noite utilizavam caminhos gntílicos, tendo os habitantes da zona tido encontros com elementos da ABAKO e da UPA, que se propunham fazer acções insurreccionais, nomeadamente conquistando certas povoações como S. Salvador, Maquela e Cuimba<sup>329</sup>. Um dia mais tarde, o posto da PIDE em S. Salvador divulga a informação de que a PIDE irá atacar em 15 de Março de 1961<sup>330</sup>.

---

<sup>324</sup> Mateus e Mateus, *Angola 61*, 118.

<sup>325</sup> Mateus e Mateus, *Angola 61*, 119.

<sup>326</sup> Mateus e Mateus, *Angola 61*, 119.

<sup>327</sup> Mateus e Mateus, *Angola 61*, 129.

<sup>328</sup> Mateus e Mateus, *Angola 61*, 129.

<sup>329</sup> Mateus e Mateus, *Angola 61*, 120.

<sup>330</sup> Mateus e Mateus, *Angola 61*, 120.

No que concerne aos colonos, estes já estavam à espera de que algo acontecesse em 1961, e isso é visível no aumento excepcional da importação e compra massiva de armas que passou das 156 toneladas em 1959 para 953 toneladas em 1960<sup>331</sup>.

Num esquema contemporâneo, provavelmente idealizado por algum membro dos movimentos de guerrilha e, depois, capturado pelas forças portuguesas, ou elaborado por elementos dos serviços de informação através de informação coligida em interrogatórios ou em ações de agentes infiltrados, é possível ver as localidades de entrada e saída dos movimentos angolanos, neste caso UPA/FNLA/GRAE e do MPLA, entre Angola e a República Democrática do Congo. Apenso ao mapa estão também algumas indicações relativas à situação das bases dos movimentos de libertação nas localidades referidas no Mapa. De salientar que a maioria das localidades referidas no mapa se encontram na fronteira norte entre Angola e a República Democrática do Congo (Figura 3; Anexo 2, Mapa 6).

Num ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros, designadamente da Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, ao Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datado de 13 de Julho de 1963, refere-se que existia no gabinete da ONU em Élisabethville um mapa militar com pontos, associados a letras e números, que indicavam a localização das entradas em Angola e Congo em ordem a futuras invasões: ponto 1, EX- S-T e as localidades de Boma e Banana e Malele; ponto 2, EA-L- ST e a localidade Songololo; ponto 3, XD-I-St e a localidade de Kipangu; ponto 4, TD-EE-ST e a localidade Popo Kabaka e Quinvula; ponto 5, TE-EX-ST e a localidade de Kasongo-Lunda; ponto 6, EA-I-SR e a localidade de Tembo II; ponto 7, OX-SR e a localidade de Shamaziamu; e, finalmente, o ponto 8, SGT-SR, e a localidade do Kapanga<sup>332</sup>.

---

<sup>331</sup> Mateus e Mateus, *Angola 61*, 120.

<sup>332</sup> Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros Direcção-Geral dos Negócios Políticos ao Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, 13 de Julho de 1963, (AHD, GNP, Est 12, Prat 6, M721), Documento visto pelo funcionário Carlos Machado: “Cumpra-se? por telefone, sec? a governo-Geral de Angola 16.VII.1963, Urgente Cumprido !8/7/63, GG-!2-16, Geral, Operações Militares das Nações Unidas no Congo,H-2-12 Canadá,L-5-1-9 Angola , Actividades da UPA).

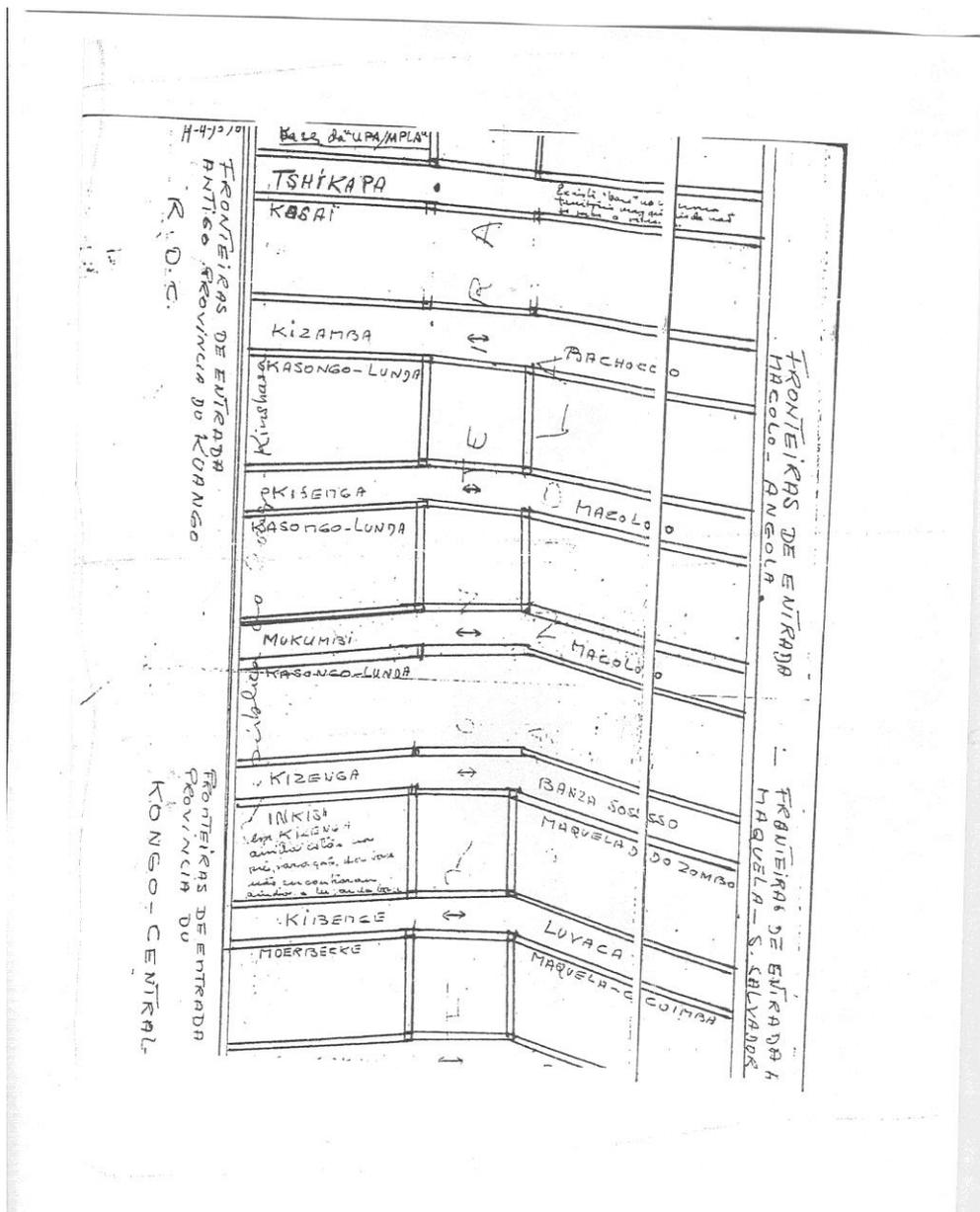


Figura 3. Esquema da fronteira entre Angola e a República Democrática do Congo (década de 1960?). Fonte: AHD/MNE/GNP

### 3.2. As deslocções dos refugiados – uma flecha no tempo

A questão dos deslocados constitui uma matéria fundamental na avaliação da dimensão política e humana da crise do Congo.

Logo em 1960, no Boletim Geral do Ultramar, noticia-se que «foram encerrados em Luanda os últimos centros de recepção de refugiados, que desde meados do mês passado estavam em funcionamento nesta cidade devido à afluência de fugitivos do

antigo Congo belga a Angola»<sup>333</sup>. Segunda as estatísticas, o número de refugiados cifrava-se já em 6619 pessoas de várias nacionalidades. Este número corresponde apenas a uma ínfima parte da deslocação de refugiados.

A partir de 1961, com os acontecimentos no Norte de Angola, há uma segunda vaga de refugiados - de Angola para o Congo-Léopoldville e que se cifraria, até 1961, em cerca de 400000 refugiados. Douglas Wheeler e René Pélissier, mais tarde, farão o balanço da seguinte forma: «não [se] deverá ficar confuso com o labirinto existente no pós-1961, mas sim encarar os assuntos nacionalistas africanos na sua verdadeira perspectiva. Cerca de 200 homens politicamente activos chefiavam, provavelmente, entre cinco mil a seis mil guerrilheiros, que lutavam de forma mais ou menos activa em Angola, e apoiados talvez por 50 a 70000 camponeses que se escondiam no mato do norte e do leste de Angola. Na periferia, em 1970, encontravam-se aproximadamente 400000 antigos (do êxodo de 1961 a 1964) e novos refugiados (desde 1966), ou seja cerca de 600000 pessoas»<sup>334</sup>. Entenda-se, periferia tem, aqui, antes de mais o valor de Congo-Léopoldville, Zâmbia e Congo-Brazzaville.

Em 1962, a 16 de junho, José A. Pinto Garnel do GNP, ao responder à solicitação do Ministério do Negócios Estrangeiros sobre o número de refugiados, compulsa os elementos disponíveis, e adianta que o número de indivíduos deslocados desde o início dos acontecimentos no Norte de Angola, nos distritos do Zaire e do Uíge, era de 452750, sendo que entrados no Congo-Léopoldville seriam 149000. Segundo as autoridades portuguesas, até finais de maio de 1962 seriam 193276<sup>335</sup>. Em 1965, num relatório mais detalhado, Fialho Ponce do GNP refere que o número total de refugiados seria de cerca de 564000 indivíduos, incluindo os «refugiados nas matas e nos Congos». Adianta, também, que «estão recuperados 288975. Temos pois a recuperar cerca de 275000 indivíduos dos quais uma parte se encontra nas matas»<sup>336</sup>.

Os refugiados catangueses constituirão, como tivemos oportunidade de verificar, a terceira vaga de refugiados, na ordem dos milhares.

Estas três vagas entrelaçam-se naquilo que poderemos designar uma flecha no tempo político da crise do Congo entre 1960 e 1965. Os efeitos serão duradouros.

---

<sup>333</sup> «Refugiados da República do Congo ex-belga», *Boletim Geral do Ultramar*, 422-423 (agosto-setembro 1960), 364-366.

<sup>334</sup> Wheeler, Pélissier, *História de Angola*, 319.

<sup>335</sup> José A. Pinto Garnel, Informação n.º 410, 16 de junho de 1962 (AHU, GNP, Sr. 162, P. 4).

<sup>336</sup> Joaquim Armando Fialho Ponce, Informação n.º 1536, 20 de novembro de 1965 (AHU, GNP, Sr. 41, P.1).

### 3.3. Os movimentos políticos angolanos

A miríade de movimentos políticos existentes em Angola nunca se entendeu ou então os maiores movimentos tentaram engolir os mais pequenos. Os apoios concedidos aos movimentos de libertação provinham essencialmente de África, da Ásia, assim como dos EUA, países comunistas do Leste da Europa, e da China. De referir que os principais movimentos nativos obtinham os seus apoios quer através das relações étnicas, quer também de relações de classes.

No caso do MPLA, o seu apoio provinha da região de Luanda-Mbundu, «com uma elite predominante urbana»<sup>337</sup>. No caso da UPA/ FNLA, os seus elementos eram essencialmente Bakongos e provinham das áreas rurais<sup>338</sup>. No entanto convém afirmar que a UPA/ FNLA e o MPLA tinham uma base diversificada<sup>339</sup>.

Para que a ação dos movimentos de libertação fosse efetiva esta era feita nos países estrangeiros através do descrédito da política ultramarina portuguesa, propagandeando os sucessos da luta dos movimentos de libertação, divulgando as atrocidades que as forças armadas portuguesas exerciam sobre as populações nativas. Com estas ações, os movimentos de libertação esperavam divulgar o descontentamento das populações quer no território onde o dito movimento lutava, quer nos restantes territórios sob domínio português. Os movimentos de libertação das províncias portuguesas exerciam a sua ação sobre as populações, prometendo-lhes a independência, e fomentando o ódio racial aos brancos. No que respeita aos brancos, também buscavam a sua adesão, através de ações terroristas, procurando que esta ficasse desiludida com a ação das forças armadas, acenando a promessa que após a independência a sua vida seria melhor. Procurava-se desestabilizar a ação das forças armadas nas colónias, dizendo-lhes que eles não tinham hipótese de ganhar a guerra e que esta era injusta, procurando que os militares desertassem<sup>340</sup>.

Procuraremos aqui dar conta desses movimentos, nomeadamente daqueles sedeados no Congo-Léopoldville, entre 1960 e 1965. Adotaremos uma divisão tipológica na sua apresentação, partindo dos principais para os mais secundários, sendo que o potencial de agitação de uns e de outros nem sempre se media pela sua dimensão.

---

<sup>337</sup> Pimenta, *Branco de Angola*, 36.

<sup>338</sup> Pimenta, *Branco de Angola*, 36.

<sup>339</sup> Pimenta, *Branco de Angola*, 55.

<sup>340</sup> Vaz, *Opiniões Públicas*, 317-319.

A agregação ou desagregação dos grupos era a regra, num panorama instável e volátil, cuja reconstituição era como é algumas vezes artificial<sup>341</sup>.

### *Movimentos políticos principais*

#### **MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola)**

Em 1955, aparecem em Angola o Partido Comunista Angolano com sede em Luanda e filiais em Catete e Malange. Um ano mais tarde, surge o Partido da Luta Unida dos Africanos (PLUA) e o MPLA. No ano de 1957 surge o Movimento de Independência de Angola (MINA). Todos estes movimentos acabaram mais tarde por se unir ao MPLA, cuja primeira sede foi em Conakry, em 1960, transferindo-se no ano seguinte para Léopoldville, mas por pouco tempo<sup>342</sup>. O Congo-Brazzaville, a partir de 1963, acolherá o quartel-general do MPLA. Com a independência da Zâmbia, em 1964, este movimento passa para este país<sup>343</sup>.

Com o advento da revolução no Congo-Brazzaville, em 1963, e a ascensão de Massemba Debat, o MPLA consegue algum apoio de Cuba, em 1964, através de Che Guevara, que se materializa na instrução de elementos e do envio de alguns desses elementos para Cuba para aprender táticas guerrilheiras e complementar a sua educação.

Em 1965, Che Guevara ajuda o MPLA a executar incursões em Cabinda e no Norte de Angola, que, no entanto, não tiveram grande sucesso<sup>344</sup>, fazendo com que o apoio cubano ao MPLA esmorecesse, só sendo reativado durante o processo de descolonização em 1974-1975<sup>345</sup>.

Convém referir o Movimento Nacional de Angola (MNA), que mais tarde fundir-se-á com o MPLA, que era «quase só constituído por mestiços e de características

---

<sup>341</sup> Refira-se que a documentação do GNP relativa aos movimentos políticos nunca acompanhou de uma forma atualizada a evolução das designações partidárias.

<sup>342</sup> Artur Maciel, *Angola heróica: 120 dias com os nossos soldados* (Amadora: Livraria Bertrand, 1963), 68-69.

<sup>343</sup> Apesar de um longo historial de lutas entre a UPA e o MPLA, houve uma tentativa de fusão em 1960, entre o MPLA, UPA, ALIAZO e a AREC, que durou pouco tempo. Existiam ainda suspeitas de que o MPLA estaria ligado ao DRILL, devido ao caso do Santa Maria e ao consequente assalto às prisões de Luanda, reivindicado pelo MPLA, e realizado pelo seu braço armado o EPLA. Ver Maciel, *Angola heróica*, 128 -129.

<sup>344</sup> Os ataques do MPLA em Cabinda não tiveram sucesso devido à ação da FNLA e do exército português.

<sup>345</sup> Piero Gleijeses, *Conflicting missions. Havana, Washington, and Africa (1959-1976)* (Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 2002), 81-84 e 175-183.

menos racistas»<sup>346</sup>. O MNA tinha «uma secção militar a cargo de Tomás Ferreira, desertor das forças militares de Angola»<sup>347</sup>. Pensava-se que esta organização seria o órgão operacional do MPLA.

De acordo com os jornais de Léopoldville e Brazzaville, em 2 de julho de 1961, «depois de uma troca de impressões acordou-se o seguinte: 1.º) os dirigentes do MNA, resolveram e dispuseram-se a colaborar com o MPLA sob a forma, não de subordinação, mas de fusão; 2.º) os membros do MNA, tornar-se-ão automaticamente membros do MPLA de harmonia com os estatutos e programas deste último; 3.º) os membros do MNA que a partir desta data se consideram como membros do MPLA gozarão dos mesmos direitos correspondentes aos mesmos deveres dos militantes do MPLA»<sup>348</sup>. Nem todos os elementos do MNA concordaram com a fusão do seu movimento com o MPLA, tendo, mesmo, alguns mestiços discordado com a rutura de relações entre Angola e Portugal, afastando-se do MNA.

Existia ainda o Movimento Anti-Colonial (MAC) «que era uma organização política de nativos de todos os territórios africanos sob a dominação» colonial, e que foi fundada em 1957 pela reunião do Partido Africano da Independência da Guiné (P.A.I.) e do M.P.L.A., com a participação dos Africanos das províncias portuguesas então residentes na Europa», tendo em janeiro de 1960 dado origem à Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias Portuguesas (FRAIN), na segunda conferência dos povos africanos em Tunis<sup>349</sup>.

De referir também a existência do MINA ou MIA que tinha como protagonista Manuel Pedro Pacavira, No entanto este movimento rapidamente se desvaneceu depois de uma entrevista de Manuel Pedro Pacavira com Lúcio Lara, dirigente do MPLA, tendo-se o MIA fundido com o próprio MPLA.

### **UPA (União dos Povos de Angola) / FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola)**

Como refere Carlos Oliveira Santos, do GNP, «em 1954 nasceu a União das Populações do Norte de Angola. Estendendo-se, depois, a todas as camadas de origem bantu, incluindo os mulatos, este movimento transformou-se, em 1958, na UPA. Foi-lhe

---

<sup>346</sup> Carlos Oliveira Santos, Apontamento n.º 177, 3 de novembro de 1961 (AHU, GNP, SR160, P.2S,Doc.1, Classificação do documento: L-5-0, Em Geral Prisão de elementos no Congo).

<sup>347</sup> Santos, Apontamento n.º 177.

<sup>348</sup> Santos, Apontamento n.º 177.

<sup>349</sup> Santos, Apontamento n.º 177.

dada esta designação para demonstrar que não se tratava dum movimento tribal e que tinha sido fundado na escala nacional»<sup>350</sup>. A UPA tinha a sua sede em Praga, sendo financiada com fundos de Moscovo que eram enviados através do PCP (Partido Comunista Português)<sup>351</sup>.

O Congo-Léopoldville apoiava a UPA, nomeadamente o Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE), criado em 1962, pela FNLA, que tinha resultado da fusão entre o Partido Democrático de Angola (PDA) e a UPA, e hostilizava o MPLA<sup>352</sup>. Cyrille Adoula concederá ao GRAE um espaço radiofónico na rádio congolês intitulado *La Voix de L'Angola*<sup>353</sup>. Apesar do apoio quase em exclusivo que concedia à UPA, o governo congolês acabará por sugerir que se devia unificar os movimentos de libertação angolanos num só grupo<sup>354</sup>.

O apoio que o governo congolês concedia à UPA também era simbólico, pois durante uma viagem do Presidente Kasavubu a Accra (Ghana), para a Conferência da OUA, Holden Roberto, líder da UPA, acompanhou-o no avião presidencial<sup>355</sup>. Durante essa Conferência foi feita ainda outra promessa de ajuda que consistia num «décimo do seu rendimento anual [dos países presentes]; mas logo após aquela conferência vários deles esqueceram e não honraram as suas promessas»<sup>356</sup>.

O recrutamento de indivíduos por parte da UPA era visto no GNP do seguinte modo: caso vissem um natural negro de Angola no Congo, a UPA tentava convencê-lo a ingressar nas suas fileiras sob a forma de voluntariado; caso o dito voluntário não quisesse ingressar na UPA, era ameaçado com represálias e os angariadores iam embora; passado algum tempo, se o dito angolano ia à *Sureté* local, mais uma vez era «convidado» a ingressar nas fileiras da UPA; se continuasse a negar interesse nesta matéria, era detido num campo de concentração e torturado até aceder a ingressar na UPA<sup>357</sup>.

---

<sup>350</sup> Santos, Apontamento n.º 177. A UPA tinha a sua sede em Praga, sendo financiada com fundos de Moscovo que eram enviados através do PCP (Partido Comunista Português).

<sup>351</sup> Botzaris, *África e o comunismo*, 158.

<sup>352</sup> Tiscar Santiago, *Diplomacia peninsular*, 128.

<sup>353</sup> Telegrama recebido da Embaixada de Portugal em Léopoldville, 2 de Setembro de 1965, (AHU, GNP, SR041, Doc.270).

<sup>354</sup> Ofício ao GNP, 27 de setembro de 1966, (AHU, GNP, SR041, Doc.77).

<sup>355</sup> Ofício ao Governo-Geral de Angola, 9 de novembro de 1965,(AHU, GNP, SR041, Doc. 244).

<sup>356</sup> Ofício do Ministério dos Negócios (Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna) ao GNP, 16 de agosto de 1965,(AHU, GNP, SR041, Doc.278).

<sup>357</sup> Informação n.º 868, 29 de fevereiro de 1964,(AHU, GNP, SR164, P.6S, Doc.7).

No entanto, o GRAE nem sempre colaborou com o governo do Congo, nomeadamente na zona de Kwilu, onde parecia que o GRAE estava a apoiar movimentos rivais ao governo central congolês nomeadamente os adeptos de Mulele<sup>358</sup>.

Para além do apoio material que o governo congolês concedia à UPA, convém referir que este mesmo governo procurava também destruir a oposição a Holden Roberto, nomeadamente «a destruição da base que elementos angolanos adversários de Holden estabeleceram em Benseke – Futi»<sup>359</sup>.

Para evitar provavelmente alguns dos excessos efetuados pelo GRAE, o governo congolês decidiu elaborar um projeto de convenção com o GRAE, elaborado pelos serviços jurídicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros congolês, «sendo enviado ao Director dos Negócios Políticos do MNE, do Congo, em 12 de julho de 1966, pelo secretariado do mesmo Ministério»<sup>360</sup>. Entre os principais dados que advêm deste projeto, destaca-se o estabelecimento para o GRAE de um estatuto vizinho do diplomático de direito comum, não sendo atribuídas ao «GRAE quaisquer privilégios no domínio jurídico ou penal, salvo em matéria de disciplina «militar» para o ELNA [Exército de Libertação Nacional de Angola], a aquisição e trânsito das armas, bem como a fixação de bases na RDC estão sujeitas a aprovação e controle do governo e do ANC»<sup>361</sup>.

### *Movimentos políticos secundários*

#### **CBOA (Comité des Bons Offices Angolais)**

O CBOA, fundado em 14 de julho de 1965, foi outra organização que lutou contra os portugueses em Angola, sendo «liderado por um angolano bacongo e que ingenuamente esperava cumprir a tarefa (digna de Sísifo) de unir os partidos nacionalistas angolanos»<sup>362</sup>.

#### **CPA (Conselho do Povo Angolano)**

Em abril de 1965, nascerá dentro da Frente Patriótica do Congo «uma outra organização sob a chefia de André Kassinda, o ex-líder da Liga Geral dos

---

<sup>358</sup> Informação n.º 883, 16 de Março 1964, (AHU, GNP, SR164, P.6S, Doc.2).

<sup>359</sup> Ofício ao GNP, 21 de Setembro de 1965, (AHU, GNP, SR041, Doc.268).

<sup>360</sup> Ofício ao GNP, sem data, (AHU, GNP, SR041, Doc.102).

<sup>361</sup> Ofício ao GNP, sem data, (AHU, GNP, SR041, Doc.102).

<sup>362</sup> Wheeler, Pélissier, *História de Angola*, 315.

Trabalhadores, o sindicato satélite da UPA» - o CPA<sup>363</sup>. Esta organização irá integrar outros movimentos entre os quais se citam o Comité da Unidade Nacional Angolana (CUNA), o MNA, o partido quioco Partido Nacional Africano (PNA), que era «liderado por José Paulo Chiringueno, sedado em Tshikapa (Cassai), e um partido ovimbundo, dirigido por dissidentes da UPA, a União Nacional Angolana (UNA), que tinha relações de proximidade com o presidente Kaunda. Ao Conselho também se juntou a Union Générale des Travailleurs Angolais (UGTA), que se separou da Liga Geral dos Trabalhadores (LGTA)»<sup>364</sup>. O CPA passa a designar-se Comité Nacional Executivo (CNE) em maio de 1966, mas com a prisão do seu líder em julho de 1966, este movimento terá finalizado as suas atividades.

### **CUNA (Comité da Unidade Nacional Angolana)**

O CUNA, de origem baconga, era «constituído por pessoas da região de Bembe, incluindo dissidentes mais velhos da UPA, de uma cisão de 1963; e o Movimento Nacional Angolano (MNA), anteriormente designado Frente Nacional Angolana que foi criado em 1962 e era formado por bacongo naturais da zona costeira (Bassorongo)»<sup>365</sup>. O CUNA teria cerca de 250 membros em Léopoldville<sup>366</sup>.

### **FDLA (Frente Democrática de Libertação de Angola)**

A FDLA foi fundada em 1 de julho de 1963, sob a presidência de Agostinho Neto, e incluía os seguintes movimentos: a Associação dos Bakongos de Angola (NTOBAKO), filial da Alliance des Bakongo (ABAKO) do Congo, a Associação dos Congolezes de Expressão Portuguesa (NGWIZAKO), o MNA e o Movimento de Defesa dos Interesses de Angola (MDIA)<sup>367</sup>.

### **FNA (Frente Nacional Angolana)**

A FNA é um agrupamento dissidente da UPA, de Santo António do Zaire. A FNA chegou a participar em reuniões que foram orquestradas pelo ministro do Interior do

---

<sup>363</sup> Wheeler, Pélissier, *História de Angola*, 315.

<sup>364</sup> Wheeler, Pélissier, *História de Angola*, 315.

<sup>365</sup> Wheeler, Pélissier, *História de Angola*, 314.

<sup>366</sup> Carta do diretor dos Negócios Políticos e da Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao diretor do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, 13 de setembro de 1965, (AHD, GNP, AR13, GA2, M108, Classificação do documento: L-5-0, Em Geral – Prisão de elementos no Congo).

<sup>367</sup> Maria, Tiscar Santiago, *Diplomacia peninsular*, 376.

Congo-Léopoldville entre diversos partidos angolanos (MDIA, NGWIZAKO, MLEC, NTOBAKO).

### **FRAIN (Frente Revolucionária Africana para a Independência)**

A FRAIN das colónias portuguesas foi criada nos finais do ano de 1959, e tinha sede em Conakry e filiais em Londres, Alemanha de Leste, Accra, Léopoldville, Tunes, Casablanca, Varsóvia e Praga. A função deste movimento era unir todos os movimentos de libertação que lutavam em Angola como nos restantes territórios ultramarinos<sup>368</sup>.

### **MABLA (Movimento Afro-Brasileiro pró-Libertação de Angola)**

O MABLA foi criado em meados de 1961, convindo realçar que pouco ou nada se sabe relativamente a este movimento<sup>369</sup>.

### **MDIA (Movimento para a Defesa dos Interesses Angolanos)**

O MDIA era provavelmente um partido moderado. O MDIA era composto por dissidentes da UPA, e tinha como estrutura organizativa um comité constituído «por um presidente, um secretário-geral, um conselheiro e um secretário»<sup>370</sup>. O MDIA teve apoios por parte do governo português, nomeadamente através de bolsas de estudo concedidas aos bolseiros do MDIA em Portugal, sendo esta despesa dividida entre o Ministério do Ultramar e o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

### **MDIN (Movimento de Defesa dos Interesses Nacionais)**

O MDIN foi fundado em Fevereiro de 1962, por Itelo e presidido por B. Ilolo, chefe-adjunto do Gabinete do ministro do Interior do Congo-Léopoldville. Este movimento pretendia defender os interesses congolese e criticava a ação dos movimentos angolanos em território congolês, em especial a UPA e o GRAE.

---

<sup>368</sup> Maciel, *Angola heróica*, 122.

<sup>369</sup> Santos, Apontamento n.º 177.

<sup>370</sup> Apontamento n.º 162, 25 de Outubro de 1961,(AHU, GNP, SR160, P. 2S, Doc.2).

### **MNA (Movimento Nacional de Angola)**

O MNA foi fundado em junho de 1961. Era um movimento «enquadrado praticamente só por mestiços»<sup>371</sup>. Segundo Artur Maciel, este movimento teria «características menos racistas», sendo «uma diversão lançada pelo M.P.L.A., porquanto, decorrido apenas um mês de existência, o chefe da respectiva secção militar já era apresentado por Mário Pinto de Andrade como «comandante das tropas» do MPLA»<sup>372</sup>.

### **MODERA (Movimento da Defesa do Realismo Africano)**

O MODERA foi fundado em 25 de Outubro de 1962 em Moçâmedes, tendo como objetivo estabelecer em Angola um reino a partir do Congo.

### **MPIA (Movimento para a Independência de Angola)**

O MPIA tinha «sedes em Luanda e agências em Benguela, Lobito e Malange»<sup>373</sup>. O MPIA foi «detectado quando se investigava acerca de actividades internas do M.P.L.A.»<sup>374</sup> e propunha a “«separação de Angola de Portugal»<sup>375</sup>. Devido à repressão exercida pelas autoridades portuguesas, alguns dos seus elementos juntam-se à UPA em Léopoldville, existindo outros que estariam sob forte vigilância e que formaram uma célula do MPLA<sup>376</sup>.

### **PNPU (Partido Nacional Popular Ultramarino) / NTOBAKO (Associação dos Bakongos de Angola)**

Não existiam só movimentos contra a presença dos portugueses em Angola. Também existiam movimentos a favor da nossa presença em África, como por exemplo o Partido Nacional Popular Ultramarino (PNPU), um partido que em março de 1961 estava ainda em formação, mas que apoiava os portugueses e dispunha-se juntamente com estes a lutar pelos interesses de Portugal em Angola. O líder do PNPU era Angelino Alberto da Damba, e tinha como objetivos o de «promover a compreensão e a fraternidade entre as populações das províncias ultramarinas portuguesas; desenvolver os sentimentos patrióticos nacionais entre aquelas populações; lutar pela defesa da

---

<sup>371</sup> Maciel, *Angola heróica*, 128.

<sup>372</sup> Maciel, *Angola heróica*, 128.

<sup>373</sup> Maciel, *Angola heróica*, 128.

<sup>374</sup> Maciel, *Angola heróica*, 128.

<sup>375</sup> Maciel, *Angola heróica*, 128.

<sup>376</sup> Maciel, *Angola heróica*, 128.

unidade entre Portugal e Angola; podendo ser membros do PNPU todos os habitantes das províncias ultramarinas portuguesas sem distinção de raça, sexo ou religião que colaborem na realização dos objectivos do partido», sendo o lema desta organização: União – Trabalho – Progresso<sup>377</sup>.

O PNPU vai dar origem ao movimento NTOBAKO Angola «que havia sido criada pelos mais velhos emigrantes angolanos estabelecidos em Léopoldville»<sup>378</sup>, e que por sua vez tinha sofrido tentativas de desestabilização por parte de elementos comunistas e de emissários de Mário Pinto de Andrade que queriam que este movimento se fundisse com o MPLA. As relações do NTOBAKO Angola com os outros movimentos variavam, desde a hostilidade por parte da UPA, até uma certa simpatia pelo MDIA e minimização por parte do NGWIZAKO.

No entanto o governo português não confiava no dirigente Angelino Alberto, pois considerava-o como uma pessoa ambiciosa, que só desejava o poder e a obtenção de altos cargos, e de obter o apoio das autoridades portuguesas para os seus projetos. De acordo com papéis apreendidos ao NTOBAKO Angola, este apenas pretendia a independência de Angola, sendo de referir as ligações que mantêm com o kibanguismo, o que poderá deduzir, no entendimento do apontamento do GNP, alguma xenofobia<sup>379</sup>.

Apesar de tudo, o NTOBAKO era apoiado pelo governo português através de alojamento, estudos e subsídios para os seus bolseiros no valor aproximado de 40.000\$00 e «para evitar possíveis atrasos nos pagamentos, conviria que a Direcção Geral de Fazenda habilitasse este Gabinete com um fundo permanente de 50.000\$00. (cinquenta mil escudos), a sair da verba posta à sua disposição pelo Governo-Geral de Angola para cobrir os encargos com estes bolseiros, o qual mensalmente seria recomposto após a apresentação dos documentos de Despesa líquida»<sup>380</sup>.

### **SAIA (Solidariedade Africana para a Independência Imediata de Angola)**

A SAIA foi criada em julho de 1961, tendo como objetivo auxiliar os nacionalistas angolanos na luta pela independência de Angola. De acordo com Artur Maciel, a SAIA poderá ter sido fundada em fins de 1960<sup>381</sup>.

---

<sup>377</sup> Carlos Oliveira Santos, Apontamento n.º 177. Ver Felgas, *Responsabilidade dos grupos políticos*, 507.

<sup>378</sup> Apontamento n.º 159, 17 de Outubro de 1961, (AHU, GNP, SR160, P.2S, Doc.3).

<sup>379</sup> Apontamento n.º 159.

<sup>380</sup> Informação n.º 391, 21 de Maio de 1962,(AHU, GNP, SR162, P. 4, Doc.72).

<sup>381</sup> Maciel, *Angola heróica*, 132.

### **UCLA (União Congoleza para a Libertação de Angola)**

A UCLA, criada em 11 de Julho de 1961, em Léopoldville, tinha como objetivo ajudar os angolanos na luta pela sua independência e promover uma união entre os vários movimentos angolanos, tendo após a sua criação enviado uma circular a vários países para obter fundos<sup>382</sup>.

### **UDAKO**

A UDAKO possuía a sua sede em S. Salvador do Congo. A «sua primeira manifestação faz-se através do jornal “Démocrate Kongolais”, em 20 de julho de 1961»<sup>383</sup>.

### **União dos Chefes Costumeiros do Congo**

A União dos Chefes Costumeiros do Congo formou-se em princípios de 1963. Era formado por sobas que fugiram de Angola, quando ocorreram os ataques de 15 de março de 1961, e se refugiaram no Congo-Léopoldville. O seu objetivo era promover o entendimento dos habitantes do Congo português e restaurar a ordem e a paz naquele território e fazer com que os refugiados voltassem a Angola. Colaboravam ativamente com as autoridades portuguesas em Angola para elaborar planos de regresso dos refugiados. O autor do relatório sobre este partido acha que obtido o seu objetivo, que era ajudar os refugiados, o movimento poder-se-ia tornar um partido político<sup>384</sup>. Para além disso, os chefes costumeiros poderiam ser bastante úteis aos interesses portugueses desde que as autoridades de Angola lhes dessem vantagens económicas e de ordem administrativa.

### **UNTA (União Nacional dos Trabalhadores Angolanos)**

A UNTA foi fundada em outubro 1961 e tinha sede em Léopoldville. O objetivo do agrupamento «era a união de todos os partidos políticos, movimentos sindicalistas e religiosos, para formarem uma Frente de Libertação Nacional de Angola», sendo o seu secretário nacional, Pascal Luvuala<sup>385</sup>.

---

<sup>382</sup> Apontamento n.º 159,

<sup>383</sup> Santos, Apontamento n.º 177, sendo que a sigla não está desdobrada.

<sup>384</sup> [Elementos relativos aos movimentos de libertação angolanos], 18 de julho de 1963, (AHD, GNP, AR 13, GA2, M108). Relatório sem menção de autoria.

<sup>385</sup> Maciel, Angola *heróica*, 134.

### **UTONA (União dos Trabalhadores e Operários Negros de Angola)**

A UTONA «é um movimento para a independência de Angola, partido de defesa dos trabalhadores e operários de Angola; dá todo o seu apoio ao MPLA, UPA e a todos os movimentos e partidos que lutam pela independência de Angola»<sup>386</sup>. Num outro manifesto afirma-se que «a UTONA chama a atenção do Governo Português e em particular da população europeia de Angola para o seguinte: a partir de 1 Janeiro de 1961 se não se chegar a qualquer acordo entre o governo português e os verdadeiros representantes do povo angolano quanto á independência, a nossa luta tomará outro aspecto. O ano de 1961, será o ano decisivo, ficará como o ano de Angola – Angola 1961 – UTONA»<sup>387</sup>. Mais se acrescenta que a UTONA «tem o apoio de todas as facções da classe trabalhadora e operária de Angola e os seus representantes espalhados por todas as localidades»<sup>388</sup>.

Além das estruturas já referidas neste texto, convém mencionar alguns mini grupos como, por exemplo, a Frente Patriótica para a Independência do Kongo Português (FIPK), que resultou da fusão entre uma parte do NtoBako, e que se juntou ao Ngwizako em 1965<sup>389</sup>, a União Progressista de Nso, o Partido Progressista Africano (PPA)<sup>390</sup>, a União Progressista Nacional de Angola (UPRONA) e o Cartel dos Nacionalistas Angolanos (CNA)<sup>391</sup>.

#### *Movimentos políticos setoriais*

### **AFA (Association des Femmes de Angola)**

As associações de carácter feminino também lutavam contra os portugueses em Angola. Entre essas organizações está a AFA, cuja sede era em Léopoldville, e tinha «como presidente uma modista, mulher do 1.º vice – presidente da U.P.A.»<sup>392</sup>, que

---

<sup>386</sup> Santos, Apontamento n.º 177.

<sup>387</sup> Santos, Apontamento n.º 177.

<sup>388</sup> Santos, Apontamento n.º 177.

<sup>389</sup> Wheeler, Pélissier, *História de Angola*, 314.

<sup>390</sup> O PPA inicialmente “era uma organização da juventude bazombo, a Alliance des Jeunes Angolais pour la Liberté (AJeunal)”. Ver Wheeler, Pélissier, *História de Angola...*, 314.

<sup>391</sup> Wheeler, Pélissier, *História de Angola*, 315.

<sup>392</sup> Maciel, *Angola heróica*, 119.

lançava «apelos, juntamente com a L.G. dos Trabalhadores Angolanos, para a constituição de uma Frente Comum de Libertação Nacional – F. C. L. N.»<sup>393</sup>.

#### **AJEUNAL (Alliance des Jeunes Angolais pour la Liberté)**

A AJEUNAL surge como Frente Comum da Juventude Nacionalista de Angola (FCJNA), fundada em novembro de 1961, e o seu presidente foi Alphonse Matonde e tinha como secretário Edoard Makumbi. Em fevereiro de 1962, passa a designar-se AJEUNAL. Edoard Makumbi, preconiza medidas severas contra Portugal ao nível de boicotes políticos, económicos e diplomático, trabalhando pela unificação de todos os partidos angolanos.

#### **LGTA (Liga Geral dos Trabalhadores Angolanos)**

A LGTA foi fundada em Léopoldville em 13 de junho de 1961. A LGTA executa a sua ação junto dos refugiados na República do Congo (Léo) e «está filiada na Federação Geral dos Trabalhadores do Congo»<sup>394</sup>.

#### **RDJA (Rassemblements Democratiques de la Jeunesse Anglaise)**

O RDJA foi fundado em Outubro de 1961. O RDJA congregava elementos da UPA, ALIAZO e MPLA. Segundo Artur Maciel, tratava-se de mais uma tentativa de união de elementos, em que o MPLA procurava que a UPA seguisse, uma orientação mais comunista, em vez de seguir a sua tradicional orientação ocidental<sup>395</sup>.

#### *Movimentos políticos étnicos*

#### **ABAKO (Alliance des Bakongos)**

A ABAKO foi criada em 1953, com sede em Léopoldville. O objetivo desta organização era a reunificação do antigo reino do Congo, sendo a sua primitiva finalidade formar a província do Baixo Congo, separada da província de Léopoldville e associada ao Congo da comunidade francesa, absorvendo Cabinda e o Congo

---

<sup>393</sup> Maciel, *Angola heróica*, 119.

<sup>394</sup> Maciel, *Angola heróica*, 126.

<sup>395</sup> Maciel, *Angola heróica*, 133-134.

português<sup>396</sup>. Chega mesmo a existir uma organização, com a mesma sigla, só que era de origem portuguesa<sup>397</sup>.

### **ALIAZO (Aliança dos Naturais do Zombo)**

A ALIAZO foi criada em 1960, com sede em Léopoldville. A ALIAZO era um partido regional que era fomentado «pelas mesmas [razões] da U.P.A., talvez com vistas a provocarem incidentes tribais e consequente intranquilidade»<sup>398</sup>. A ALIAZO tinha como objetivo a independência de Angola e a luta pela independência dos distritos do Zaire, do Uíge, os quais, segundo este movimento, se denominavam de Província do Congo. Propugna nos seus manifestos por uma frente comum de todos os movimentos angolanos<sup>399</sup>.

### **AREC (Association des Ressortissants de l' Enclave de Cabinda) / FLEC (Front de Libération de l' Enclave de Cabinda) / MLEC (Movimento do Enclave de Cabinda)**

A AREC, fundada em 1958, era um movimento de cariz tribal que se opunha aos portugueses em Angola. Mais tarde designar-se-á MLEC. A AREC tinha afinidades com a FLEC ao nível dos propósitos e organização, tendo esta também uma outra designação - Association [ou Amicale] des Originaires de l' Enclave de Cabinda (AOEC).

A FLEC foi fundada em 1958 e tinha a sua sede em Pointe Noire, no Congo-Brazzaville, possuindo ainda filiais em Matadi, Boma e Brazzaville<sup>400</sup>. O objetivo da FLEC era instaurar um Estado democrático independente que fizesse do enclave de Cabinda um outro país. De início, dirigiu petições a Lisboa, repudiando ligações com a UPA. e a Aliazo, por considerar que os povos de Cabinda nada têm que ver com Angola.

A MLEC, fundada em 1960, tenta negociar com o Governo português através da embaixada de Portugal de Léopoldville, enviando uma proposta onde está contido um plano de autodeterminação para Cabinda que consiste em três etapas, sendo a última destas a total independência do território para 5 de dezembro de 1962. Caso Cabinda

---

<sup>396</sup> Maciel, *Angola heróica*, 118.

<sup>397</sup> Maciel, *Angola heróica*, 118.

<sup>398</sup> Maciel, *Angola heróica*, 119-120.

<sup>399</sup> Maciel, *Angola heróica*, 119-120.

<sup>400</sup> Maciel, *Angola heróica*, 120.

fosse independente, Portugal continuava a representar Cabinda ao nível da política externa, a unidade monetária continuaria a ser o escudo português e o novo Estado poderia ainda assinar acordos ao nível de assistência técnica, cultural e militar<sup>401</sup>.

No que concerne às relações entre a MLEC e os outros movimentos, elas eram más no caso da UPA, pois num comunicado de 9 de abril de 1962 a MLEC distancia-se do governo de Holden Roberto, convidando os cabindas a não colaborarem com a UPA nem com GRAE. Relativamente ao MPLA, de acordo com uma informação datada de 5 de maio de 1962 da embaixada de Brazzaville, havia infiltrações de elementos cabindas com estágios políticos na Europa, com especial incidência em França. Além disso, esses indivíduos eram destribalizados e sem ligações a Cabinda ao nível sentimental. Por vezes, o MLEC passa a sua sede de operações para Léopoldville.

Para além da UPA, o principal opositor do MLEC, o Comité d' Action d' Union Nationale des Cabindas (CAUNC), o povo do Maiombe que apoiava a UPA, e os Jovens de Cabinda também eram contra o programa do MLEC. Todos estes protestos se devem ao facto de o MLEC afirmar que não existiam chefes costumeiros de Cabinda quer em Ponta Negra quer no Congo-Leo.

O autor das informações relativas a este movimento considera o movimento aproveitável devido a rivalidades, apesar dos contactos com os líderes do movimento serem difíceis, pois estes últimos eram influenciáveis pelas autoridades do Congo-Léopoldville<sup>402</sup>.

### **Associação dos Mussorongos**

A Associação dos Mussorongos era outra associação de origem étnica que pugnava por uma parte do território angolano. A organização atrás citada foi fundada em 1942, em Boma, e tinha «por objectivo a reconstituição do Reino do Soyo (região do Zaire), antigamente subordinado ao Reino do Congo»<sup>403</sup>. Segundo Artur Maciel, a organização esteve inativa de 1955 a 1960, ressurgindo «quando um pretendente ao lugar de regedor principal dos Mussorongos se ausentou para Banana, por ocasião da independência do Congo Ex-Belga, a fim de concertar com os mussorongos ali fixados

---

<sup>401</sup> Maciel, *Angola heróica*, 119-120.

<sup>402</sup> [Elementos relativos...], 18 de julho de 1963.

<sup>403</sup> Maciel, *Angola heróica*, 121.

o seu regresso ao Zaire», logo que Angola for independente, para então ali assumir as funções de vice-rei dos Mussorongos<sup>404</sup>.

#### **ATCAR (Associação dos Quiocos do Congo belga, Angola e Rodésias)**

Também a tribo dos Quiocos, lutava contra os portugueses através da ATCAR, criada em 1956, com sede em Élisabethville. O seu objetivo era a união de todos os Quiocos, através do espírito e tradições da sua etnia. Os Quiocos, enquanto movimento e através dos seus chefes principais Muhunga e Muyumba, encontravam-se ligados aos partidos congolezes, Balubakat e Conokat. A ATCAR era uma organização constituída por núcleos celulares, denotando «comandos sob técnicas de guerra subversiva ou ligados ao comunismo, embora com a marca religiosa de feição protestante», trabalhando a maior parte dos seus elementos em sistemas de clãs ou tribos que regra geral tem fins mutualistas<sup>405</sup>.

#### **DIRECO (Defesa dos Interesses da Região Costeira)**

O grupo DIRECO pretendia «a emancipação da região costeira do Norte de Angola, povoada por mussorongos»<sup>406</sup>.

#### **NGWIZAKO (Associação dos Congolezes de Expressão Portuguesa)**

A organização de nativos Ngwizani Ya Kongo que para os nativos significava entendimento das gentes do Congo, designava-se de forma abreviada NGWIZAKO<sup>407</sup>. A NGWIZAKO foi criada em Boma a 15 de fevereiro de 1960. Mais tarde muda a sua sede para Léopoldville. A finalidade da NGWIZAKO era a independência de Angola, tendo ligações à ABAKO, filiais em Matadi e em Leopoldville<sup>408</sup> e secções em Kimpese, Boma, Lemba, Lukula, Kangun<sup>409</sup>.

Segundo as informações da PIDE os dirigentes deste grupo não teriam um grau de cultura médio e a maior parte deles eram pequenos comerciantes. O apoio a este movimento provinha de revistas como a *Présence Africaine* e jornais estrangeiros como

---

<sup>404</sup> Maciel, *Angola heróica*, 121.

<sup>405</sup> Maciel, *Angola heróica*, 121.

<sup>406</sup> Hélio, Felgas, *Responsabilidade dos grupos políticos angolanos do Congo ex-belga nos acontecimentos de Angola*. Lisboa: sn, 1962. Separata Revista Militar, 14, 500.

<sup>407</sup> Maciel, *Angola Heróica...*, 131.

<sup>408</sup> Informação..., Junho de 1962, (AHU, GNP, SR162, P. 4, Doc.56).

<sup>409</sup> Informação..., Junho de 1962.

o *Courier de l' Afrique*. A NGWIZAKO além da independência de Angola pretendia a reunificação do antigo reino do Congo incluindo também o enclave de Cabinda.

Pensava-se que o partido não passava de um mero colaborante do regime do Congo-Léopoldville<sup>410</sup>. Dentro da NGWIZAKO existiam duas tendências. Uma constituída pelos novos que eram «nativos distribalizados, influenciados, pela vida que desde sempre levaram na República do Congo e desconhedores do ambiente tradicional da terra que os viu nascer» e menos dispostos a colaborar com os portugueses<sup>411</sup>. Os velhos elementos da NGWIZAKO são os que estão mais agarrados à tradição<sup>412</sup> e queriam colaborar com os portugueses, recrutando os seus adeptos nas tribos dos Bacongos residentes no Congo-Léopoldville, procurando «exercer neles influência por meio de artigos publicados na imprensa, reuniões, manifestos, conferências e até pela coacção com a ameaça de represálias e chantagens»<sup>413</sup>.

Apesar da NGWIZAKO combater a UPA, existe indícios de que também poderão ter colaborado. Tal dedução deve-se ao facto do agrupamento NGWIZAKO mais tarde entrar em cisão, sendo constituído um novo partido, o WENE WE KONGO, pelo senhor Batista Ndimba, talvez pela facção dos velhos<sup>414</sup>. Existe a referência de que esta organização era uma ramificação da ABAKO, cujo objetivo era convencer os angolanos residentes no Congo-Léopoldville a lutar pela independência da sua terra<sup>415</sup>.

#### *Seitas político-religiosas e igrejas protestantes*

No interior do território angolano, existiam organizações que apoiavam os comunistas, entre as quais se citam as seguintes seitas religiosas:

#### **Kitewala**

A seita dos Kitewala,<sup>416</sup> provinha do Congo belga, e possuía ramificações em Angola; tendo a sua actividade sido descoberta já nos anos 30 (1932-1933), no distrito do Moxico<sup>417</sup>.

---

<sup>410</sup> Informação..., Junho de 1962.

<sup>411</sup> Informação..., Junho de 1962.

<sup>412</sup> Informação..., Junho de 1962.

<sup>413</sup> Informação..., Junho de 1962.

<sup>414</sup> Informação, Junho de 1962.

<sup>415</sup> José Filipe Pinto, *O Ultramar Secreto e Confidencial*, (Coimbra: Almedina, 2010), 343.

<sup>416</sup> A seita religiosa Kitewala, também denominada de Watawala, tem as suas origens na Rodésia e Niassalândia, tendo sido o seu fundador Joseph Booth, um negro oriundo da cidade do Cabo, na África do Sul.

### **Zambi-Ya- Y’Papa**

A seita dos Zambi-Ya- Y’Papa<sup>418</sup>, de origem protestante e procedente do Congo ex-belga, foi fundada por Simão Toco<sup>419</sup> e também apoiava os comunistas e a expulsão do homem branco de Angola. Relativamente à doutrina, os adeptos desta seita afirmavam, que a Bíblia dos brancos não estava completa e que lhe tinham arrancado uma página em que dizia que Cristo era negro e que o único exemplar da Bíblia completo estava na posse no fundador da seita. E para apressar a segunda vinda de Cristo, tinham que ser eliminados todos os brancos e fazer-se o possível para que as mulheres brancas tivessem filhos mulatos. Os dirigentes desta seita provêm essencialmente do operariado (tractoristas, mecânicos, Motoristas), tendo como símbolo distintivo uma estrela de cinco pontas e como cor dos seus trajes o branco<sup>420</sup>.

Os Zambi- Ya- Y’Papa tinham influências comunistas e místicas, misturadas com influências da Watch Tower e do Kibanguismo estando ligada à seita Missão dos Negros<sup>421</sup>.

### **Dieudonné**

O movimento «Dieudonné»<sup>422</sup> tem origem no Congo ex-belga, e acaba por estender a sua ação a Angola, exigindo a expulsão dos brancos de África.

### **Os profetas de Cristo para a libertação das consciências**

Este grupo apesar de ser recente assemelhava-se às seitas africanas norte-americanas. O dirigente principal desta seita era um branco que se intitulava «Profeta de Cristo» que vivia na África Ocidental Francesa, tendo 2000 adeptos em Angola e correspondendo-se com os seus adeptos através de enviados misteriosos.

---

<sup>417</sup> Os membros da seita religiosa Kitewala interpretavam o velho testamento introduzido pelos protestantes, de um modo fundamentalmente anti europeu, afirmando que o filho de Deus nasceu Branco, mas que os brancos o assinaram e que voltará um dia como negro; mas para que os brancos não o assassinem de novo, é imprescindível o extermínio dos brancos. Cf. Botzaris, *África e o Comunismo*, 158.

<sup>418</sup> A seita religiosa Zambi- Ya- Y’Papa também tinha a designação de Tocoísmo, Botzaris, *África e o comunismo*, 159.

<sup>419</sup> Simão Toco nasceu em Luanda e foi aluno de uma missão protestante. Ver Botzaris, *África e o Comunismo*, 159. O dirigente dos tocoístas estudou durante 3 anos num liceu em Luanda e foi chefe de uma missão protestante de Quibocolo, onde estudou. Ver Informação N.º 399 – A, Junho de 1962 (AHU, GNP, SR162, P.4, Doc.56).

<sup>420</sup> Ofício ao governador-geral de Angola, 21 de Março de 1967, AHU, GNP, SR018,P1,Doc. 16).

<sup>421</sup> Informação N.º 399..., Junho de 1962, (AHU, GNP, SR162, P.4, Doc. 56).

<sup>422</sup> O líder da seita Dieudonné chamava-se Kubansino David e era natural de Angola, sendo apelidado de Tata Michel pelos seus apoiantes. Ver Botzaris, *África e o Comunismo*, 159.

A ação dos adeptos desta seita centra-se na destruição de capelas e imagens do senhor e na erecção de pequenos templos, adornados somente de uma cruz, rezando diante dela uma comunidade, duas vezes por semana.

### **Missão dos Salvadores**

Trata-se de um movimento de feição política mais do que religiosa e que preconizava a criação do reino independente do Congo, integrado por uma parte de Angola e do Congo ex Belga, tendo a sua sede em Léopoldeville.

### **Quimbanguismo**

A seita Quimbanguista, denominava-se Igreja de Cristo na Terra, e foi «fundada pelo profeta Simon Kimbangu<sup>423</sup>, tornou-se religião oficial do Congo-Leo, depois da independência adquirida em Junho de 1960»<sup>424</sup>.

### **Cristo Novo**

A Seita do Cristo-Novo, também conhecida por Botea ou N' Tonche era formada por feiticeiros negros tidos como pouco evoluídos, sabendo-se que em 1946, destruíram lavras e animais domésticos em Quibocolo<sup>425</sup>.

Deverá salientar-se que as seitas religiosas referidas nos parágrafos anteriores não eram as únicas a atuar em território angolano, existindo ainda referências a uma seita em formação em Santo António do Zaire (Sazaire), denominada Zambin Guzas<sup>426</sup>, assim como a existência no Bié da seita Tchinguallo ou Inqualulo<sup>427</sup>, e em Huíla, nomeadamente nos postos de Galangue e Chipindo (Ganguelas), da seita denominada de «Os Apóstolos», que foi «introduzida em Angola da ex- Rodésia do Norte em Agosto de 1959, pelos naturais de cor Jeremias Caluaca e sua mulher Maria Futembo»<sup>428</sup>. No território angolano existiam outras seitas como por exemplo uma fundada em 1943 em Léopoldville, que tinha como função os socorros mútuos e beneficência, denominada Zola Vuvu Lutumamu Nsambu (União Esperança, Civilidade

---

<sup>423</sup>O profeta Simão Kimbangu nasceu por volta de 1889 e morreu em 1950, ver Wheeler, Douglas, Pelissier, René, História de Angola. (Lisboa: Tinta-da-china, 2009), 226.

<sup>424</sup> Informação n.º 1518, 17 de Novembro de 1965, (AHU, GNP, SR018, P1, Doc.40).

<sup>425</sup> Informação, Junho de 1962, (AHU, GNP, SR162, P.4, Doc. 56).

<sup>426</sup> Ofício ao Governador-geral, 18 de Abril de 1967, (AHU, GNP, SR018, P.2, Doc.99).

<sup>427</sup> Informação N.º 1419, 17 de Setembro de 1965, (AHU, GNP, SR018, P.1, Doc.47).

<sup>428</sup> Informação ..., 17 de Setembro de 1965, (AHU, GNP, SR018, P.1, Doc.47).

e Graça), cujo objectivo era a emancipação do Congo português. Actuava ainda em Angola a seita denominada Missão dos Negros, de origem nativa, chefiada por Mpadi Simon, que era um indivíduo negro e ex-oficial do Exército de Salvação Belga. A seita Missão dos Negros tinha como objectivo criar uma Igreja Negra Autónoma de feição xenófoba, tendo ramificações em Angola.

Em Cabinda deverá ser referida a existência de uma outra seita de feição idêntica ao Quibanguismo, denominada Nzambi Kungulu, mais conhecida por Lassismo, fundada por volta do ano de 1955 no Congo-Brazzaville, mais especialmente em Ponta Negra, «pelo profeta Simon Zeferin Lassy, que se diz representante de Deus na Terra»<sup>429</sup>.

Falta ainda referir a atividade das missões protestantes, nomeadamente da igreja metodista americana, do conselho ecuménico das igrejas protestantes do CIMADE, que era uma organização filantrópica de protestantes franceses, chefiada pelo pastor Marc Boeguer, para o patrocínio de estudantes africanos em França, que apoiavam as actividades subversivas em Angola, que incluíam um importante rol de actividades entre as quais se citam, auxilio e fuga de indivíduos angolanos para os países de Leste, para receberem treino e doutrinação, assim como cumplicidade com grupos terroristas. No entanto, com o advento do conflito os missionários protestantes vão ser obrigados a sair das suas áreas de missão devido à insegurança, acabando por regressar aos seus respectivos países, ficando as missões às ordens do pessoal nativo<sup>430</sup>.

### **3.4. «Não é possível prever o futuro próximo»**

Num apontamento deixado anónimo, de outubro de 1965, produzido no GNP, reflete-se sobre a «situação geral da África capricornica». A perspetiva constrói-se sobre os dados em cima da mesa no terceiro trimestre de 1965, num hábito regular do GNP sobre as suas resenhas. O autor, no final, nas conclusões, diz: «não é possível prever o futuro próximo na parte sul do continente africano. Dois problemas terão imprevisíveis consequências: a Rodésia e o Congo»<sup>431</sup>.

---

<sup>429</sup> Informação n.º 1518, 17 de Novembro de 1965, (AHU, GNP, SR018, P1, Doc. 40).

<sup>430</sup> Ofício ao diretor-geral dos Negócios Políticos do MNE, 18 de Abril de 1967, (AHU, GNP, SR018,P.2, Doc. 101).

<sup>431</sup> «Situação geral da África capricornica», outubro de 1965 (AHD, GNP, arm.6, gav.2, mc.69)

Sobre a Rodésia o problema decorria das atitudes de Ian Smith relativas à declaração unilateral da independência. Os efeitos poderiam ser em cadeia no quadro da ONU, apesar de não se prever da parte da Grã-Bretanha uma reação militar. Sobre o Congo-Léopoldville, a questão prende-se com a queda do governo de Tchombé «que poderia agravar a situação no Congo com imediato reflexo em Angola». Mobutu perspectiva-se na linha de sucessão: «tudo dependerá do General Mobutu»<sup>432</sup>.

Ora, no horizonte de avaliação, neste apontamento como nas resenhas da política internacional, o que se pressente é a viragem para sul da orientação geopolítica das apreciações do GNP: o conceito capricornicano será em breve substituído pelo conceito da África Austral, de uma aliança feita a partir do Sul, unindo Angola, Moçambique, Rodésia e África do Sul<sup>433</sup>. Na margem deste pressentimento, importará averiguar até que ponto esta deslocação corresponde à desistência política em relação ao Congo-Léopoldville, futuro Zaire. Esta é a hipótese que, no futuro do passado deste trabalho, exigirá uma revisão fina das peças investigadas entre 1960 e 1965.

---

<sup>432</sup> «Situação geral da África capricornica».

<sup>433</sup> Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, *Alcora. O acordo secreto do colonialismo. Portugal, África do Sul e Rodésia na última fase da guerra colonial* (Lisboa: Divina Comédia, 2013).

## CONCLUSÃO

A investigação que deu corpo a esta tese tentou atingir um objetivo: penetrar na lógica e nos estratos documentais mobilizados por um serviço especializado de informação, instalado num ministério estatal, para acompanhar e tecer os fios de inteligibilidade de uma crise política. A crise foi a do Congo-Léopoldville, entre 1960 e 1965. As coordenadas dessa crise são complexas, mas envolvem a descolonização desse país africano, nas forças contraditórias que logo imediatamente inflamaram os seus primeiros anos em liberdade. O ministério foi o do Ultramar português. O serviço foi o do Gabinete dos Negócios Políticos (GNP), criado precisamente nas vésperas daquela independência. A correlação de forças foi interna e externa: dificilmente se compreende esta crise sem a perceber no quadro da Guerra Fria – isto é, à escala do mundo. Frantz Fanon dirá a propósito que «a África tem a forma de uma pistola, e que o Congo é o seu gatilho». A matéria posta a descoberto, aqui, pode ser sintetizada nos seguintes efeitos.

O GNP atrai a si uma elite intelectual formada no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, convertendo-se, apesar do silenciamento da sua história, numa placa giratória de reflexões teóricas e práticas sobre o ultramar. Instalado no Ministério do Ultramar, caber-lhe-ia auxiliar o Conselho Ultramarino, numa tentativa de fortalecer a política ultramarina portuguesa. Logo de imediato, o GNP foi apanhado no turbilhão das guerras coloniais. As tarefas complicaram-se e muito. As informações recolhidas e expedidas pelo GNP multiplicaram-se. Dos governos-gerais ultramarinos era obrigatório o envio hierárquico da informação, sobre todos os aspetos, para o GNP. Algumas das suas tarefas sobrepunham-se ou concorriam com as inspeções superiores ultramarinas. Este dado é decisivo.

A circulação processava-se com os diversos ministérios e serviços de informação: militares, policiais e diplomáticos. O controlo da informação desdobrava-se numa classificação sistemática dos dados, em múltiplos níveis, cujos pilares eram as resenhas semanais, da política interna das províncias ultramarinas, da situação internacional, da imprensa escrita e radiofónica, produzidas pelos inspetores e restantes funcionários. Estas resenhas eram expedidas, por sua vez, para o universo metropolitano e ultramarino português. Os apontamentos feitos pelos funcionários, e não apenas pelos inspetores, constituíam apenas uma das camadas resultantes dessas resenhas. Podemos dizer que tudo confluiria neste registo quotidiano da história colonial.

A expressão política consequente desse registo é matéria controversa. Qual o valor desse registo, observado na óptica da crise do Congo-Léopoldville?

Antes de mais, suspeitamos que o GNP estava mais interessado nas relações económicas e políticas entre Angola, o Congo-Léopoldville e o Estado secessionista do Catanga, do que com a população branca residente no Congo-Léopoldville. O perigo comunista era uma variável entre outras – pois a política americana e da ONU relativamente ao mundo colonial inspirava provavelmente mais receios e dúvidas. Os acontecimentos que enquadram a intervenção multinacional da ONU, com um forte contingente indiano, pressionam Portugal a manter em aberto vários canais diplomáticos e uma multiplicidade de contactos. A linha mais rígida tinha a ver com os movimentos de libertação angolanos sediados no Congo e que são objeto de constante vigilância por parte das autoridades portuguesas. A fronteira entre os dois países, a norte, é palco de uma deslocação de centenas de milhares de pessoas, entre refugiados, expatriados e guerrilheiros. Essa massa humana constitui um substrato vital no «gatilho» congolês.

Ressalta na gestão da crise por parte do GNP a ideia de que o Congo-Léopoldville e Angola estão intimamente ligados. Daí resulta que nas resenhas e nos apontamentos investigados, bem como no outro material entrado e expedido, com parecer sumário ou não dos funcionários, o GNP acolha a complexidade e a volatilidade fatural, não sobrevalorizando em excesso os puros fundamentos doutrinários, mesmo que eles se ajustem episodicamente à realidade dos fatos. O Catanga e Tchombé, à frente da província secessionista (1960-1963) ou no Governo central (1964-1965), constituem a plataforma de apoio da política ultramarina portuguesa na geopolítica do centro de África. Em 1965, com a queda do governo de Tchombé, e a consolidação do poder de Mobutu, parece ocorrer um ponto de viragem – o eixo da atenção desloca-se da fronteira norte angolana, para a fronteira leste e sul, com a emergência da África «capricórnica», isto é, de uma ligação entre Portugal, Angola, Moçambique, Rodésia e África do Sul.

Metodologicamente, esta tese ajuda a provar a importância de explorar os arquivos coloniais de uma forma orgânica, cruzando as peças do funcionalismo com a política colonial. Arriscamos a formular que a mesma tese conseguiu, por momentos, sondar o coração do «caos» congolês.

## FONTES ARQUIVÍSTICAS E BIBLIOGRAFIA

### FONTES ARQUIVÍSTICAS<sup>434</sup>

#### **Arquivo Histórico Diplomático (AHD) do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar.**

Apontamentos e informações: 1960-1965.

Correspondência: 1960-1965.

Pastas diversas: 1960-1965.

Resenha de Informação da Situação Interna (RISI): 1960-1965.

Resenhas de Imprensa e Rádio Estrangeira (RIRE): 1960-1965.

Resenhas de Imprensa Ultramarina (RIU): 1960-1965.

Resenhas Internacionais de Política Internacional (RIPI): 1960-1965.

#### **Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).**

#### **Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar.**

Séries (pastas): 5 (1), 12 (36), 14 (1), 18 (1-2), 24 (1), 27 (1-2), 41 (1), 72 (1-3), 126 (1), 158 (3), 159 (1), 160 (1), 162 (4), 163 (2C), 164 (6S), 180 (1-2), 181, (1), 183 (1-7).

### BIBLIOGRAFIA<sup>435</sup>

AAVV. «Colonial administration in Africa between central policy and local reality». *Yearbook of European Administrative History*, 18 (2006).

\*Almeida, João Miguel. *António Oliveira Salazar / Pedro Teotónio Pereira: correspondência política (1945-1968)*. Lisboa: Temas e Debates, 2008

\*Andrade, Mário Pinto de. *Origens do nacionalismo africano continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa (1911-1961)*, colaboração na revisão e fixação do texto de José Eduardo Agualusa. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

\*Antunes, José Freire. *A Guerra de África (1961-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995

\*Antunes, José Freire. *Os americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*. Lisboa: Difusão Cultural, 1991.

Barroso, Luís. *Salazar, Caetano e o “reduto branco”: a manobra política-diplomática, de Portugal na África-Austral (1951-1974)*. Porto, Fronteira do Caos Editores, 2012.

Bechtolsheimer, Gotz. «Breakfast with Mobutu: Congo, the United States and the Cold War, 1964-1981». Tese de doutoramento, London, London School of Economics and Political Science, 2012.

Botzàris, Alejandro. *África e o comunismo*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos Políticos e Sociais, 2 vols., 1959-1961, (Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 27 e 46).

\*Canas, Ana. «Memórias abertas de Moçambique e arquivos imperfeitos». Em *Atas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História*,

---

<sup>434</sup> Por estar devidamente discriminada ao longo da tese, optou-se aqui por citar as séries da documentação arquivística utilizada.

<sup>435</sup> A bibliografia apenas consultada, sujeita ainda assim a uma seleção, está assinalada com asterisco.

- Memória e Ciência*. Lisboa; Instituto de Investigação Científica Tropical, 2013. <http://2012congressomz.files.wordpress.com/2013/08/t01c01.pdf>
- Cann, John P. *Contra-insurreição em África (1961-1974). O modo português de fazer a guerra*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena, 1998.
- \*Cardoso, Pedro. *As informações em Portugal*. Lisboa: Gradiva/Instituto da Defesa Nacional, 2004.
- \*Chiwale, Samuel. *Cruzei-me com a História: autobiografia*. Lisboa: Sextante Editora, 2008.
- \*Coelho, João Paulo Borges. «Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas». *Lusotopie*, 10 (2003): 175-193.
- \*Cole, Jonathan J. «The Congo question: conflicting visions of independence». *Emporia State Research Studies*, 43 (1) (2006): 26-37.
- \*Colvin, Ian. *Moisés Tchombé: de Élisabethville à Argélia*. Lisboa: Início, 1968.
- Cunha, J. M. Silva. *Administração e Direito Colonial*. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito, 1956.
- Curto, Diogo Ramada, e Bernardo Pinto Cruz. «Terror e Saberes Coloniais: Notas acerca dos incidentes na Baixa do Cassange, Janeiro e Fevereiro de 1961». Em *O império colonial em questão. (sécs. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições*, org. Miguel bandeira Jerónimo, 3-35. Lisboa: Edições 70, 2012.
- \*Drummond, Jaime, e Hélder Barber. *Angola: Depoimentos para a História Recente (1950-1976)*. Sl.: Edição dos autores, 1999, v.1.
- \*Felgas, Hélio. *A África independente e a ONU*. Braga: Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1963.
- \*Felgas, Hélio. *A revolta militar no Congo*. Lisboa, 1960. Separata da Revista Militar, 12.
- \*Felgas, Hélio. *As comunicações na defesa militar do Congo português*. Lisboa, 1961. Separata da Revista Militar, 12.
- Felgas, Hélio. *Aspectos políticos da África actual*. Lisboa, 1962.
- \*Felgas, Hélio. *História do Congo português*. Lisboa e Carmona, 1958.
- \*Felgas, Hélio. *O Congo belga: ameaça ou protecção para a defesa de Angola?* Luanda: Ed. A., 1958.
- Felgas, Hélio. *Responsabilidade dos grupos políticos angolanos do Congo ex-belga nos acontecimentos de Angola*. Lisboa: sn, 1962. Separata da Revista Militar, 14.
- \*Ferreira, Luís Gonzaga. *Quadros de viagem de um diplomata. África: Congo/Zaire-Angola*. Lisboa: Vega Editora, 1999.
- \*Fonseca, Bruno. 201. «O Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, o Congo-Léopoldeville e Angola (1960-1965)». Comunicação apresentada no Colóquio Internacional O Colonialismo Português na Época Contemporânea Dinâmicas e Contextos, Ponta Delgada, Centro de História de Além Mar da Universidade dos Açores, 8-10 de novembro, 2012.
- \*Fonseca, Bruno. 2013. «O Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar: um gabinete ao serviço da política colonial?». Comunicação apresentada no Colóquio Internacional O Estado Colonial - Género ou subespécie, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 16-17 de maio, 2013.
- Gleijeses, Piero. *Conflicting missions. Havana, Washington, and Africa (1959-1976)*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 2002.

- Gomes, Carlos Matos, e Aniceto Afonso. *Guerra Colonial: Angola, Guiné, Moçambique*. Lisboa: Diário de Notícias, 1997-1998.
- Gonçalves, José Júlio. *Política de Informação (ensaios)*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1963, (Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 61).
- \*James, Alan. *Britain and the Congo Crisis, 1960-63*. London: Basingstoke, 1996.
- Jesus, José Duarte de, *A guerra secreta de Salazar em África: Aginter Press, uma rede de internacional de contra-subversão e espionagem sediada em Lisboa*. Alfragide: D. Quixote, 2012.
- Keese, Alexander «Dos abusos às revoltas? Trabalho forçado, reformas portuguesas, política “tradicional” e religião na Baixa do Cassange e no Distrito do Congo (Angola 1957- 1961)». *Africana Studia*, n.º 7 (2004): 247-276.
- Keese, Alexander. *Integrating an African elite in French and Portuguese Africa, 1930-61*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2007.
- Kent, John. «Descolonização e Guerra Fria – A ONU, os Estados Unidos e a Crise do Congo (1960-1963)». *Relações Internacionais*, n.º 30 (2011): 39-59.
- Kent, John. *America, The UN and Decolonisation: Cold War conflict in the Congo*. London e New York: Routledge, 2010.
- Kerr, Gordon. *Uma Breve História de África*. Lisboa: Bertrand, 2013.
- \*Lopes, Adérito. *O Congo de Lumumba: história de um assassinato político*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1976.
- Maciel, Artur, *Angola heroica: 120 dias com os nossos soldados*. Amadora: Livraria Bertrand, 1963.
- \*Marcos, Daniel da Silva da Costa. *Salazar e de Gaulle: A França e a questão colonial portuguesa (1958-1968)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros/ Instituto Diplomático, 2007.
- \*Martins, Fernando «A ONU e a descolonização 1943-1955». *História*, n.º19 (abril de 1996): 28-37.
- \*Martins, Fernando «A política externa do Estado Novo, o ultramar e a ONU. Uma doutrina histórico-jurídica (1955-68)». *Penélope*, n.º 18 (1998): 189-206.
- \*Martins, Fernando. «Portugal e a ONU. Uma história da política externa portuguesa e ultramarina portuguesa no pós-guerra, 1941-1968». Tese de mestrado, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996.
- \*Mateus, Dalila Cabrita *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*. Lisboa: Inquérito, 1999.
- Mateus, Dalila Cabrita, Mateus, Álvaro. *Angola 61, guerra colonial: causas e consequências*. Alfragide: Texto Editores, 2011
- Mateus, Dalila Cabrita. «A evolução das guerras coloniais na perspectiva dos relatórios de informação». *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVIII (2006): 155-180.
- Mateus, Dalila Cabrita. *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)*. Lisboa: Terramar, 2004.
- \*Mazov, Sergey. *A distant front in the cold war: the USSR in the West Africa and the Congo (1956-1964)*. Chicago: Stanford University Press, 2010.
- Moreira, Adriano. *A espuma do tempo. Memórias do tempo de vésperas*. Coimbra: Almedina, 2008.
- Muzanga, Kabengele. «A República Democrática do Congo – RDC», [www.casadasafricas.org.br/img/upload/327492.pdf](http://www.casadasafricas.org.br/img/upload/327492.pdf)

- Neto, João Pereira Neto. *Angola – meio século de integração*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1964.
- \*Oliveira, Pedro Aires. «O corpo diplomático e o regime autoritário (1926-1974)», *Análise Social*, XLI (178) (2006): 145-166.
- \*Oliveira, Pedro Aires. *Os despojos da aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa (1945-1975)*. Lisboa: Tinta-da-China, 2007.
- Pimenta, Fernando Tavares *Branços de Angola. Autonomismo e nacionalismo (1900-1961)*, Coimbra: Minerva, 2005.
- \*Pimenta, Fernando Tavares. *Angola: os brancos e a independência*. Porto: Afrontamento, 2008.
- Pimenta, Fernando Tavares. *Portugal e o século XX. Estado-império e descolonização (1890-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2010.
- \*Pinto, António Costa. *O fim do império português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- Pinto, José Filipe O *Ultramar secreto e confidencial*. Coimbra: Almedina, 2010.
- \*Pinto, Maria José Vaz (selecção, org. e notas). *Correspondência Marcelo Mathias/Salazar, 1947-1968*. Lisboa: Difel, 1984.
- Pinto, Pedro Feytor. *Na sombra do poder. Uma nova visão de um Portugal revolucionário pelo porta-voz de Marcello Caetano*. Alfragide: D. Quixote, 2011
- \*Rodrigues, Luís Nuno, e Oliveira, Pedro Aires. «Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha perante a crise do Estado Novo em 1961. Documentos diplomáticos». *Política Internacional*, n.º 23 (Primavera-Verão 2001): 268-282.
- \*Rodrigues, Luís Nuno. «A diplomacia portuguesa no início das guerras coloniais». Em *Diplomatas e diplomacia: retratos, cerimónias e práticas*, 69-100. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- \*Rodrigues, Luís Nuno. *Salazar – Kennedy. A Crise de Uma Aliança*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.
- \*Sá, Tiago, Moreira de. *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola: Gerald Ford, Henry Kissinger e o programa secreto para Angola*. Alfragide: D. Quixote, 2011.
- \*Santos, Pedro Manuel. «Portugal e a NATO: A política colonial do Estado Novo e os aliados (1961-1968)». *Relações Internacionais*, n.º 21 (março 2009): 45-60.
- Santos, Pedro. «Portugal e a Nato: diplomacia em tempo de guerra (1961-1968)». Tese de mestrado, Lisboa, ISCTE, 2007.
- \*Schneidman, Witney W. *Confronto em África: Washington e a queda do império colonial português*. Lisboa: Tribuna da História, 2005.
- Silva, Paulo, e Orlando Castro. *História da guerra colonial na primeira pessoa*. Vila do Conde: Quid Novi, 2011.
- Silveira, Maria Anabela Ferreira da. «Dos nacionalismos à guerra. Os movimentos de libertação angolanos, 1945 a 1965». Tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.
- Spooner, Kevin A. *Canada, the Congo crisis, and UN peacekeeping (1960-1964)*. Vancouver: University of British Columbia Press, 2010.
- Stoler, Ann Laura. *Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common sense*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- Tavares, Álvaro da Silva. «[Depoimento]». Em *Salazar visto pelos seus próximos*, org. Jaime Nogueira Pinto, 199-210. Lisboa: Bertrand, 2007.
- Tiscar Santiago, Maria, *Diplomacia Peninsular e operações secretas na guerra colonial*. Lisboa: Edições Colibri, 2013

- \*Tournaire, Hélène, e Robert Bouteaud. *Le livre noir du Congo: Congo, Katanga, Angola*. Paris: Librairie Académique Perrin, 1963.
- Vakil, Abdool Karim, Monteiro, Fernando, Machaqueiro, Mário. *Moçambique: memória falada do Islão e da guerra*. Coimbra: Almedina, 2011.
- Vaz, Nuno Mira. *Opiniões públicas durante as guerras de África*. Lisboa: Quetzal Editores/Instituto de Defesa Nacional, 1997.
- Velez, Rui. «Salazar e Tchombé. O apoio de Portugal ao Catanga (1961-1967)». Tese de mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- \*Villafana, Frank R. *Cold war in the Congo: the confrontation of Cuban military forces (1960-1967)*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2009.
- Wheeler, Douglas, e René Pélissier. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2009.



## ANEXO 1. CARTOGRAFIA

Após as independências do Congo-Leópolis em 30 de Junho de 1960 e de Angola em 11 de Novembro de 1975 deram-se algumas mudanças na toponímia local, o que tornou difícil a localização de certas localidades ao nível cartográfico. Por isso decidiu-se, ao elaborar a cartografia, utilizar, em caso de alteração, as designações pós-coloniais. No caso em que a toponímia local não mudou após as independências, a designação manteve-se inalterada na cartografia. Segue-se um quadro com os nomes coloniais e pós-coloniais de localidades angolanas e congolezas.

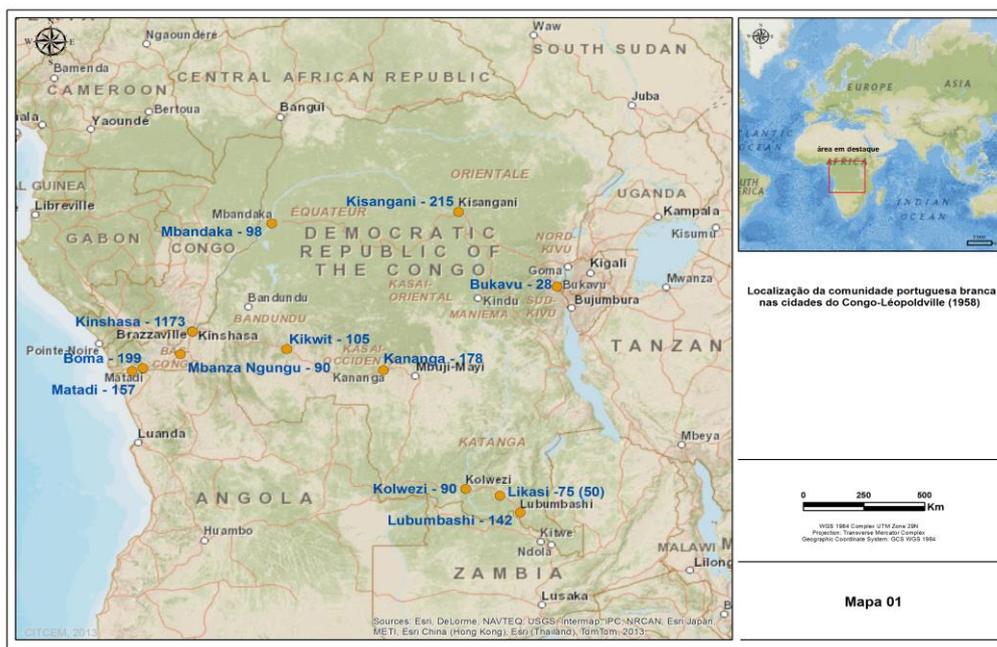
Localidades congolezas utilizadas nos Mapas

Nome colonial	Nome pós-colonial (registado na base do mapa)	Nome colonial	Nome pós-colonial (registado na base do mapa)
Banana		Lubudi	
Boma		Luebo	
Bukavu		Luísa	
Coquilhatville	Mbandaka	Luluabourg	Kananga
Dilolo		Lusambo	
Élisabethville	Lumbumbashi	Mahemba	
Jadotville	Likasi	Makongo?	
Kahemba		Malele	
Kalemie	Albertville	Manono	
Kamina		Mukumbi	
Kapanga		Mutshatsha	
Kasongo-Lunda		Popo Kabaka	
Kibenge		Port-Francqui	Ilebo
Kikwit		Sakania	
Kipangu		Sandoa	
Kipushi		Shamaziamu	
Kisenga		Songololo	
Kisenge		Stanleyville	Kisangani
Kizamba		Tembo	
Kizenga		Thysville	Mbanza Ngungu
Kolwezi		Tshikapa	

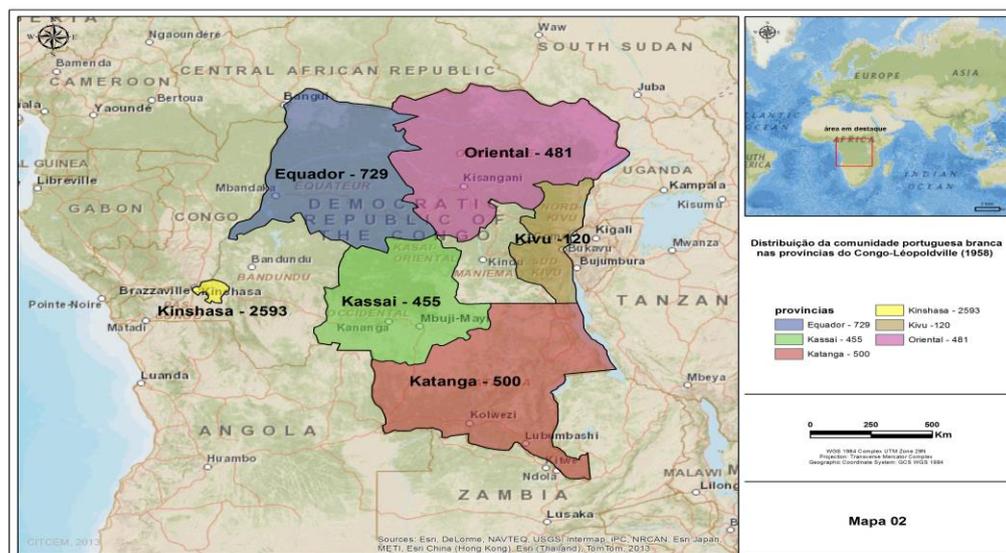
Localidades angolanas utilizadas nos Mapas

<b>Nome colonial</b>	<b>Nome pós-colonial (registado na base do mapa)</b>
Banza Sosso	
Caianda	
Camissombo	
Cazage (Cassai-Sul)	
Cazombo	
Chimbila	
Henrique de Carvalho	Saurimo
Lungué – Bungo	
Luso	Luená
Lutuai	
Luvaca	
Macolo	
Nova – Lisboa	Huambo
Vila Teixeira de Sousa	Luau

Mapa1-Localização da comunidade portuguesa branca nas cidades do Congo-Léopoldville (1958)<sup>436</sup>



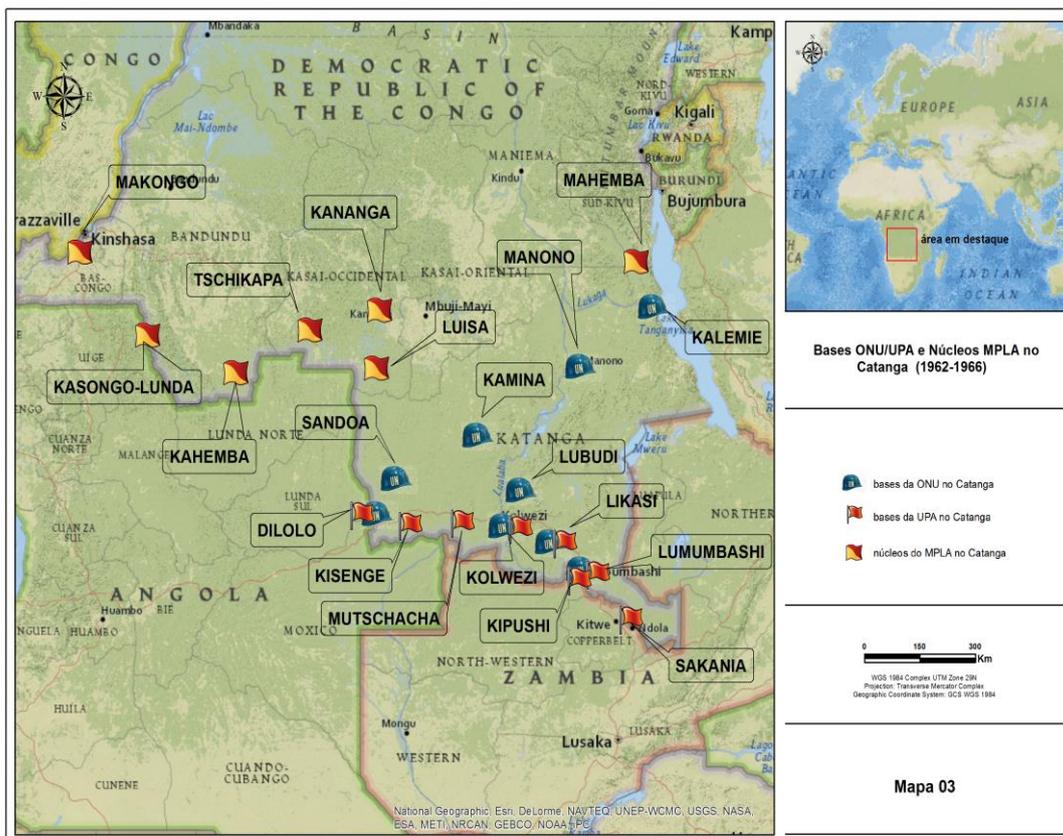
Mapa 2- Distribuição da comunidade portuguesa branca nas províncias do Congo-Léopoldville (1958)<sup>437</sup>



<sup>436</sup> O mapa 1 baseia-se num apontamento do Gabinete dos Negócios Políticos, de 6 junho de 1960, onde se explicita a situação da comunidade portuguesa no Congo belga e encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino no Ministério dos Negócios Estrangeiros, Estrado 3, Prateleira 7, Maço 848.

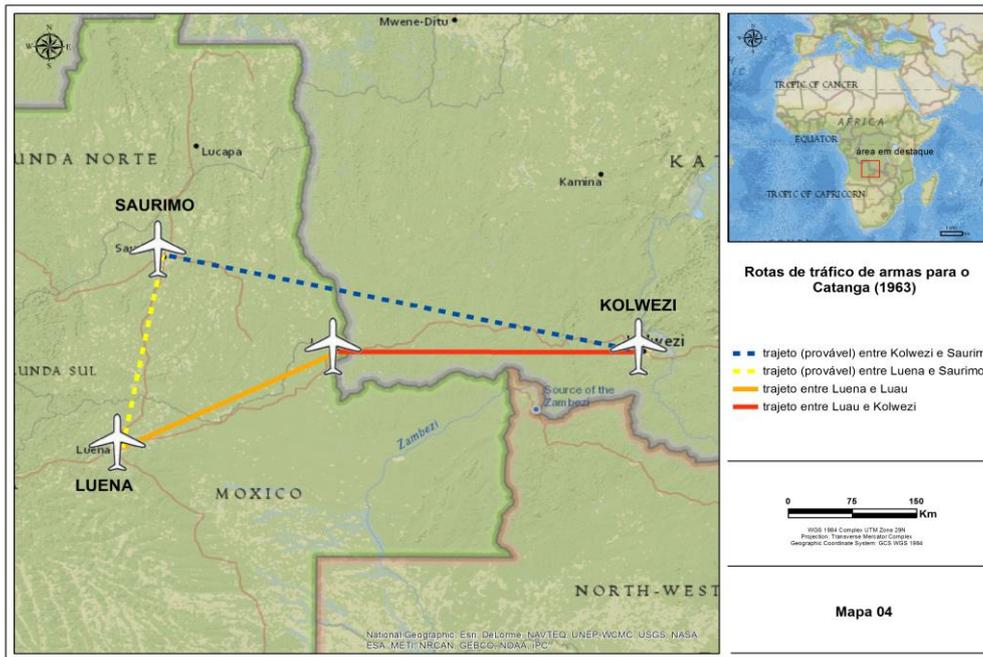
<sup>437</sup> O mapa 2 baseia-se num apontamento do Gabinete dos Negócios Políticos, de 6 junho de 1960, onde é explicitado a situação da comunidade portuguesa no Congo belga, e encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino no Ministério dos Negócios Estrangeiros, Estrado 3, Prateleira 7, Maço 848.

Mapa 3- Bases da ONU/UPA e núcleos do MPLA no Catanga (1962-1966)<sup>438</sup>

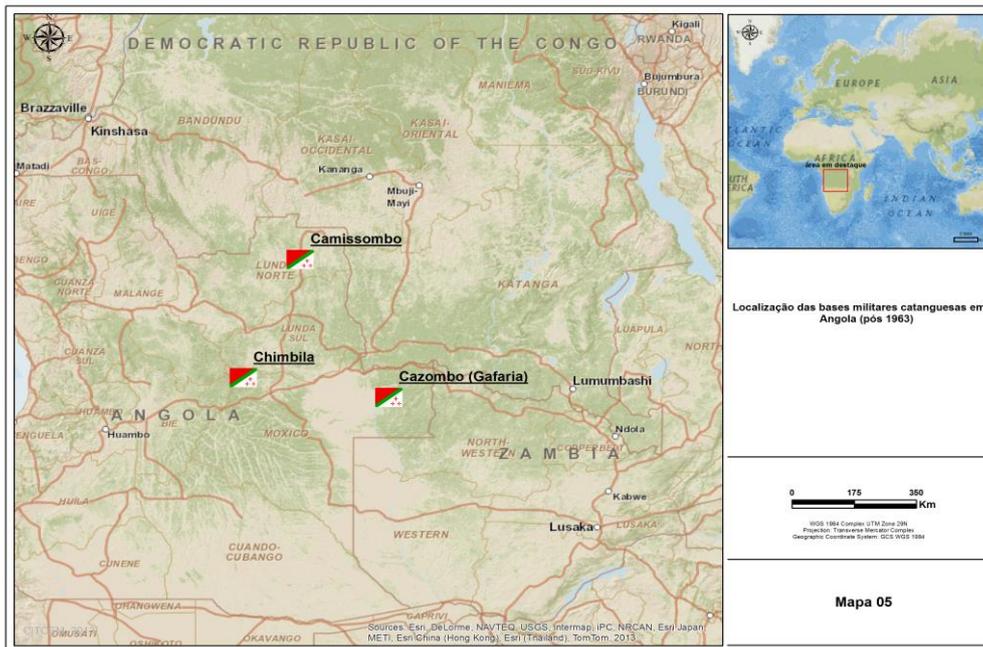


<sup>438</sup> O mapa 3 baseia-se em informação relativa às bases da ONU no Catanga que se encontra inserida num ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros nomeadamente da Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna ao Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar de 30 de junho de 1962 e que provém da série 27, pasta 1 do Arquivo Histórico Ultramarino. Também existe um outro documento proveniente do Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, datado de 13 de Julho de 1962 com os mesmos intervenientes do documento anterior, e que se encontra no estrado 12, Prateleira 6, Maço 721. No que respeita às bases do MPLA e da UPA a informação provém de um ofício enviado pelo Gabinete dos Negócios Políticos à Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do Ultramar de 18 de junho de 1966, proveniente da série 41 do Arquivo Histórico Ultramarino. O ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros nomeadamente da Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna enviado ao Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datado de 23 de outubro de 1963, e que se encontra na série 72, pasta 3, do Arquivo Histórico Ultramarino também contribuiu com informação relativa às bases do MPLA e da UPA para a realização deste mapa..

Mapa 4- Rotas de Tráfego de armas para o Catanga (1963)<sup>439</sup>



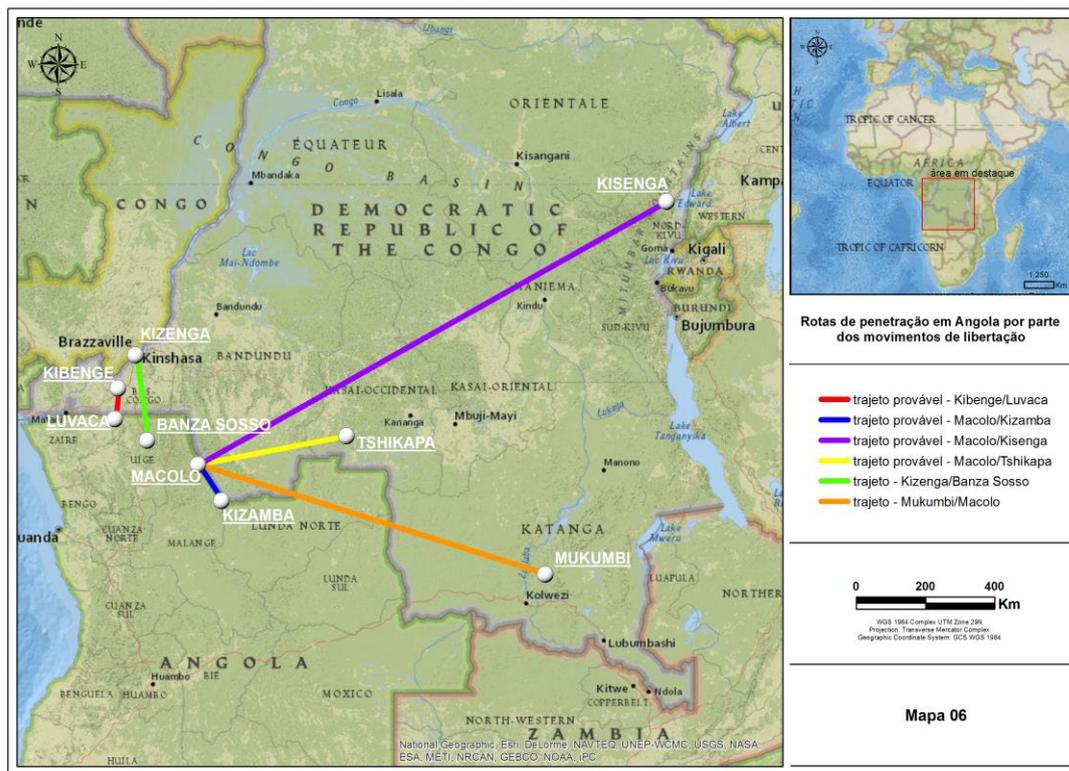
Mapa 5- Localização das bases militares catanguesas em Angola (pós-1963)<sup>440</sup>



<sup>439</sup> O mapa 4 baseia-se num documento do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, de 7 de janeiro de 1963, em que o Gabinete do Ministro do Ultramar envia ao Gabinete de Negócios Políticos do Ultramar uma série de telegramas com aspetos relativos ao tráfego de armas para o Catanga, encontrando-se o documento na série 72, pasta 2 do Gabinete dos Negócios Políticos, no Arquivo Histórico Ultramarino.

<sup>440</sup> O mapa 5 baseia-se na obra de John P. Cann, *Contra-insurreição em África (1961-1974). O modo português de fazer a guerra*, onde se localiza as 3 bases dos Batalhões Catangueses [Chimbila, Camissombo, e Cazombo (Gafaria)], que protegiam a construção de estradas no Leste de Angola.

Mapa 6- Rotas de penetração em Angola por parte dos movimentos de libertação<sup>441</sup>.



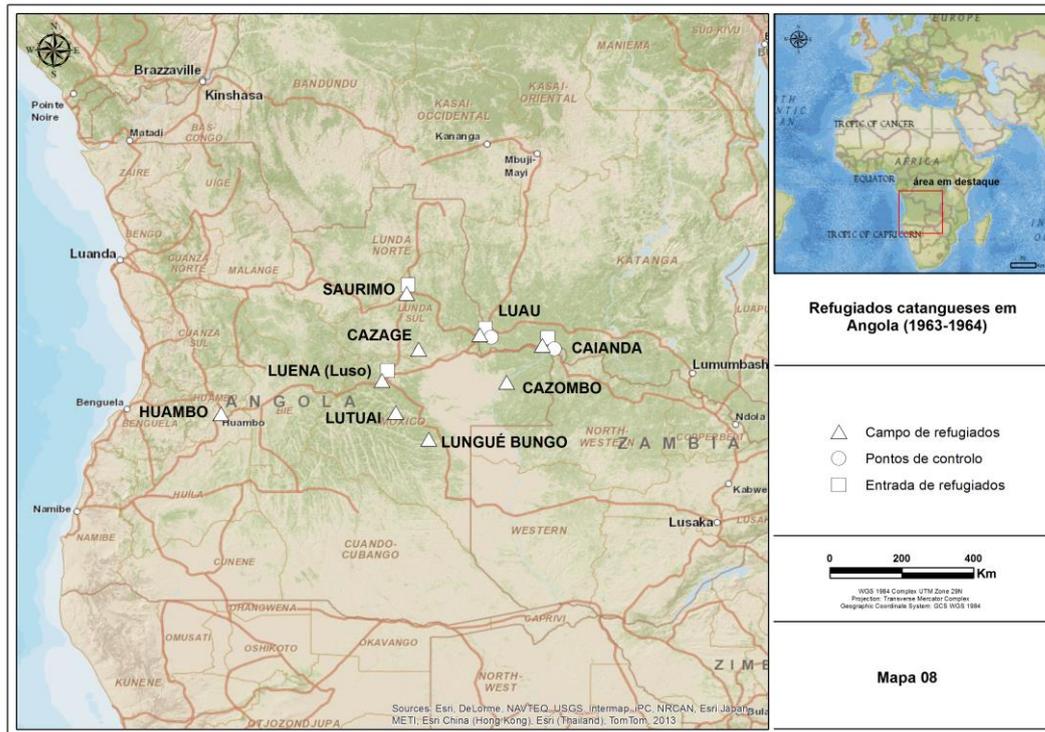
<sup>441</sup> O mapa 6 baseia-se num documento do Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros Português. O documento no qual este mapa se baseia é um croqui elaborado talvez por algum membro dos serviços de informação, como os SCCIA ou a PIDE. A informação poderá ter sido obtida após um interrogatório a algum membro dos movimentos de libertação ou então poderia ser obtida através de elementos infiltrados nesses movimentos ou então pela existência de desertores e de arrependidos desses mesmos movimentos. Este mapa contém os corredores de passagem assim como as regiões onde esses corredores se situavam. Os corredores sobre os quais se tinha algumas dúvidas foram executados a tracejado na cartografia.

Mapa 7- Pontos de concentração em Angola de elementos da FNLA na fronteira com Angola (1963)<sup>442</sup>.



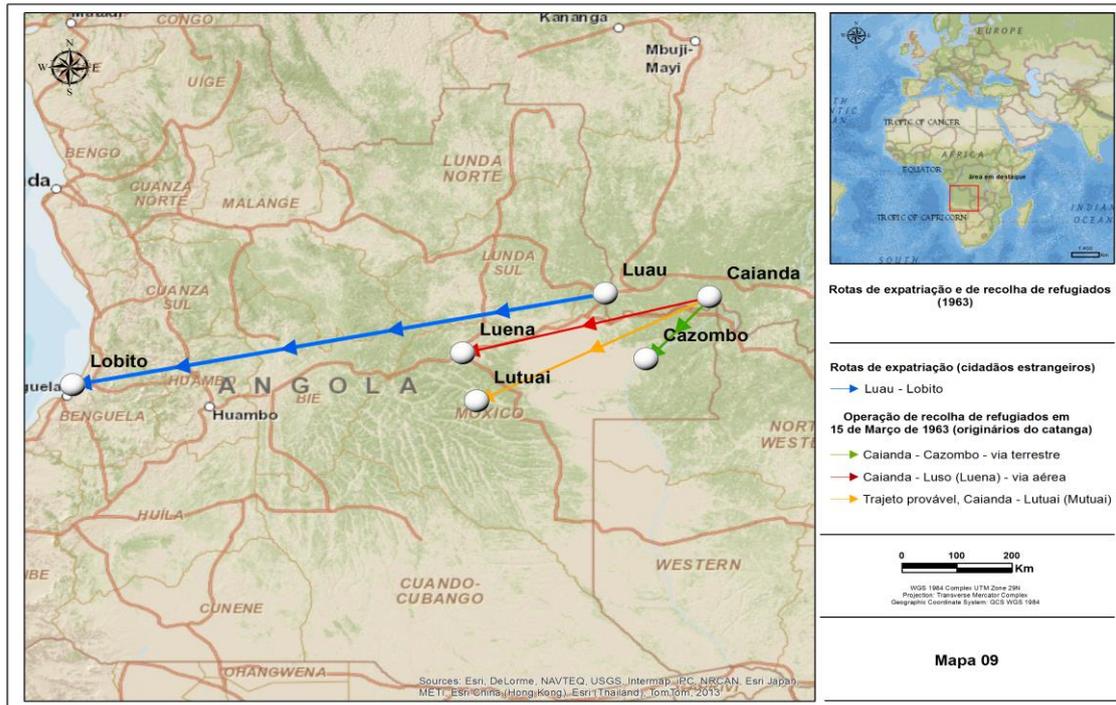
<sup>442</sup> O mapa 7 baseia-se em dois documentos que relatam que no quartel geral da ONU em Élisabethville (Lumbumbashi), reuniram-se elementos da ONU no Congo e elementos do GRAE/UPA/FNLA, sobre um mapa com pontos e códigos dos locais onde se deviam concentrar os membros da UPA/FNLA para poderem entrar em Angola. Os documentos utilizados para a realização deste mapa provieram de um ofício do Ministério dos Negócios, Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, ao Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, de 13 de Julho de 1963 e do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, ao Secretário Adjunto da Defesa nacional de 8 de Agosto de 1963, situando-se a documentação no Arquivo Histórico Diplomático, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, estrada 12, prateleira 6, maço 721.

Mapa 8- Refugiados catangueses em Angola (1963-1964)<sup>443</sup>.



<sup>443</sup> O mapa 8 baseia-se em dados de documentos do GNP que estão presentes no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), estando indicados neste mapa as localidades onde estavam os refugiados, assim como os seus pontos de entrada, e postos de controlo. Para a elaboração deste mapa, foram utilizados vários documentos entre os quais um ofício de 7 de abril de 1964 do diretor do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar ao secretário adjunto da Defesa Nacional que está situado na série 27, pasta 2 do Arquivo Histórico Ultramarino, assim como outro datado de 8 janeiro de 1964 enviado pelo chefe do Gabinete do ministro Dr. Nuno Matias Ferreira ao diretor do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar.

Mapa 9- Rota de expatriação e recolha de refugiados (1963)<sup>444</sup>.



<sup>444</sup> O mapa 9 baseia-se num documento datado de 19 de julho de 1963 proveniente da PIDE e que se intitula Informação N.º 257 – SC/CI (2) proveniente da série 72, pasta 3, do Arquivo Histórico Ultramarino.



## ANEXO 2. QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DO GNP

Este Quadro foi executado de acordo com uma inventariação do Arquivo do Ministério do Ultramar patrocinada pela Fundação Calouste Gulbenkian e realizada entre Janeiro de 2007 e Março de 2008.

O Quadro de Classificação tornou-se necessário para a realização desta investigação porque na documentação analisada durante este trabalho, foram encontrados códigos com letras e com números. Os códigos são cifras que indicam o assunto no qual o documento em apreciação ou estudo se refere, estando as cifras organizadas por assuntos e temáticas. As temáticas podiam, ser organizações estatais portuguesas e internacionais, países ou então simples fichas de cidadãos e informadores, ou ainda relatórios.

- 1 A > Portugal - Administração em geral
- 2 A 00 Movimento das Forças Armadas
- 2 A 01 Ultramar
- 2 A 02 Negócios Estrangeiros
- 2 A 03 Corporações (na Metrópole)
- 2 A 04 Economia
- 2 A 05 Educação Nacional
- 2 A 06 Finanças
- 2 A 07 Interior
- 2 A 08 Justiça
- 2 A 09 Obras Públicas e Transportes
- 2 A 10 Saúde e Assistência
- 2 A 11 PIDE
- 2 A 12 Corpos Administrativos
- 2 A 13 Associações, Ligas, Agremiações, etc
- 2 A 14 Assembleia Nacional
- 2 A 15 Presidência do Conselho - Secretariado da Reforma Administrativa
- 2 A 16 Visitas ao Ultramar do Presidente do Conselho
- 2 A 17 Visitas ao Brasil do Presidente do Conselho
- 1 B > Diversos
- 2 B 01
- 2 B 02 Informações Diversas
- 2 B 03 Cartas e Missivas
- 2 B 04 Agremiações Estrangeiras
- 2 B 05 Diversos sem classificação especial

- 1 C > Fomento nas províncias ultramarinas
- 2 C 01 Geral
- 2 C 02 Cabo Verde
- 2 C 03 Guiné
- 2 C 04 S. Tomé e Príncipe
- 2 C 05 Angola
- 2 C 06 Moçambique
- 2 C 07 Macau
- 2 C 08 Timor
- 1 D > Questões Religiosas
- 2 D 01 Na Metrópole e Ultramar em Geral
- 2 D 02 Em Cabo Verde
- 2 D 03 Na Guiné
- 2 D 04 Em S. Tomé e Príncipe
- 2 D 05 Em Angola
- 2 D 06 Em Moçambique
- 2 D 07 Em Macau
- 2 D 08 Em Timor
- 2 D 09 Em Geral
- 1 E > Questões Político-Administrativas nas Províncias Ultramarinas
- 2 E 01 Cabo Verde
- 2 E 02 Guiné
- 2 E 03 São Tomé e Príncipe
- 2 E 04 Angola
- 2 E 05 Moçambique
- 2 E 06 Macau
- 2 E 07 Timor
- 2 E 08 Estado Português da Índia
- 1 F > Atitudes favoráveis para Portugal
- 2 F 01 Zaire
- 2 F 02 Malawi
- 2 F 03 Zâmbia
- 2 F 04 Madagáscar
- 1 G > Relações políticas
- 2 G 01 Cabo Verde
- 2 G 02 Guiné
- 2 G 03 S. Tomé e Príncipe
- 2 G 04 Angola
- 2 G 05 Moçambique
- 2 G 06 Macau
- 2 G 07 Timor
- 1 H > Territórios Estrangeiros (Informações)
- 2 H 01 De Expressão Francesa
- 2 H 02 De Expressão Inglesa

- 2 H 03 De Expressão Espanhola
- 2 H 04 Estados Africanos
- 2 H 05 Estados Não Africanos
- 2 H 06 Territórios Sob Tutela
- 2 H 07 Comunidades Portuguesas em Países Estrangeiros
- 1 I > Movimentos Pro-Independência do Ultramar, em Geral (Acção Externa)
- 2 I 01 MAC (Movimento Anti-Colonialista)
- 2 I 02 DRIL
- 2 I 03 FRAIN
- 2 I 04 Conferência de Casablanca – CONCP
- 2 I 05 Seminário de Nova-Delhi
- 2 I 06 Partido da Solidaridade Africana – PSA
- 2 I 07 Frente Africana com o Colonialismo Português
- 2 I 08 Movimento Nacional Independente - (General Delgado)
- 2 I 09 UNIA - União dos Estados Africanos não independentes
- 2 I 10 Frente de Libertação Nacional e Colonial
- 2 I 11 Juventude Socialista Portuguesa – JSP
- 2 I 12 Partido da Frente Republicana
- 2 I 14 ARA - Acção Revolucionária Armada
- 2 I 15 Informação Revolucionária para as Forças Armadas – IRFA
- 2 I 22 [Congressos e Conferências]
- 1 J > Combate aos Movimentos - Contra Revolução
- 2 J 01 Programas
- 2 J 02 Nos EUA
- 2 J 03 Em França
- 2 J 04 União Afro Malgache
- 2 J 05 Grã-Bretanha
- 2 J 06 Conselho de Europa
- 2 J 07 Indonésia
- 1 K > Movimentos Pro-Independência nas Províncias Ultramarinas (Acção Interna)
- 2 K 01 Metrópole
- 2 K 02 Cabo Verde
- 2 K 03 Guiné
- 2 K 04 S. Tomé e Príncipe
- 2 K 05 Angola
- 2 K 06 Moçambique
- 2 K 07 Macau
- 2 K 08 Timor
- 2 K 09 [Áreas ditas libertadas]
- 1 L > Movimentos Pro-Independência das Províncias Ultramarinas (Acção Externa)
- 2 L 00 Geral
- 2 L 01 Metrópole
- 2 L 02 Cabo Verde
- 2 L 03 Guiné

- 2 L 04 S. Tomé
- 2 L 05 Angola
- 2 L 06 Moçambique
- 2 L 07 Macau
- 2 L 08 Timor
- 2 L 10 Reuniões dos Chefes dos Movimentos
- 2 L 11 Regresso a Portugal de elementos dos Movimentos
- 1 M > Apoio aos Movimentos Pro-Independência do Ultramar
- 2 M 01 Apoio Interno
- 2 M 02 Apoio Externo
- Posição dos Países Africanos em Relação aos Territórios portugueses e aos
- 2 M 03 Movimentos emancipalistas
- 2 M 04 Apoio à Subversão através da Literatura
- 1 N > Actividades Subversivas
- 2 N 01 Metrópole
- 2 N 02 Cabo Verde
- 2 N 03 Guiné
- 2 N 04 S. Tomé e Príncipe
- 2 N 05 Angola
- 2 N 06 Moçambique
- 2 N 07 Macau
- 2 N 08 Timor
- 2 N 09 Movimento Separatista Lusitano
- 2 N 10 Movimento Democrático Português
- 2 N 11 Frente Subversiva das direitas em acção no Ultramar
- 2 N 12 Liga União Acção Revolucionária – LUAR
- 2 N 13 Comité Portugal Livre
- 2 N 14 Acção Socialista Portuguesa
- 1 O > Estudantes - Acção Política – Movimentos
- 2 O 01 Generalidades
- 2 O 02 Estudantes Africanos na Metrópole
- 2 O 03 Estudantes Africanos no Estrangeiro
- 2 O 04 Estudantes Ultramarinos na Metrópole
- 2 O 05 Estudantes Ultramarinos no Estrangeiro
- 2 O 06 Organizações Nacionais e Estrangeiras
- 2 O 07 Organizações Internacionais e Continentais
- 2 O 08 Conferências, Congressos de Estudantes, Seminários, Festivais
- 2 O 09 Centros de Estudo
- 2 O 12 Jornais, Livros, Outras publicações
- 1 P > Segurança Nacional
- 2 P 01 Defesa em Geral
- 2 P 02 Defesa Civil e Militar do Ultramar
- 2 P 03 Acção Psico-Social
- 2 P 04 Acção Policial do Ultramar

- 2 P 05 Exército
- 2 P 06 Marinha
- 2 P 07 Aviação
- 2 P 08 Legião Portuguesa
- 2 P 09 Defesa Civil do Território (DCT) - Protecção às populações – Milícias
- 2 P 10 Corpos de Voluntários
- 2 P 11 Armas e Munições - Explosivos - Outro material
- 2 P 12 Relatórios e Informações
- 2 P 13 Oferecimentos
- 2 P 14 Corpo de Recuperação Económica
- 2 P 15 Informadores - Agência de Espionagem - Informações nos territórios vizinhos
- 2 P 16 Deserções
- 2 P 17 Sanções Penais aos colaboracionistas com os inimigos
- 2 P 18 Aliança Militar
- 2 P 19 Instruções sobre a Segurança das matérias classificadas
- 2 P 20 Asilo Político
- 2 P 21 Eliminação de Chefes Terroristas
- 2 P 22 Guarda Fiscal
- 2 P 23 Boicotagem
- 2 P 24 Segurança dos Órgãos de Transmissão - Marconi, etc.
- 2 P 25 Condecorações
- 2 P 26 Suborno – Subversão
- 2 P 27 Reuniões no Secretariado-geral de Defesa
- 2 P 28 Prisioneiros
- 2 P 29 Atitudes de elementos civis, em Angola
- 2 P 30 Situação dos mutilados da Guerra
- 31 Proibição de quaisquer publicações, reportagens, fotografias ou livros sobre as
- 2 P 31 Forças Armadas (Fernando Laidely)
- 32 Obrigatoriedade do exame de 3ª Classe para as praças poderem passar à
- 2 P 32 disponibilidade
- 2 P 33 Campanha difamatória contra as Forças Armadas
- 2 P 34 Recrutamento de pessoal civil pelos Serviços Militares
- 2 P 35 Aquisição de Pequenas Embarcações para Fiscalização Fluvial para Angola
- 2 P 36 Não Cumprimento dos Deveres Militares
- 2 P 37 Plano de Informações
- 38 Comissão de Coordenação das Informações estratégicas na Defesa Nacional -
- 2 P 38 Ciclo de Estudos
- 2 P 39 Destino do aviso da TAP levado para a Tanzânia
- 40 Montagem de unidades fabris para a produção "in loco" de equipamento
- 2 P 40 necessário a fins de defesa
- 2 P 41 Guerra Química em África
- 2 P 42 Acções Psicológicas contra Portugal
- 1 Q > Colonialismo e Anti-Colonialismo – Neocolonialismo
- 2 Q 01 Generalidades

- 2 Q 02 Movimentos Afro-Asiáticos
- 2 Q 03 Movimentos pro-independência e unidade dos Povos Africanos
- 2 Q 04 Neocolonialismo (Influência e auxílio de diversos países)
- 1 R > Socialismo e Comunismo
- 2 R 01 Socialismo
- 2 R 02 Comunismo
- 1 S > Movimentos Sindicais – Sindicalismo
- Centrais Sindicais Internacionais; Sindicalismo Internacional; Congressos
- 2 S 01 Sindicais Internacionais
- 2 S 02 Movimentos Sindicais Nacionais
- 2 S 03 Sindicatos nos Países Estrangeiros
- 2 S 04 Sindicatos nos Estados Unidos
- 2 S 05 Sindicatos nos Estados Africanos
- 2 S 06 Situação Sindical em África
- 2 S 07 Estágios de Formação Sindical
- 2 S 08 [Centrais Sindicais Internacionais (CISL, CMT)]
- 2 S 09 Visitas de Sindicalistas Europeus ao Continente Africano
- 1 T > Imprensa
- 1 U > Rádio, Televisão e Cinema
- 2 U 01 Rádio Nacional
- 2 U 02 Rádio Estrangeira
- 2 U 03 Televisão Nacional
- 2 U 04 Televisão Estrangeira
- 2 U 05 Radioamadores
- 2 U 06 Censura Estrangeira
- 2 U 07 Serviço de Escuta do CFRS
- 2 U 08 Serviço de Escuta da Marconi
- 2 U 09 Cinema Nacional
- 2 U 10 Cinema Estrangeiro
- Problemas relacionados com a actividade da Companhia Portuguesa Radio
- 2 U 11 Marconi em Angola e Moçambique
- 1 V > Turismo, Folclore
- 2 V 01 Centro de Informação e Turismo
- 2 V 02 Caça e Safaris
- 2 V 03 Pesca
- 2 V 04 Informações sobre Turismo
- 2 V 05 Excursões
- 2 V 06 Representantes de Turismo estrangeiros, acreditados em Portugal
- 2 V 07 Geral
- 2 V 08 Folclore
- 2 V 09 Campanhas no estrangeiro contra o Turismo em Angola
- 2 V 10 Agências de Viagens
- 2 V 11 Viagens turísticas em aviões fretados - Vãos "charter"
- 2 V 12 [Relações com empresas estrangeiras]

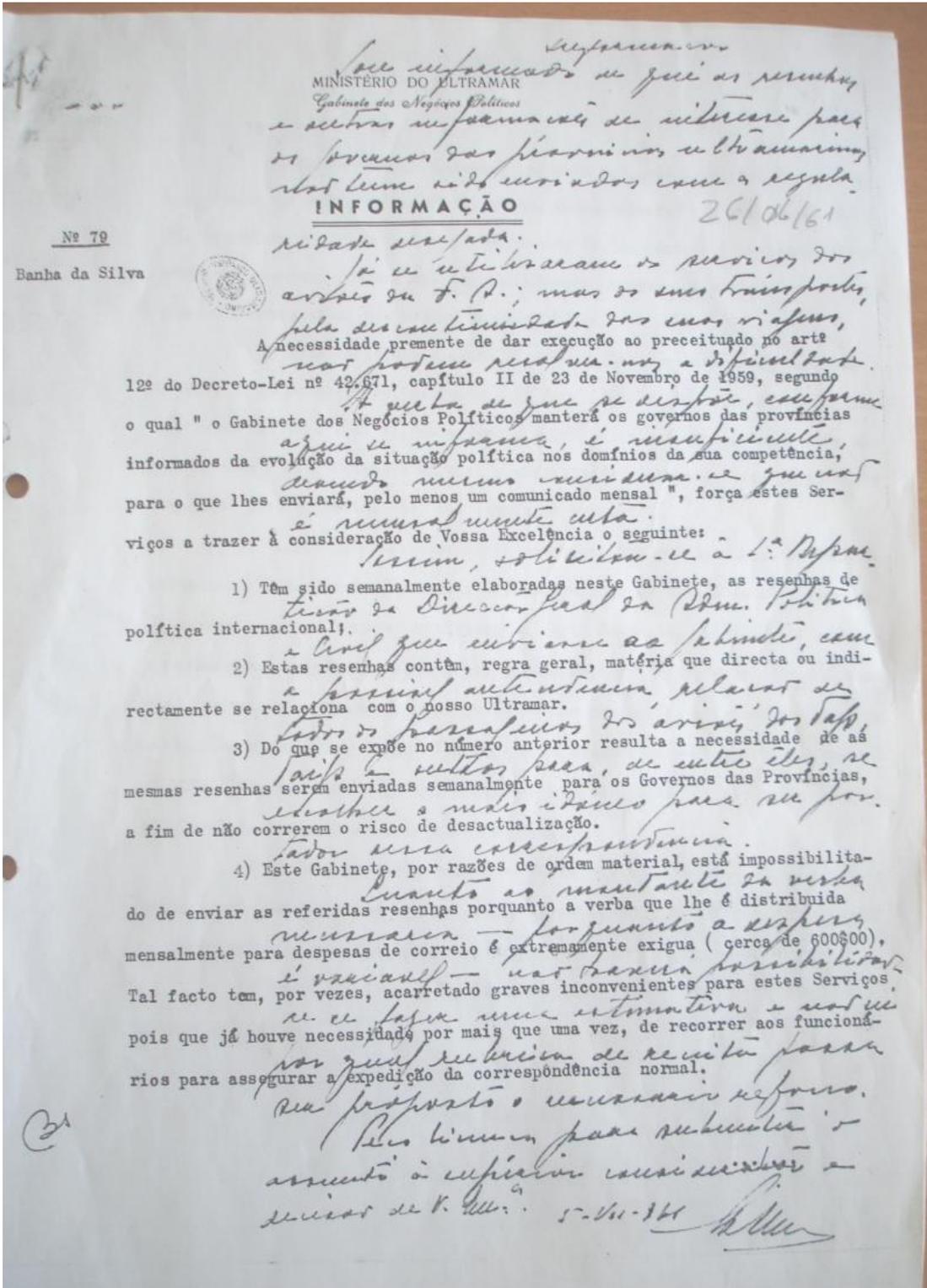
- 1 X > Visitas, Passaportes e Vistos
- 2 X 00 Em Geral
- 2 X 01 Metrópole
- 2 X 02 Cabo Verde
- 2 X 03 Guiné
- 2 X 04 S. Tomé e Príncipe
- 2 X 05 Angola
- 2 X 06 Moçambique
- 2 X 07 Macau
- 2 X 08 Timor
- 1 Y > Assuntos relacionados com a imprensa não incluídos na secção T
- 2 Y 01 Imprensa Nacional
- 2 Y 02 Imprensa Estrangeira
- 2 Y 03 Agências Noticiosas
- 2 Y 04 Edições Especiais
- 2 Y 05 Subsídios
- 2 Y 06 Informações sobre Jornalistas e Escritores
- 2 Y 07 Censura
- 2 Y 08 Cursos de jornalismo
- 2 Y 09 Informações sobre revistas e jornais
- 2 Y 10 Serviço Informativo através do TELEX
- 2 Y 11 Editores
- 2 Y 12 Artigos de Imprensa estrangeira a fornecer à AGU e outras
- 2 Y 13 Mentalização de jornalistas
- 2 Y 14 Relatórios de Situação
- 1 Z > Informação, Propaganda e Contra-propaganda
- 2 Z 01 Conferências, Palestras, Colóquios, Livros
- 2 Z 02 Informações e propaganda a diversas entidades
- 2 Z 03 Associação das Grandes Empresas do Ultramar
- 2 Z 04 Informação através da Imprensa
- 2 Z 05 Através da Rádio
- 2 Z 06 Através do Cinema
- 2 Z 07 Através da Televisão
- 2 Z 08 Programas de propaganda e contra-propaganda - Acção Psicológica
- 2 Z 09 CITA - Centro de Informação e Turismo de Angola
- 2 Z 10 CITM - Centro de Informação e Turismo de Moçambique  
SCCIM - Serviços de Centralização e Coordenação e Informação de
- 2 Z 11 Moçambique  
SCCIA - Serviços de Centralização e Coordenação e Informação de Angola -
- 2 Z 12 Normas Gerais
- 2 Z 13 Boletins de Informação da Defesa Nacional
- 2 Z 14 Boletins de Informação dos SCCIA  
Boletins de Informação, Relatórios Imediatos e Relatórios de Notícias do Serviço
- 2 Z 15 de Centralização de Moçambique (SCCIM)

- 2 Z 16 Informação Diversa
- 2 Z 17 CEDI - Centro Europeu de Documentação e Informação
- 2 Z 18 Casas de Portugal
- 2 Z 19 Fotografias
- 2 Z 20 IFOP - Informação Estrangeira
- 2 Z 21 Resenhas do GNP
- 2 Z 22 Boletim de Informação do Estado Maior da Armada
- 2 Z 23 Boletim de Informação do Estado Maior do Exército
- 2 Z 24 Circulares Informativas do MNE
- 2 Z 25 Boletim de Informação de Macau
- 2 Z 26 Perintreps
- 2 Z 27 Resenha de Informação de SCCIM
- 2 Z 28 SCCI de Cabo Verde
- 2 Z 29 SCCI da Guiné
- 2 Z 30 SCCI de S. Tomé
- 2 Z 31 CCI - Conselho Coordenador de Informação
- 2 Z 32 Resenha do MNE
- 2 Z 33 Resumos de Notícias do Ministério do Exército
- 2 Z 34 Relatórios sobre a situação no Ultramar, do Estado Maior do Exército
- 2 Z 35 SCCI de Macau
- 2 Z 36 Estudo de Informações do Secretariado-Geral de Defesa Nacional
- 2 Z 37 Boletins de Informações do EM da Guiné – Sumários  
Relatórios elaborados no GNP sobre actualidades na Guiné, Angola e
- 2 Z 38 Moçambique
- 2 Z 39 Colectânea de Notícias sobre a situação em África
- 2 Z 40 Resenha de Imprensa do SCCIM
- 2 Z 41 Relatórios da Situação elaborados pelos SCCIM
- 2 Z 42 Relatórios do Adido Militar junto do Consulado de Portugal em Salisbury
- 2 Z 43 Gabinete de Informação e Formação da Opinião Pública de Moçambique
- 2 Z 44 Tendências da Opinião Pública - Boletim do SNI
- 2 Z 45 Relatórios Especiais de Informação, dos SCCIA
- 2 Z 46 Resumos de Situação – Moçambique
- 2 Z 47 Conselho Nacional de Informação
- 2 Z 48 Pedidos de Pesquisa
- 2 Z 49 Relatório de Informações do Comando-Chefe das Forças Armadas
- 2 Z 50 [Associação França-Moçambique]

# ANEXO 3. DOCUMENTOS DO GNP

## Documento 1.

Título do documento: Informação n.º 70. Assunto: Elaboração de Resenhas. Arquivo: Arquivo Histórico Ultramarino. Data: 26 de Junho de 1961. Cota: AHU/GNP/SR: 126/P.1. Autor: Banha da Silva.



MINISTÉRIO DO ULTRAMAR  
*Gabinete dos Negócios Políticos*

5) Convirá ainda acentuar que este Gabinete solicitou ( para observar, dentro da medida do possível, a este inconveniente) uma autorização de Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Aeronáutica ( ao tempo Subsecretário) para que determinada correspondência pudesse ser enviada para as províncias ultramarinas, nos aviões da Força Aérea.

6) Esta deficiência aliás já foi apontada na nota deste Gabinete nº 3611 de 19 do corrente, dirigida à 3ª Repartição da Direcção Geral da Administração Política e Civil, em resposta a uma outra que aquela Repartição havia enviado a este Gabinete na qual se solicitava a elaboração do projecto de orçamento para o próximo ano, nos seguintes termos:

" .....julga-se necessário acentuar, que por despachos de Suas Excelências o Ministro do Ultramar e o Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina certos documentos elaborados neste Gabinete, tais como relatórios, apontamentos, resenhas, informações, pareceres, etc ( por vezes muito volumosos), devem ser enviados para os governos das províncias ultramarinas por via aérea, facto que, forçosamente implicará um aumento da verba correspondente à rubrica " Correios e Telégrafos ", que no ano transacto foi atribuída à Direcção Geral de Administração Política e Civil.

7) Em face de tudo, quanto se deixa exposto, sugere-se que seja atribuída a este Gabinete uma verba especial para ocorrer às despesas resultantes do envio semanal, por via aérea, da Resenha de Política Internacional.

8) Vossa Excelência, porém, resolverá, em seu alto critério, como melhor entender.

Lisboa, 26 de Junho de 1961

*Leopoldo Baulanda L/n*

**Documento 2.**

Título do documento: Informação n.º 85-SC/CI (2). Assunto: Refugiados Catangueses. Arquivo: Arquivo Histórico Ultramarino. Data: 24 de Janeiro de 1961. Cota: AHU/GNP/SR: 027/P.2. Autor: ?

4-4-14-7  
7/57  
ficheiro  
281302  
24 Jan 64

P.I.D.E.  
Instituto de Segurança  
Cidade do Capital  
C. I. (2)

INFORMAÇÃO N.º. 85-SC/CI(2)  
(Enviada à Presidência do Conselho e Ministério do Ultramar)

ASSUNTO: REFUGIADOS CATANGUESES NA PROVÍNCIA DE ANGOLA

Até ao dia 4 de Janeiro de 1964, encontravam-se refugiados no Distrito de Moxico e nas localidades abaixo indicadas, 2.324 indivíduos do Catanga.

CIDADE DO LUSO

"HOTEL LUSO"

Oficiais catangueses .....	21
Oficiais belgas .....	1
Mulheres catangueses .....	5
Crianças catanguesas .....	7 - 34

"HOTEL CONTINENTAL"

Oficiais catangueses .....	6
Mulheres catanguesas .....	6
Crianças catanguesas .....	11 - 23

"CASAS PRIVADAS"

Oficiais tunisinos .....	4
Oficiais belgas .....	3 - 7

"ACAMPAMENTO DO LUSO"

Oficiais catangueses .....	8
Sarg. e praças catanguesas .....	367 - 375

"CAMPO DO LUTUAI"

Oficiais catangueses .....	2
Oficiais belgas .....	2
Sarg. e praças catanguesas .....	178 - 182

"CAMPO DE CAZOMBO"

Oficiais catangueses .....	47
Sarg. e praças catanguesas .....	639 - 2307

HST  
B

"TEIXEIRA DE SOUSA"

(a) Catangueses .....	11	
Catanguesas .....	1	
Oficial belga .....	1	- 13

(a) Estes 11 catangueses já foram transferidos para o acampamento do LUSO.

"ACAMPAMENTO DE CAIANDA"

Catangueses .....	4	- 4
Total geral .....		- 2324

Com excepção dos que estão nos hotéis e casas particulares, cujas despesas consta serem pagas pelo ex-presidente TSCHOMBE, todos os restantes vivem a expensas da Cruz Vermelha Portuguesa que, para o efeito terá recebido um subsídio do Governo-Geral da Província.

São precárias as condições de higiene, vestuário e alimentação dos refugiados, em especial dos acampados no Cazombo. Alguns estão absolutamente desprovidos de roupas. Para taparem a nudez, foram-lhes fornecidos alguns cobertores que trazem enrolados ao corpo.

Desconhece-se a data em que abandonarão o Campo de Cazombo e se fixarão no Lutual região a 150 quilómetros ao sul da cidade do Luso, onde, para o efeito, se estão a preparar instalações decentes e se está a abrir uma pista para aterragem de aviões pesados que serão utilizados no seu transporte.

A demorar muito a transferência e dada a falta de condições elementares de vida que se verifica no Cazombo, poderá criar-se uma situação de desespero que muito bem pode dar origem a alterações da ordem.

No Luso já se têm verificado algumas desordens entre catangueses e nativos portugueses, devido aos primeiros pretenderem tentar, à força, manter relações com as mulheres destes.

A população do Luso, em especial a nativa não vê com bons olhos a permanência dos catangueses naquela cidade e arredores, não só pelos factos atrás apontados como ainda por muitos deles exibirem bastante dinheiro e fazerem pouco da pobreza dos nativos portugueses.

Escutam-se na região as mais variadas opiniões acerca da permanência dos ditos refugiados.

Uns dizem que serão eles os primeiros a apunhalar-nos pelas costas, pois que têm entre si espíes do Governo Congolês que, fatalmente, hão-de explorar a situação e aliciá-los para tal.

Outros afirmam que a continuarmos a dar-lhes abrigo, dentro de pouco tempo teremos em Angola um incalculável número de catangueses em campos de concentração, pelo simples facto de poderem comer sem trabalhar, situação tanto do agrado do negro.



Afirma-se que a maioria deles não são militares, nem alguma vez pegaram numa arma e que vêm para cá pela simples razão de a vida no Catanga estar muito má.

Talvez esta última afirmativa não seja destituída de veracidade, porquanto foi directamente verificado que se encontram junto à fronteira de Caianda, 34 velhos integrados num contingente que se prepara para entrar em Angola e ao longo da fronteira catanguesa veem-se milhares de refugiados que aguardam apenas ordem de avanço.

Sabe-se que a maioria dos locais onde se encontram, parece já ser do conhecimento da ANC e das tropas da ONU, visto alguns aviões dessas tropas terem andado a sobrevoar a raia, constando até que há poucos dias um deles havia violado o espaço aéreo português na área de Caianda.

A própria rádio Brazzaville se teria referido às concentrações no Luso, Cazombo e ainda na Rodésia.

Alguns dos refugiados, principalmente dos do Luso, deslocam-se com frequência de um para outro campo, por ordem do belga JEAN SCHRAMME, seu comandante, e até, ao que consta, para o Catanga, a fim de colherem informações da situação naquele território.

A identificação individual dos refugiados, que foi feita, não se pode considerar segura, pois tem por base, unicamente, as declarações dos próprios, sem qualquer possibilidade de controle.

Foi recomendado aos respectivos chefes dos acampamentos que após essa identificação não poderiam admitir novos refugiados que se apresentassem sem um salvo-conduto, sob pena de serem detidos e entregues às autoridades do seu país. Lembrou-se-lhes que, até para segurança própria, era conveniente que assim procedessem, pois não deviam pôr de parte a hipótese da possibilidade de infiltração de elementos hostis, dentro dos campos.

Os quatro tunisinos que se encontram no Luso, têm tido bom comportamento, embora continuem a reclamar o pagamento dos salários em atraso.

Informação



24/1/64

Esta informação parece bastante objectiva, salvo na contradição que <sup>há</sup> quanto à situação dos refugiados. Diz-se, primeiro, que vivem em penúria e mais baixo que muitos existem bastante dinheiro.

Fulgo que se poderá transmitir ao H.N.E., considero um res. da sit. interna e fichas.

V. Ex.º resolverá.

3  
2  
1964

*[Handwritten signature]*



### **Documento 3.**

O Mapa está colado nas costas do dossiê/pasta em uso no Gabinete dos Negócios Políticos (GNP) em 1974, intitulada: Distribuição das Resenhas de 1974, que se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Este dossiê/pasta serviu para guardar provisoriamente as resenhas periódicas em preparação sobre a realidade ultramarina. A documentação guardada na pasta constitui, muito provavelmente, uma das últimas iniciativas de tratamento da informação ultramarina pós-25 de abril de 1974 no âmbito do referido GNP. Interessante é verificar que este mapa, bem como o dossiê/pasta onde estava colado, terá acompanhado parte da trajetória do GNP, entre meados dos anos sessenta e 1974. O mapa data de um intervalo entre 13 de dezembro de 1963 (data da independência do Quênia – que aparece como tal no mapa) e 30 de setembro de 1966 (data da independência do Botswana – que aparece no mapa com a sua designação antiga, Bechuanalândia).

No que respeita à área sombreada, esta representa os países que se tornaram independentes em 1960. Seguindo este critério, o mapa devia ter também sombreado a Nigéria (que se tornou independente em 1 de outubro de 1960), o Mali (que se tornou independente em 22 de setembro de 1960) e a Somália que tornou independente em 1 de Julho de 1960 da Itália e em 26 de junho da Inglaterra, tendo sido unificada em 1 de julho de 1960). O mapa foi constantemente actualizado, como comprovam as marcas manuscritas que contém.

